

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL  
DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

DINORÁH LOPES RUBIM ALMEIDA

**A VIGILÂNCIA E A REPRESSÃO POLÍTICA DURANTE  
O GOVERNO ERNESTO GEISEL (1974-1979):  
AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS SOB A MIRA DA DITADURA**

VITÓRIA  
2019

DINORÁH LOPES RUBIM ALMEIDA

**A VIGILÂNCIA E A REPRESSÃO POLÍTICA**  
**DURANTE O GOVERNO ERNESTO GEISEL (1974-1979):**  
AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS SOB A MIRA DA DITADURA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do título de Doutor em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes

VITÓRIA  
2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

A447v Almeida, Dinoráh Lopes Rubim, 1975-  
A vigilância e a repressão política durante o governo Ernesto Geisel (1974-1979) : As universidades brasileiras sob a mira da ditadura / Dinoráh Lopes Rubim Almeida. - 2019.  
195 f. : il.

Orientador: Pedro Ernesto Fagundes.  
Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. ASI. 2. Comissão da Verdade. 3. Geisel. 4. Repressão Política. 5. Universidades. I. Fagundes, Pedro Ernesto. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

---

DINORÁH LOPES RUBIM ALMEIDA

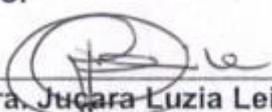
**A VIGILÂNCIA E A REPRESSÃO POLÍTICA  
DURANTE O GOVERNO ERNESTO GEISEL (1974-1979):  
AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS SOB A MIRA DA DITADURA**

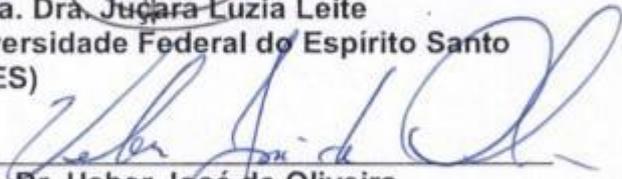
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em 30 de agosto de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes  
Universidade Federal do Espírito Santo  
(UFES)  
Orientador

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Juçara Luzia Leite  
Universidade Federal do Espírito Santo  
(UFES)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Ueber José de Oliveira  
Universidade Federal do Espírito Santo  
(UFES)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Aldieris Braz Amorim Caprini  
Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Cândido Rifan Sueth  
Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)

À Maria Ritta de Siqueira Cassa,  
alegrense, estudante de Medicina da Ufes,  
desaparecida em 1976.

Tributo extensivo à memória dos  
integrantes da comunidade acadêmica que  
lutaram contra a ditadura militar e sofreram  
a repressão política desse período.

## **AGRADECIMENTOS**

Para realizar essa pesquisa contei com as orientações acadêmicas, sugestões, leituras críticas, abraços, palavras de incentivo e sorrisos de muitas pessoas. Por isso, tenho muitas a citar. Vamos a elas...

Agradeço à minha mãe Dalva Lopes Rubim, à minha irmã Sabrina Lopes Rubim Almeida e ao meu padrasto Osenir Sanches Matos, verdadeiras colunas, que acreditaram neste projeto, cuja paciência nos momentos de crise, ansiedade e nervosismo, o incentivo e o amparo me mantiveram firmes, bem como, aos demais familiares, pelo estímulo e apoio incondicional.

Agradeço aos meus tios José Almeida e Albina Valadares, bem como minha prima Josenery Valadares (Josy), que com sua hospitalidade e carinho fizeram de sua casa a minha casa durante o semestre que cursei uma disciplina na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Momentos de estudo e convívio em família, que me revigoraram naquele período.

Aos amigos e grandes companheiros: Diego Stanger, Janderson Coswosk, André Serafim, Davi Rangel, Oséias Soares Ferreira, Fabiene Passamani, Aurélia Hubner Peixoto, Renata Alves da Silva, Patrícia Torres de Souza Cardoso, Claudia da Silva Ferreira, Maria Patrícia Olmo e Brenda Soares Bernardes, que, de maneiras diferenciadas me ajudaram, seja nas essenciais observações e críticas, ou com simples, mas importantes palavras de apoio e incentivo. Sem eles, teria ficado no meio do caminho. Eles me fizeram acreditar que eu conseguiria.

Agradecimento especial a minha amiga, prima e irmã Elaine Nogueira da Rocha, que não desistiu de mim, mesmo quando eu achava que não chegaria ao fim deste trabalho e quando tudo parecia ter perdido o sentido e o rumo, mas que, com sua força de espírito, nunca me deixou sentir só e me ajudou a manter o foco.

Aos amigos e colegas de trabalho do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Campus de Alegre, que sempre me incentivaram na busca dessa capacitação, bem como aos colegas e aos novos amigos e companheiros do Campus Vitória, que me acolheram com carinho e foram grandes incentivadores nos momentos finais da pesquisa e conclusão deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em História (PPGHIS) da UFES, que durante as aulas ministradas me deram suporte e uma visão diferenciada sobre o trabalho de pesquisa. Aos professores Dr. Ueber José de Oliveira (UFES), Dra. Juçara Luzia Leite (UFES) e Dr. Aldieris Braz Amorim Caprini (IFES), que participaram da minha banca de qualificação e fizeram importantes observações, críticas e sugestões que foram essenciais para a construção desta tese. Reforço o agradecimento aos mesmos, por honrarem-me aceitando o convite para compor a minha Banca de Defesa, juntamente com o Dr. José Cândido Rifan Sueth (IFES).

Ao meu orientador, professor Dr. Pedro Ernesto Fagundes, pelos desafios de pesquisa que me apresentou, o incentivo e a credibilidade no desenvolvimento deste trabalho, pois sem seu apoio, orientação e consentimento nada disso seria possível. Agradeço ao Criador Supremo, pois aprendi, que as reviravoltas da vida, sempre nos ensinam coisas novas e nos dão experiências incríveis, nos fazendo evoluir em todas as áreas.

A todos vocês, minha sincera gratidão!

*Um povo que não conhece sua história está  
condenado a repeti-la.*

George Santayana,  
*The Life of Reason (1905)*

## RESUMO

A presente tese tem como objetivo discutir o contexto político do governo do General Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979), enfatizando a vigilância e a repressão política nas universidades brasileiras. Problematizamos o paradoxo entre a propalada política de distensão e o adensamento da atuação da Comunidade de Informação no interior das universidades. Para tal, analisamos documentos do Serviço Nacional de Informação (SNI), destacando a atuação da Assessoria de Segurança e Informação (ASI) nas instituições de ensino superior. Investigamos ainda, o relatório final da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (CVUFES), estabelecendo conexões com os relatórios da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a fim de perceber elementos comuns na repressão às universidades nas diferentes regiões brasileiras. A hipótese que orienta esse estudo buscou comprovar que a intenção inicial do presidente Geisel consistiu em institucionalizar o regime militar, e, portanto, não foi moderado no consoante à política de repressão. No entanto, alguns fatos o levaram a ser o presidente que iniciou a distensão. Por fim, esta pesquisa encontra-se inserida nos estudos de História do Tempo Presente e na linha teórica da Nova História Política, com ênfase para a aplicação do conceito de Cultura Política, além do uso de fontes documentais de caráter qualitativo, sob o parâmetro das propostas metodológicas da pesquisa documental em acervos pertinentes e análises bibliográficas.

**Palavras-chave:** ASI. Comissão da Verdade. Geisel. Repressão Política. Universidades.

## ABSTRACT

The thesis brings to light Brazilian Army General Ernesto Beckmann Geisel's government political context (1974-1979), by placing emphasis on political repression and vigilance in Brazilian universities, putting into dialogue the paradox between the political distension, reported at that time, and the strong impacts of the Information Community's actions within universities. In so doing, we analyzed documents from the National Information Service (*Serviço Nacional de Informação*, SNI), highlighting the Committee on Information Security's operation (*Assessoria de Segurança e Informação*, ASI) within institutions of higher education. We also took into consideration an analysis of the Brazilian Truth Commission final report from Federal University of Espírito Santo (CVUFES), establishing connections with Brasília University's, Federal University of Minas Gerais's, Federal University of Bahia's, Campinas State University's, and Federal University of Santa Catarina's reports, in order to perceive common elements when it comes to repression on universities in different Brazilian states. Given such circumstances, we aimed at showing that Geisel's administration intended to institutionalize the military regime in the first place, by employing a severe political repression, although some facts led him to become the president who initiated the distension. Our theoretical framework takes into account History of Contemporary Times studies, based on the New Political History research line, emphasizing the application of Political Culture concept, qualitative documentary sources, under the assumptions of documentary research methodology in relevant collections and bibliographical analyzes.

**Keywords:** Committee on Information Security. Geisel. Political Repression. Universities. Truth Commission.

## RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo discutir el contexto político del gobierno del general Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979), enfatizando la vigilancia y la represión política en las universidades brasileñas. Problematizamos la paradoja entre la proclamada política de distensión y el engrosamiento del papel de la Comunidad de la Información dentro de las universidades. Con este fin, analizamos documentos del Servicio Nacional de Información (SNI), destacando el desempeño del Asesor de Seguridad e Información (ASI) en las instituciones de educación superior. También investigamos el informe final de la Comisión de la Verdad de la Universidad Federal de Espírito Santo (CVUFES), estableciendo vínculos con los informes de la Universidad de Brasilia (UnB), la Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG), la Universidad Federal de Bahía (UFBA), de la Universidad Estatal de Campinas (Unicamp) y la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC), con el fin de comprender elementos comunes en la represión de las universidades en diferentes regiones brasileñas. La hipótesis que guía este estudio buscó probar que la intención inicial del presidente Geisel era institucionalizar el régimen militar y, por lo tanto, no era moderada de acuerdo con la política de represión. Sin embargo, algunos hechos lo llevaron a convertirse en el presidente que inició la distensión. Finalmente, esta investigación se inserta en los estudios de Historia del Tiempo Presente y en la línea teórica de la Nueva Historia Política, con énfasis en la aplicación del concepto de Cultura Política, además del uso de fuentes documentales cualitativas, bajo los parámetros de propuestas metodológicas de investigación documental en colecciones pertinentes y análisis bibliográficos.

**Palabras clave:** ASI. Geisel. Comisión de la verdad. Represión política. Universidades.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – O Ministério Geisel (15.03.1974 – 15.03.1979) .....	37
Tabela 2 – Comparação entre os resultados das eleições de 1970 e 1974 .....	44
Tabela 3 – Crescimento das universidades em números.....	80
Tabela 4 – Número de cursos/habilitações não reconhecidos e com turmas formadas .....	97
Tabela 5 – Universidades que concluíram seus relatórios da Comissão da Verdade até junho de 2019 .....	108
Tabela 6 – Volumes do relatório da comissão da verdade da USP.....	109
Tabela 7 – Comissões da Verdade na UFPE e UFMG.....	110

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ernesto Geisel em seu discurso de posse na Presidência da República.	33
Figura 2 – Memorando da CIA.....	72
Figura 3 – Documento do SNI.....	118
Figura 4 – Ficha de Pedro José Mansur.....	119
Figura 5 – Ficha de Pedro José Mansur [parte 2].....	120
Figura 6 – Foto de Alberto Monteiro e outros .....	136
Figura 7 – Estudantes de Arquivologia e História em coleta de materiais .....	137
Figura 8 – Ficha de Miriam Azevedo de Almeida Leitão.....	143

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa  
AESI – Assessoria Especial de Segurança e Informação  
AI – Ato Institucional  
AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras  
AN – Arquivo Nacional  
APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
ARJ/SNI – Agência Rio de Janeiro do Serviço Nacional de Informações  
ASI – Assessoria Especial de Segurança  
ASI/DEMEC – Assessoria Especial de Segurança da Delegacia do Ministério da Educação e Cultura  
BI – Batalhão de Infantaria  
CAAC – Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CATMV – Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade  
CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia  
CBM – Centro Biomédico  
CCJE - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas  
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base  
CEFD - Centro de Educação Física e Desporto  
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha  
CIE – Centro de Informações do Exército  
CIA – *Central Intelligence Agency*  
CISA – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CNRS – *Centre National de la Recherche Scientifique*  
CNV – Comissão Nacional da Verdade  
CONCINE – Conselho Nacional de Cinema  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CONTAP – Conselho de Cooperação Técnica para a Aliança para o progresso  
COVEMG – Comissão da Verdade em Minas Gerais

CSN – Conselho de Segurança Nacional  
CVUFES – Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo  
CV – Comissão da Verdade  
DA – Diretório Acadêmico  
DAU/MEC – Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura  
DEMEC – Delegacia do Ministério da Educação e Cultura  
DCE – Diretório Central de Estudantes em cada Universidade  
DCPD – Divisão de Censura de Diversões Públicas  
DEE – Diretório Estadual de Estudantes  
DNE – Diretório Nacional de Estudantes  
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna  
DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social  
DSI – Divisões de Segurança e Informações  
EMC – Educação Moral e Cívica  
Embrafilme – Empresa Brasileira de Filmes  
EPB – Estudos de Problemas Brasileiros  
ESG – Escola Superior de Guerra  
EUA – Estados Unidos da América  
FEUB – Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FUNARTE – Fundação Nacional da Arte  
GT – Grupo de Trabalho  
HTP – História do Tempo Presente  
IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil  
IHTP – *Institut du Temps Présent*  
IMBEL – Indústria de Material Bélico do Brasil  
Ipase - Instituto de Previdência dos Servidores do Estado  
IPMs - Inquéritos Policiais Militares  
LAI – Lei de Acesso a Informação  
MDB – Movimento Democrático do Brasil  
ME – Movimento Estudantil

MEC – Ministério da Educação e Cultura  
MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado  
MES – Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública  
MFPA – Movimento Feminino pela Anistia  
MNU – Movimento Negro Unificado  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
OSPB – Organização Social e Política do Brasil  
PCdoB - Partido Comunista do Brasil  
PIB – Produto Interno Bruto  
Polop – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária  
PPGHIS - Programa de Pós-Graduação em História  
Prograd – Pró-Reitoria de Graduação da Ufes  
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
SBPC – Sociedade Brasileira para o Programa da Ciência  
SNEL – Sindicato Nacional dos Editores de Livros  
TRC – Comissão da Verdade e Reconciliação TRC  
UEEs – Uniões Estaduais Estudantis  
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
UFBA – Universidade Federal da Bahia  
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo  
UFMA – Universidade Federal do Maranhão  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina  
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria  
UnB – Universidade de Brasília  
UNESP – Universidade Estadual Paulista  
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

UNE – União Nacional dos Estudantes

USAID – United States Agency for International Development

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>20</b>
<b>1 A POLÍTICA ANUNCIADA PELO GOVERNO GEISEL: INSTITUCIONALIZAÇÃO, DISTENSÃO OU TRANSIÇÃO? .....</b>	<b>29</b>
1.1 BREVE BIOGRAFIA DE ERNESTO GEISEL.....	31
1.2 UMA RADIOGRAFIA DA COMPOSIÇÃO POLÍTICA DO GOVERNO GEISEL .....	34
1.3 A “DISTENSÃO RELATIVA” DE GEISEL: POLÍTICA AUTORITÁRIA E CONCILIATÓRIA.....	39
1.4 PRESSÕES INTERNAS E EXTERNAS.....	49
1.5 DO AUTORITARISMO À DEMOCRACIA: VERDADES E UTOPIAS.....	58
1.6 A MEMÓRIA CONSTRUÍDA: GEISEL, O PRESIDENTE DA ABERTURA?	64
1.6.1 GEISEL COMO “O SACERDOTE” .....	67
1.6.2 GEISEL SABIA DE TUDO .....	71
<b>2 A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 AO FINAL DO GOVERNO GEISEL EM 1979 .....</b>	<b>77</b>
2.1 O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SUA ATUAÇÃO NO REGIME MILITAR.....	77
2.2 GESTÃO DO MINISTRO NEY BRAGA: MODERNIZAÇÃO E REPRESSÃO .....	89
2.3 EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES SUPERIORES: O PARADOXO ENTRE MODERNIZAR E REPRIMIR.....	96

<b>3</b>	<b>A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE VIGILÂNCIA E REPRESSÃO NAS COMUNIDADES UNIVERSITÁRIAS NACIONAIS .....</b>	<b>100</b>
3.1	O CONTROLE POLÍTICO SOBRE AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: O <i>MODUS OPERANDI</i> DAS ASI`S – UM PADRÃO DA POLÍTICA DE VIGILÂNCIA E DA REPRESSÃO .....	101
3.2	A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL: O SURGIMENTO DAS COMISSÕES DA VERDADE .....	113
3.3	A COMISSÃO DA VERDADE DA UFES: UM MODELO ESTRUTURAL .....	132
3.4	A FUNÇÃO SOCIAL DAS COMISSÕES DA VERDADE.....	146
	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>150</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>157</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>171</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho reflete a vigilância e a repressão política nas universidades brasileiras durante a ditadura militar, em especial no mandato do presidente general Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979), em contraponto ao processo de abertura e de transição democrática desenvolvido ao longo do seu governo. A problemática que conduz essa tese consiste em investigar se Geisel foi o presidente da distensão e avaliar sob seu governo o paradoxo entre abertura política e acirramento da repressão nas universidades.

A hipótese defendida compreende o governo Geisel através da aplicação de uma política de institucionalização do regime, seguida por uma distensão autoritária. O uso da violência e extermínio são práticas de sua gestão, e o presidente tinha plenos conhecimentos da atuação dos órgãos de vigilância e repressão.

Para sustentar a tese, analisamos especificamente a repressão política nas universidades brasileiras entre os anos de 1974 e 1979. Partindo do anúncio de uma propalada abertura política – principal imagem histórica de Geisel – observa-se o adensamento da Comunidade de Informação<sup>1</sup> no interior dos *campi*. Em contrapartida, vemos a reação dos movimentos sociais, especialmente o Movimento Estudantil (ME), através da chamada “Resistência Democrática”.

Apesar de identificado como o idealizador da “distensão”, o presidente Geisel manteve, na prática, reforçadas as estruturas repressivas. O projeto inicial teve por objetivo institucionalizar o regime, através do controle da “Linha dura”<sup>2</sup> das forças militares e de medidas liberalizantes. Os processos de abertura política e

---

<sup>1</sup>A expressão ‘Comunidade de Informações’ apareceu pela primeira vez na linguagem política brasileira no livro *A produção de informações estratégicas*, do general americano Washington Platt (original de 1957) [...] considerado obra fundamental para os alunos na Escola Nacional de Informações (EsNI). Na década de 1970, a comunidade reunia o Serviço Nacional de Informações (SNI), O Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa), uma parte da Polícia Federal, as Divisões de Segurança e Informações (DSI) e Assessorias de Segurança e Informações (ASI) – que eram organizadas nos ministérios civis – O Centro de Informações do Exterior (CIEEx) do Ministério da Relações Exteriores, as Delegacias Estaduais de Ordem Política e Social (Dops) e, finalmente, os serviços de informações das polícias militares”. O verbete foi extraído de ISHAQ, Vivian; FRANCO, Pablo Endrico; SOUSA, Teresa Eleutério de. **A escrita da repressão e da subversão**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, p.109.

<sup>2</sup> Expressão controversa, devido suas ramificações, analisada no segundo capítulo desta tese.

redemocratização se desenvolveram ao longo de seu mandato, de modo autoritário, tendo como exemplo a repressão política às comunidades acadêmicas. Após estas considerações iniciais acerca do período Geisel e da política de vigilância e repressão impetrada às universidades, apresentamos a seguir nossos principais referenciais teóricos, que transitam entre a Nova História Política, a Cultura Política e a História do Tempo Presente (HTP).

No mundo francófono, a HTP gestou-se, inicialmente, dentro do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), por decisão do governo francês e do próprio centro. Oficializado em 1978, o *Institut du Temps Présent* (IHTP) teve como objetivo dar continuidade aos trabalhos do Comitê de História da Segunda Guerra Mundial, desenvolvendo, portanto, estudos sobre a história recente da França e dos países estrangeiros (DELACROIX; DOSSE; GARCIA, 2012).

Para François Bédarida, fundador e diretor do IHTP entre 1978 e 1991, a virada epistemológica que caracteriza a segunda metade da década de 1970 explica em boa medida o nascimento da corrente, há “o retorno triunfal da história e da memória, uma busca ansiosa da identidade, a crise dos paradigmas das ciências sociais, enfim, um presente cheio de incertezas sobre si mesmo e sobre o futuro” (BÉDARIDA, 1993a, p. 392-393 *apud* DELACROIX; DOSSE; GARCIA, 2012, p.351).

A noção “história do tempo presente” difundiu-se tanto no mundo germânico, local de seu nascimento, quanto em ambiente francês, entre as décadas de 1980 e 1990 (ROUSSO, 2016). Henry Rousso observa seu notável desenvolvimento na América Latina, particularmente no Brasil, local que assiste a uma multiplicação de centros de revistas do “tempo presente”. O interesse por esse campo da história é explicado pela atenção concedida “às crises do século XX, às violências das guerras e às violências políticas”, suscitando investigações sobretudo em países entrecortados por tais eventos, cuja intenção busca compreender o impacto dessas catástrofes a médio prazo. Para o historiador, essas intempéries carregam interesses e inquietações, há demanda social exigindo respostas dos historiadores. O Holocausto, a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria e os regimes autoritários são temas muito requisitados na Europa e na América anglo-saxônica. Na América do Sul, a ferida ainda não suturada refere-se justamente às ditaduras militares, sobre a qual essa tese se debruça.

Quanto à periodização, a HTP apresenta variações cronológicas que não a prendem a apenas um momento histórico, “o território da história do tempo presente é uma fronteira constantemente móvel”, descreve Rousso (2016, p.246). Defendemos a ideia de que enquanto houver testemunhas vivas, coetâneos, há história do tempo presente. Essa história de acontecimentos recentes, traz desafios metodológicos, éticos, mas também um estilo de história acelerada, sempre em movimento.

“Nada muda tanto quanto o passado”. Este provérbio russo traz em sua essência uma realidade que o historiador deve ter a sensibilidade de perceber. A modalidade histórica instrumentaliza-se através do presentismo, da contemporaneidade e da memória.

Recentemente, chama-nos atenção que, nos anos finais do século XX e nesse início de século XXI, a construção de uma memória coletiva positiva, quase heroica, em torno da imagem do presidente Geisel, é tecida delicadamente por alguns autores e por parte da grande imprensa. E assim tomamos como mote essa questão, e, na disputa pela verdade entre as versões da memória, decidimos por inserir aqui também o nosso discurso, pautado em métodos e referenciais teóricos que nos sustentam e que explicitamos nas páginas a seguir.

Tratar de memória é, sem dúvida, mexer em um terreno movediço, requer cautela, uma vez que as memórias não estão isoladas de um contexto e das influências externas, manipulações conscientes ou inconscientes atuantes sobre os atos mnemônicos. Não há só uma memória, a memória é coletiva e há várias memórias sobre um mesmo fato, alicerçadas a ângulos e pontos de vista vastos. São distintas as memórias. Nesse viés, escreve o historiador Maurice Halbwachs (2006, p.109) “a história é um painel de mudanças”, justamente devido às distintas memórias que a compõe.

Entendemos por memória um conjunto de registros episódicos ou semânticos sobre um acontecimento, que pode ser transmitida por meio de relatos orais, de monumentos, das artes, de comemorações tradicionais ou de arquivos escritos, trazendo apontamentos de determinado fato. Reconhecemos, no entanto, que os monumentos, os símbolos, os arquivos escritos, tanto quanto os relatos orais, correspondem a uma memória seletiva, filtrada de acordo com as percepções de

quem as escreveu, narrou ou cristalizou, a qual nomina Pierre Nora (1993) por “memória historicizada”.

Compreendemos uma das formações de memória por meio da oposição “construção” *versus* “esquecimento”. Ao construir uma memória coletiva positiva sobre um acontecimento ou indivíduo, os atos negativos ligados a este são direcionados ao “esquecimento”, ou quando menos, são tratados de forma amena, irrelevante. Somos instigados, portanto, a pensar o que há de negativo por detrás de uma memória positiva. Diante disso, uma das nossas tarefas é questionar a memória positiva criada em torno da figura do presidente Geisel, como o grande mentor e responsável por iniciar o processo de abertura política.

A cultura política consiste em um grupo de representações e identidades das grandes famílias políticas que nos levam à interpretação de comportamentos políticos de atores sociais. Na década de 1990, historiadores franceses como Serge Berstein e Jean-François Sirinelli, partidários da Nova História Política, trouxeram esse conceito à tona buscando identificar as diferentes culturas políticas que integram e disputam um mesmo espaço nacional.

Segundo Berstein podemos reconhecer as características da cultura política como um fenômeno plural e evolutivo. A pluralidade das culturas políticas pode ser percebida ao buscarmos aprofundamento nas análises de diferentes representações e percepções dentro de uma nação. Ângela de Castro Gomes (2007, p.47-48) completa ao entender a categoria de cultura política através de “um sistema de representações, complexo e heterogêneo”, capaz de permitir compreender os sentidos que um grupo atribui a uma realidade social, em certo momento e lugar.

Há também que considerar a existência de vetores sociais responsáveis pela reprodução das culturas políticas, como a família (local onde a criança recebe sua primeira bagagem política, que poderá ser rejeitada ou não em momentos futuros), os partidos, as instituições educacionais, as corporações militares, os sindicatos, a mídia e a igreja (BERSTEIN, 1998; MOTTA, 2009).

Percebemos uma dimensão individual e coletiva na cultura política, bem como uma organização e comunhão de elementos coesos que tendem a ser demonstrados através de símbolos, línguas, gestos e patrimônios culturais. Portanto, a cultura

política é variante quanto às épocas, aos lugares, às civilizações e à própria cultura. Devido a sua pluralidade, é necessário identificar as diferentes culturas políticas que integram e ao mesmo tempo disputam um espaço.

No Brasil, o enfoque nas culturas políticas começou a ser explorado recentemente pela historiografia, e merece reflexões cuidadosas. Nossa história atravessou momentos distintos, e, portanto, diferentes caracterizações de cultura política. Ainda assim, é perceptível a predominância da política de conciliação enquanto estilo político.

Em um rápido panorama, Motta (2014) delimita episódios da política de conciliação ao longo da história do Brasil. A conciliação permitiu arranjos entre distintas classes/grupos na defesa de interesses políticos e econômicos. Podemos destacar: a independência do Brasil em 1822, que evitou rupturas bruscas; a proclamação da República em 1889, encabeçada pela elite cafeeira e os militares; a política dos coronéis durante a Primeira República (1889-1930); a política getulista de integração de forças aparentemente opostas; a transição do período ditatorial para a “Nova República”, à qual destacamos a Lei de Anistia de 1979, conhecida por “perdoar” tanto os agentes do regime militar quanto os opositores, apesar de toda insuficiência, buscando promover a política da conciliação e do esquecimento; por fim, observamos a vitória presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores em 2002, “viabilizada por alianças reunindo forças de esquerda e de direita” (MOTTA, 2014).

Segundo a cultura brasileira de conciliação, é preciso, sempre, encontrar alternativas que evitem soluções drásticas ou rupturas político-institucionais. Para Motta (2009) a presença da tradição conciliatória não é o suficiente para caracterizar uma cultura política, há outras temáticas a serem exploradas, como:

Os laços frágeis entre povo e cidadania, discussão já clássica no pensamento político. Seria o caso de restringir a explicação à ação nefasta das elites, responsáveis por fechar aos setores subalternos os espaços de participação política, ou não haveria um pouco de auto-exclusão também? Outra questão a merecer reflexões: a modesta participação popular na política institucional tem sido pontuada por explosões de fúria e momentos de mobilização (MOTTA, 2009, p.29-32).

Somos, portanto, direcionados a refletir acerca da participação popular na política brasileira, conduzindo episódios como as revoltas: Cabanagem, Balaiada, Malês, Sabinada, no século XIX; a revolta da vacina de 1904, a greve geral de 1917, a reação do povo diante do suicídio do presidente Getúlio Vargas em 1954, a mobilização popular no campo e na cidade entre 1962-1964, os movimentos de resistência à ditadura militar, a campanha das “Diretas Já” de 1984; os cara-pintadas de 1992, ao longo do século XX; e as passeatas de 2013, no século XXI.

Não podemos, como historiadores, deixar que tais manifestações passem apenas como movimentos momentâneos e fugazes na história do país. É preciso analisar como uma tentativa, muitas vezes não efetivada de mudar o curso dos acontecimentos. É necessário questionar a política conciliatória da elite política brasileira, que persuade as coletividades, estruturando os acontecimentos de acordo com seus interesses.

No Brasil constatamos a fragilidade das participações populares, exemplificada através da efêmera cidadania e do pouco envolvimento do povo na política e na coisa pública. Além da política conciliatória, somos marcados pelo autoritarismo, demonstrado nitidamente nos golpes ao longo da nossa história. Citando apenas os episódios mais conhecidos: 1889 – golpe contra o Império iniciando o período republicano / Proclamação da República; 1937 – Golpe que inaugurou o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) e o Golpe Civil-Militar de 1964. Portanto, o viés autoritário é uma constante, sobretudo no Estado Novo (1937-1945) e no Regime Militar (1964-1985).

O conceito de Cultura Política trabalhado por Motta em *As universidades e o regime militar* (2014) afirma a força da cultura política conciliatória no Brasil, e particularmente, no Estado construído pós-1964, representando tentativas conciliatórias em direções contrárias. Tratando especificamente do ambiente acadêmico, Motta observa os paradoxos envoltos nessa cultura, permeados por um jogo complexo e ambíguo, amparado à dinâmica modernizante-conservadora. Para além do processo de modernização-conservadora, situamos a política conciliatória a partir de uma modernização-repressora, cindindo diretamente às comunidades universitárias, através das políticas de vigilância e violência. Por esse olhar, a conciliação e a repressão são os princípios basilares do período Geisel, consumando-

se particularmente nas políticas perpetradas no meio universitário. A seguir, apresentamos a composição de nosso trabalho, dividido em três capítulos.

No primeiro, explanamos a gestão do presidente General Ernesto Geisel (1974-1979), enumerando as principais medidas políticas de seu governo, bem como, as contradições entre institucionalização do regime, abertura política para a redemocratização e o acirramento da vigilância e da repressão. Também discutimos as implicações acerca da abertura, distensão e transição democrática, bem como o impasse do autoritarismo e da democracia no Brasil contemporâneo. Por fim, analisamos a memória construída sobre a imagem do presidente Geisel, que enaltece a sua vital e inquestionável atuação na abertura e na transição política, jogando na conciliação todos os atos de repressão e autoritarismo ocorridos durante seu mandato.

Ainda nesse capítulo, são apresentadas as pressões internas e externas ao governo Geisel, lutando pela implementação de um Estado de Direito. A resposta à repressão política do Estado advém dos movimentos sociais, emergentes na arena pública enquanto resistência democrática. Demonstramos que, apesar da abertura política ser negociada entre a elite militar e a elite burocrática econômica, os movimentos sociais estão integrados ao contexto histórico de pressão política, em especial nas mobilizações pela anistia (1975-1979), tema que vai aglutinar esforços do campo progressista (ARAÚJO, 2007), contando sobremaneira com a participação das universidades. Tais eventos serão balizados em 1979 através da promulgação da Lei de Anistia, um dos marcos da chamada transição democrática e da conciliação nacional, embora ainda não representasse a anistia “ampla, geral e irrestrita” idealizada pelos segmentos sociais que se organizaram em prol de sua consolidação.

No segundo capítulo, contextualizamos o sistema educacional brasileiro, com ênfase nas universidades e nas entidades estudantis, introduzindo a dinâmica dos anos iniciais do Regime Militar até início do governo Geisel, em março de 1974. Tratamos ainda, da legislação educacional e da modernização das universidades, visando compreender os avanços e as dificuldades geradas nas instituições de ensino superior, sobretudo através da atuação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) durante a gestão do ministro Ney Braga. Por fim, sublinhamos a contradição entre a modernização dos cursos de retorno econômico e tecnológico para o país e o aumento da repressão política nas comunidades universitárias.

Por fim, no terceiro capítulo, analisamos o relatório da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (CVUfes) estabelecendo conexões com os relatórios produzidos por cinco universidades, as quais concluíram seus trabalhos até o ano de 2018. São elas: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A escolha destas instituições buscou compreender o *modus operandi* dos órgãos de informação, e as intensidades de atuação sobre as comunidades acadêmicas na segunda metade da década de 1970 em diferentes regiões do país. Ainda investigamos as perseguições, a vida na clandestinidade, com vista a observar a estruturação de uma resistência ao governo, sobretudo nas universidades.

Neste capítulo, compomos um estudo sobre a Assessoria de Segurança e Informação (ASI), órgão de inteligência subordinado à Divisão de Segurança Informações (DSI) do MEC. Destacamos as circunstâncias de sua implantação, seu *modus operandi*, tomando como padrão a UFES e a política de vigilância e repressão exercida sobre os estudantes e funcionários dessa comunidade acadêmica.

Nosso corpo documental traz como nossas fontes primárias, majoritariamente, documentos produzidos pela Comunidade de Informação, particularmente provenientes do Serviço Nacional de Informações (SNI) – órgão central da inteligência no período – e das ASI's, pesquisados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, no seio do Projeto Memórias Reveladas<sup>3</sup>. O memorando da *Central Intelligence Agency* (CIA), vindo a público em 11 de abril de 2018 tornou-se caríssimo a este trabalho, por revelar a perpetuação da violência durante o governo Geisel e a ciência de todos os atos por parte do presidente. Também identificamos e investigamos alguns jornais da época: *A Gazeta do Povo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Folha de São Paulo*. Pela natureza de escrita e produção envolta, os relatórios das Comissões da Verdade das

---

<sup>3</sup> O projeto Memórias Reveladas foi criado em 13 de maio de 2009, pela Casa Civil da Presidência da República, vinculado ao Arquivo Nacional, localizado no Rio de Janeiro. O centro objetiva tornar-se um polo difusor de informações contidas nos registros documentais sobre as lutas políticas no Brasil nas décadas de 1960 a 1980. Nele, fontes primárias e secundárias são gerenciados e colocados à disposição do público, incentivando a realização de estudos, pesquisas e reflexões sobre o período. A ação do Centro promove o fortalecimento das instituições arquivísticas públicas, transformando-as em espaços de cidadania.

Disponível em : <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/objetivos>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

universidades são fontes secundárias, todavia, diferente da bibliografia de referência utilizada neste trabalho, eles iluminam nossa tese.

Nosso pressuposto passa por acreditar que o real não pode ser apreendido como de fato é, mas há possibilidade de provocar proximidades, aumentando em quantidade e qualidade o conhecimento (ALBERTI, 2005). Diante da procura desse conhecimento mais qualitativo, buscamos responder algumas questões que acreditamos ser fundamentais à investigação da vigilância e da repressão nas universidades brasileiras ao longo da Ditadura Militar.

## 1. A POLÍTICA ANUNCIADA PELO GOVERNO GEISEL: INSTITUCIONALIZAÇÃO, DISTENSÃO OU TRANSIÇÃO?

Há 55 anos, o Golpe civil-militar de 1964 retirou da presidência do Brasil João Belchior Marques Goulart, conhecido popularmente como "Jango". Iniciava-se a Ditadura Militar (1964-1985), que teve 05 presidentes da alta patente do Exército Brasileiro<sup>4</sup>. De modo autoritário, foi imposto o controle político, econômico e social no país. O meio científico e as universidades foram atingidos diretamente, considerados “nichos” de pensadores críticos das políticas educacionais.

Frisamos que todas as vezes que nos referirmos ao episódio de 31 de março de 1964, ele deverá ser entendido como “golpe civil-militar”, dada a participação direta de grupos civis no seu processo e desfecho. É notória a união de muitos setores visando impedir a continuidade do governo de Jango. A convergência de forças endógenas e exógenas teve capacidade suficiente para ocasionar a queda do presidente. Os militares afirmaram que não estavam sós, a iniciativa do golpe de 1964 resultara de confluência e apoio de importantes segmentos, “preocupados com a possibilidade de que a esquerda conquistasse o poder no Brasil” (CASTRO, 2004, p. 44).

Ao analisar o golpe como conspiração civil-militar, Jorge Ferreira (2012) enumera seus principais atores, organizados em conjunto: as forças armadas, os empresários, os amplos setores das classes médias e os meios de comunicação. O historiador ressalta ainda o apoio dos governos da Guanabara, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Além, evidentemente, do aval do Congresso Nacional – em parte significativa – e o silêncio perpetrado pelo Supremo Tribunal Federal. Por fim, destaca-se o apoio dos Estados Unidos da América (EUA). Por essa visão, não há circunstâncias para desconsiderar a participação de civis, tanto no golpe quanto em todo o período autoritário que se seguirá. Apesar da direção militar, amplos setores adquirem proveitos políticos e sobretudo econômicos, participando assiduamente da máquina governamental.

---

<sup>4</sup> São eles: Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967); Marechal Arthur da Costa e Silva (1967-1969); General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974); General Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979); General João Baptista Figueiredo (1979-1985).

Das análises a respeito do caráter do golpe, caminhamos para aquelas referentes ao período de 1964 a 1985. Há debates historiográficos referentes às nomenclaturas, datações e participação de outros setores da sociedade. Reconhecemos a importância dessas discussões acadêmicas, mas não está entre os nossos objetivos entrar no mérito da problemática. Assim, optamos por denominar o período “ditadura militar” e “regime militar”, levando em consideração que apesar do profundo envolvimento de civis no período, a decisão final era acertada pelos detentores do poder, eram os militares que exerciam o controle substancial do regime.

O novo formato de representação política a partir de 1964 parece apontar “menos para um processo de burocratização que para *militarização* do aparelho do Estado”. O que prepondera é, portanto, a burocracia militar. É esse setor que atua “enquanto ramo dominante do aparelho repressivo, nos quadros de uma forma de Estado ditatorial” (MARTINS FILHO, 1993, p.28).

Logo após o golpe civil-militar de 1964, uma onda de censuras, cassações políticas e militares, prisões, extinção de partidos e fechamentos de instituições varreram o país, legalizados por meio de Atos Institucionais (AIs). Os AIs, apesar do nome, não eram meios de institucionalização do regime, eram nutridos de caráter excepcional, atuando de modo revolucionário (FICO, 2017, p.58).

Desde o Golpe, observamos a preocupação dos militares em legitimar o regime – alcançar o reconhecimento, a aceitabilidade das ações pela sociedade – com intuito de uma hipotética pretensão democrática. De acordo com a doutrina difundida pela Escola Superior de Guerra (ESG), a busca e os meios utilizados pelos militares eram justificados, desde que defendessem a sociedade da ameaça subversiva e conseguissem consolidar uma suposta democracia. Não queremos dizer com isso que a invenção desse ideário democrático possa justificar ou amenizar seu caráter autoritário e repressivo, somente enfatizar a contínua busca por legitimidade e institucionalização do seu governo, visto que quem se colocava contra sua política de legitimidade era severamente punido.

Devemos perceber as ações militares em momentos distintos. Primeiro, procura-se aceitação, visando o apoio de vários segmentos sociais. Buscavam legitimidade e institucionalidade alicerçadas aos valores por eles defendidos. Utilizavam para isso estratégias e propagandas de ordem econômica e social, como a exaltação dos

valores conservadores da família, a defesa da pátria e o apelo à religiosidade cristã dos cidadãos. A intenção era trabalhar a aceitação da maioria da sociedade para as medidas tomadas pelo regime. Em um segundo momento, direcionaram a proposta de distensão controlada, que resultaria na redemocratização consensual entre os detentores do poder político e econômico do país. Em ambos os momentos, buscaram o apoio social e o combate aos opositores.

Entrecortada por dilemas dessa natureza, combatendo opositores e ao mesmo tempo procurando apoio social, a ditadura militar durou 21 anos (1964-1985) e contou com cinco presidentes militares, que se alternavam no poder, via eleição indireta de um colégio eleitoral. Neste capítulo, analisamos o contexto político do governo do quarto presidente, o General Ernesto Beckmann Geisel. Gestão que buscou a institucionalização do regime e tramitou para a política de distensão. Como vamos falar desse personagem da história brasileira e analisar seu governo sob a ótica da legitimação *versus* vigilância e abertura, modernização e distensão *versus* repressão política, consideramos importante relatar uma breve biografia e apresentar um panorama do governo, para em um segundo momento adentrarmos à repressão política nas universidades.

## 1.1 BREVE BIOGRAFIA DE ERNESTO GEISEL

Na obra de Maria Celina D'araújo e Celso Castro (1997), *Ernesto Geisel*, que sistematizou os depoimentos do presidente proferidos em longas entrevistas, obtemos uma visão da pessoa, do militar e do político. De descendência paterna alemã, nasceu em Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, em 3 de agosto de 1907, sendo o caçula dos quatro irmãos. Oriundo de uma família de classe média baixa, Geisel foi criado com rígida disciplina e educação de princípios conservadores e valores cristãos luteranos.

Ingressou na escola militar de Porto Alegre em 1921 e aos 17 anos foi para a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, atual Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), formando-se aspirante militar na área de artilharia, em 1928. Era o início de uma longa carreira militar, contando com diversas promoções por

merecimento. No ano de 1960 chegou a general de brigada, e em 1964 foi promovido a general de divisão.

Na política ingressou ainda tenente, participando das ações militares da Revolução de 1930, que deu início à Era Vargas. Em 1932, também atuou junto às tropas federais no combate à Revolução Constitucionalista, em São Paulo. Em 1931, foi nomeado Secretário Interior do Rio Grande do Norte e, em 1932 assumiu a Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas da Paraíba. Na década de 1950, Geisel comandou a guarnição de Quitaúna e gerenciou a refinaria de Cubatão, ambas no Estado de São Paulo.

A partir de 1961 exerceu o cargo de general do comando da guarnição militar de Brasília, aproximando-se dos bastidores do poder. No mesmo ano, o presidente em exercício, Ranieri Mazzilli, nomeou-o chefe da casa Militar. Realizou ainda negociações entre os ministros militares e os parlamentares, dispondo de papel relevante na garantia da posse do presidente João Goulart em setembro de 1961 sob o sistema parlamentarista, que vigorou até 1963.

Participou ativamente do movimento militar que impetrou o golpe civil-militar de 1964, recebendo do então presidente Castelo Branco o convite para a chefia da Casa Militar. Em 1966 foi promovido a General do Exército, em 1967 foi nomeado ministro do Superior Tribunal Militar, cargo que exerceu até 1969, quando saiu para assumir a presidência da Petrobras, a convite do presidente Costa e Silva, permanecendo até 1973. Seus dois irmãos também seguiram carreira militar e chegaram à patente de general. Seu irmão, Orlando Geisel, tornou-se Ministro do Exército, e seu apoio foi muito importante no contexto político em que Médici resolveu indicar o nome de Ernesto Geisel como candidato à Presidência do Brasil. Por intermédio do Colégio Eleitoral, foi eleito indiretamente Presidente da República do Brasil, cumprindo o mandato de 15 de março de 1974 a 15 de março de 1979.



FIGURA 1: Ernesto Geisel, em seu discurso de posse na Presidência da República, ao lado do General Emílio Garrastazu Médici, seu antecessor – Março, 1974.

FONTE: FGV-CPDOC

Geisel foi casado com Lucy Markus (1939-1996), com quem teve dois filhos, Amália e Orlando. O general morreu em 12 de setembro de 1996, aos 89 anos, devido a um câncer. A partir do anúncio de seu falecimento, grande parte da imprensa passou a descrevê-lo como o “herói da abertura”.

Na década de 2000, por meio de uma série de livros publicados pelo jornalista Elio Gaspari, o presidente voltou a movimentar as catracas da história, sendo nomeado por “sacerdote”, o grande ícone do movimento de abertura e do processo de redemocratização do Brasil. Diante do exposto, levantamos duas questões: Geisel foi realmente o bom sacerdote que idealizou e guiou o Brasil para a abertura política e a democratização? É assim que deve ser lembrado?

## 1.2 RADIOGRAFIA DA COMPOSIÇÃO POLÍTICA DO GOVERNO GEISEL

Após destacada carreira nas Forças Armadas e trabalhos nas missões administrativas sobretudo no pós-golpe de 1964, Geisel foi eleito pelo colégio eleitoral, vindo a suceder o presidente General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Segundo Napolitano, havia todo um cuidado por parte dos militares para que houvesse um consenso nas forças armadas a respeito da indicação do nome que concorreria à presidência no Colégio Eleitoral.

O lançamento oficial do candidato Geisel ocorreu apenas em 18 de junho de 1973, depois de obtido o “consenso militar”, ou seja, o aval do generalato. Pela primeira vez, um processo sucessório parecia não ser traumático para as Forças Armadas, desde que tomaram o poder em 1964. Médici, ecoando vozes na tropa e da Linha Dura, tomou até o cuidado de saber se Geisel ainda era próximo de Golbery do Couto e Silva, figura mal vista pelo próprio presidente e pela linha dura. “Estão completamente separados”, respondeu o general João Baptista Figueiredo, então chefe do Gabinete Militar. Mal sabia Médici que Figueiredo era do círculo de confiança do grupo castelista-geiselista, disposto a retomar o controle do Estado (NAPOLITANO, 2016, p.236).

Geisel resolveu esconder suas intenções de trazer o general Golbery do Couto e Silva<sup>5</sup> ao seu governo, afastado da política desde a posse de Costa e Silva por não concordar com sua ascensão ao cargo de chefe do executivo federal. Entre os anos de 1968 e 1973, Golbery trabalhou na presidência da filial brasileira da empresa norte-americana Dow Chemical, uma corporação estadunidense de produtos químicos, plásticos e agropecuários. Voltaria ao cenário político como um dos mais próximos ministros de Geisel.

Naquele pleito, a oposição reunida no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), lançou uma chapa. Apelidada ironicamente de anticandidatura, por não ter nenhuma

---

<sup>5</sup> General e geopolítico brasileiro (1911-1987). Tornou-se reconhecido como um dos principais teóricos da doutrina de segurança nacional, elaborada nos anos 50 pelos militares brasileiros da Escola Superior de Guerra (ESG), sendo um dos criadores do Serviço Nacional de Informações (SNI), que teve grande influência em todo o regime militar. Para mais informações ler: GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**, volume 1. Coleção As Ilusões Armadas, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

chance de vitória, contando como candidato a presidente Ulysses Guimarães<sup>6</sup> e a vice-presidente Barbosa Lima Sobrinho<sup>7</sup>. Em janeiro de 1974, Geisel foi eleito Presidente da República pelo Colégio Eleitoral, via eleição indireta. Foram 400 votos a favor, contra 76 da oposição e 21 abstenções.

Ao ter conhecimento da indicação do general Golbery do Couto e Silva para comandar a Casa Civil da Presidência, a “Linha dura”<sup>8</sup> dos militares recebeu um recado de afronta. Era o alerta, o grupo “Linha branda”, “Castelista” ou “Sorbonne”<sup>9</sup> voltava ao poder, o que poderia significar para alguns o início da transição política e a retirada aos quartéis.

As Forças Armadas não eram homogêneas em sua visão de administração política. Notoriamente surgiram pós-1964 a denominação dos dois grupos: Linha Dura e Castelistas. No interior de cada um desses ainda havia subdivisões e conflitos de interesses, visível no pleito que elegeu o sucessor Castelo Branco. A “Linha dura”

---

6 Advogado e político brasileiro (1916-1992), um dos principais líderes do MDB durante o regime militar.

7 Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000) foi jornalista, professor universitário e político brasileiro. Presidiu a Associação Brasileira de Imprensa entre 1926-1927, 1930-1932 e por sucessivas gestões entre 1978-2000. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/alexandre-jose-barbosa-lima-sobrinho>>. Acesso em 14 mar. 2019. Mais informações disponíveis em: <<http://www.abi.org.br/institucional/historia/barbosa-lima-sobrinho-1926-1927-1930-1932-e-1978-2000/>>. Acesso em 14 mar. 2019.

8 A expressão “linha dura”, que começou a ser empregada pouco depois do golpe de 1964, se referia aos militares radicais que defendiam o endurecimento do regime, mas também serviu para caracterizar os que atravessavam a fronteira da indisciplina. Espalhada pelos quartéis e à direita do regime, a “linha dura” se opunha à vontade do então presidente Castello Branco de limitar os poderes excepcionais de que dispunha, a fim de normalizar a vida política nacional. O general Geisel, no entanto, preferia nomear essa turma de um modo particular. Foi o que revelou em 1975, durante conversa com o chefe do Gabinete Militar da Presidência, general Hugo Abreu, quando este afirmou que “a linha dura não existe”. “Existe sim”, rebateu o presidente. “Chaves, Ruy, os dois Helios, o Boaventura, o Araripe, o Natalino (Sebastião Chaves, Ruy Castro, Helio Lemos, Hélio Mendes, Luis de Alencar Araripe, Francisco Boaventura e Natalino de Brito). Os zurrapas de maneira geral”, definiu. A conversa foi registrada no dia 15 de abril pelo secretário do presidente, Heitor Ferreira, em seu diário. Disponível em: <<http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/linha-dura-regime-visao-presidente-geisel>>. Acesso em: 4ago.2016.

9 Tratava-se de um grupo mais moderado e intelectualizado dos militares, que possuíam uma visão política estratégica bem delineadas. Eram seguidores das teorias de Castelo Branco, por isso por vezes eram chamados também de “Castelistas”.

montou um esquema, elegendo seu candidato, Arthur da Costa e Silva, por acreditar que ele manteria o governo sob o domínio dos militares, sem entregá-lo aos civis.

Essa posição ambígua entre a “linha dura” e os “castelistas” vai seguir durante toda a ditadura militar. Defendemos que, em seu âmbito primordial de decisões da política de Estado, há uma linha tênue entre essas duas correntes, nos levando a questionar se realmente havia distinções profundas entre os presidentes militares do período. É evidente que não existia unanimidade nas Forças Armadas, tanto no Golpe civil-militar de 1964, quanto nos 21 anos de governo que se seguiu, na verdade o questionamento maior se dá sobre a definição exata do que seria “Linha Dura” e “Sorbonne” ou “Castelista”, e se tais termos devem continuar sendo empregados na historiografia, devido à grande diversidade de opiniões e posturas políticas dentro de cada um desses grupos.

Se levarmos em consideração a visão de Guillermo O’Donnell, que “define os ‘duros’ como aqueles que desejavam a perpetuidade do regime autoritário e acreditavam nessa possibilidade” (SOARES; D’ARAÚJO; CASTRO, 1995, p.33), poderemos considerar Geisel como “moderado”, uma vez que pretendia a abertura política controlada antes de assumir, por considerar ser impossível para o Exército manter a ditadura por muito tempo. Mas se “Linha Dura” for interpretada como uma política de Estado de exceção e extermínio, nenhum presidente do regime militar pode ser classificado como moderado. Não consideramos primordial utilizar esses termos como denominações que definam radicalmente esses grupos e, por haver interpretações que possam considerar que certa figura, como Geisel, ora transite como “linha dura”, ora como “castelista”, entendemos que tais expressões devam ser utilizadas com cautela e não de maneira frequente.

Neste trabalho optamos por concordar com O’Donnell e interpretar a “Linha Dura” apenas sob o critério de ser a parte dos militares que defendiam a perpetuidade do regime ditatorial e os “Castelistas” ou “Moderados”, como os que defendiam a distensão e a abertura política, desde que pudessem conduzir essa política, disseminando uma consciência positiva sobre o regime como um todo.

Geisel compôs o ministério, em sua maioria, por pessoas ligadas à “ala moderada”. Havia um grupo formado por quatro ministros que se encontravam diariamente com o presidente. O tempo de reunião do grupo representava mais do

que as soma dos outros 17 postulantes das demais pastas (CASTRO; D'ARAÚJO, 2002). Eram eles: João Paulo dos Reis Veloso, João Baptista de Oliveira Figueiredo, Golbery do Couto e Silva e Hugo Abreu, substituído no final por Gustavo Moraes Rego Reis. Tal fato nos leva a observar a importância que Geisel dava às respectivas pastas coordenadas pelos ministros: Planejamento, SNI, Casa Civil e Casa Militar. A seguir, podemos verificar a composição do ministério entre 1974 e 1979.

**Tabela 1 – O ministério Geisel (15.03.1974 – 15.03.1979)**

<b>O ministério Geisel (15.03.1974 – 15.03.1979)</b>			
<b>Ministério</b>		<b>Titular</b>	<b>Período</b>
1	Aeronáutica	Joelmir de Araújo Macedo	Início – fim
2	Agricultura	Alysson Paulinelli	Início – fim
3	Casa Militar	Hugo de Andrade Abreu Gustavo Moraes Rego Reis	Início – 4.1.1978 6.1.1978 – fim
4	Casa Civil	Golbery de Couto e Silva	Início – fim
5	Comunicações	Euclides Quandt de Oliveira	Início – fim
6	Educação e Cultura	Ney Amintas de Barros Braga Euro Brandão	Início – 31.5.1978 31.5.1978 – fim
7	Estado-Maior das Forças Armadas	Antônio Jorge Correia	Início – fim
8	Exército	Vicente de Paulo D. Coutinho Sylvio Frota Fernando Belfort Bethlem	Início – 24.5.1974 28.05.1974- 13.10.77 13.10.1977 – fim
9	Fazenda	Mário Henrique Simonsen	Início – fim

<b>O ministério Geisel (15.03.1974 – 15.03.1979)</b>			
<b>Ministério</b>		<b>Titular</b>	<b>Período</b>
10	Indústria e Comércio	Severo Fagundes Gomes Ângelo Calmon de Sá	Início – 8.2.1977 8.2.1977 – fim
11	Interior	Maurício Rangel Reis	Início – fim
12	Justiça	Armando Ribeiro Falcão	Início – fim
13	Marinha	Geraldo Azevedo Henning	Início – fim
14	Minas e Energia	Shigeaki Ueki	Início – fim
15	Planejamento	João Paulo dos Rei Velloso	Início – fim
16	Previdência	Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva	Início – fim
17	Relações Exteriores	Antônio Francisco Azeredo da Silveira	Início – fim
18	Saúde	Paulo de Almeida Machado	Início – fim
19	SNI	João Baptista de Oliveira Figueiredo	Início – fim
20	Trabalho	Arnaldo da Costa Prieto	Início – fim
21	Transporte	Dirceu Araújo Nogueira	Início – fim

As informações para a elaboração desta tabela foram extraídas de: CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.28. [Elaboração nossa].

Observando as características dos ministros de Geisel, há aqueles com perfil autoritário e alguns mais alinhados à proposta de distensão. Tomamos por base dois de seus ministros mais próximos com quem Geisel se reunia constantemente: Golbery do Couto e Silva e João Baptista de Oliveira Figueiredo. Ambos participaram do Golpe

de 1964 e exerceram papel assíduo nos trâmites do governo. Golbery seria o braço direito e Figueiredo o braço esquerdo. O segundo foi indicado e escolhido como o sucessor de Geisel, concretizando o processo de abertura política, com o fim dos governos militares e a transição política para os civis, em 1985 (CASTRO; D'ARAÚJO, 2002).

Merece destaque também, a figura do senador Petrônio Portella Nunes, advogado e político, que se tornou um grande mediador de conflitos nos governos de Geisel e Figueiredo e ficou conhecido como a “estrela civil da ditadura”, o que demonstra seu poder de articulação nos bastidores do poder.

Por fim, cabe sinalizar a importância do projeto de institucionalização no governo Geisel. É importante salientar que tal atividade foi visada por todos os governos militares, com exceção de Médici, mas sucedida apenas em Geisel (FICO, 2017). Segundo Carlos Fico, tanto a instituição do regime como o projeto de distensão não surgem com Geisel, mas são construídos desde Castelo Branco. Utilizando-se de exemplos dos governos anteriores, o presidente pôde dispor das experiências para enfrentar problemas parecidos e alcançar êxito. A seguir abordamos as medidas do governo Geisel no sentido de realizar seu projeto de “abertura política”.

### 1.3 A “DISTENSÃO RELATIVA” DE GEISEL: POLÍTICA AUTORITÁRIA E CONCILIATÓRIA

A distensão do regime, no vocabulário dos militares, permitia que as instituições políticas representativas portassem uma participação limitada no processo decisório. Dessa forma, o governo poderia ter seu controle sobre a administração do Estado, aplicando uma repressão plena. Segundo Maria Helena Moreira Alves

A “teoria da distensão” e as políticas derivadas dessa análise, constituem uma derradeira busca de legitimação do Estado. Tentava-se negociar e incorporar algumas das principais exigências da oposição de elite, num esforço de ampliação da base de sustentação do Estado. Simultaneamente, garantia-se o controle da sociedade civil pela aplicação seletiva do processo coercitivo (ALVES, 1989, p. 180).

Esse pensamento vai de encontro ao que chamamos de “distensão relativa”, uma vez que tal distensão não objetivava a realização de uma abertura direta, mas uma legitimação do poder numa balança de incorporação de concessões e restrições. Segundo Maria José de Rezende (2001, p. 370), a distensão “era apresentada como a expressão de desenvolvimento político que o movimento militar vinha buscando desde seu início, o qual significava o estabelecimento de segurança contra toda e qualquer articulação subversiva”.

Portanto, não significava que os militares e os civis do regime abriam mão de suas prerrogativas nos processos de distensão e abertura política, na verdade, havia um nítido interesse de controle de todo o processo, introduzindo na mentalidade do povo a ideia de um regime bem-intencionado, protegendo e proporcionando o progresso econômico ao país. Rezende (2001) intitula essa política enquanto uma “pretensão de legitimidade”, ou seja, os militares tomavam medidas repressivas, justificadas por uma cortina de manutenção da ordem e do desenvolvimento, uma legitimidade que vinha sendo buscada pelo governo desde o golpe de 1964.

A noção de democracia pela ditadura era parte de uma estratégia de legitimação. Aplicando alguns valores ditos democráticos, procuravam criar consenso e aceitabilidade popular sobre o caso irreversível que se estabelecia na política brasileira, justificando suas ações e medidas. O grupo do poder era composto por “militares, tecnoburocratas, representantes do grande capital e lideranças dos partidos políticos comprometidos de diversas formas com valores e interesses preponderantes” (REZENDE, 2001, p.7). Portanto, a democracia nada mais era que um mecanismo invocado como justificativa de suas ações.

Buscavam reconhecimento e legitimidade de suas medidas diante dos segmentos sociais, por meio de uma democracia conveniente, propalando os fundamentos do regime militar: a valorização da economia, a defesa dos valores morais conservadores e a defesa da austeridade e da repressão para manter a suposta ordem democrática contra a ameaça comunista. Portanto, era necessário alcançar legitimidade, através do reconhecimento social de sua “hipotética pretensão democrática” nas áreas econômicas, políticas e sociais (2001, p.2).

No entanto, os militares enfrentaram empecilhos ao longo do seu governo, desafiando tal pretensão de legitimidade, como as contestações sociais de vários

setores, o fim do milagre econômico e o movimento do novo sindicalismo. Ainda assim, a desejada “legitimidade democrática” continuava a ser perseguida (REZENDE, 2001). De Castelo Branco a Figueiredo, há uma nítida intenção de amortecer as arbitrariedades em detrimento das medidas negativas do sistema. Era necessário alcançar o apoio social, embora tal controle tenha portado dificuldades devido à expansão de várias contestações no meio da sociedade civil.

Apesar de não ter sido gestado no Governo Geisel, o programa de distensão foi retomado ao longo de seu mandato, levando o governo a tomar as rédeas do processo. Para Maria D’alva Kinzo (1988) entre 1973 e 1974 o cenário brasileiro parecia preparado para tal empreitada.

A “subversão” havia sido neutralizada com o desmantelamento das organizações de guerrilha, a oposição legal estava sobre controle, certo grau de prosperidade econômica havia sido alcançada. Para boa parte dos militares, o Brasil gozava das condições ideais para a instauração de uma “nova ordem democrática”, e conseqüente retorno dos militares à caserna após tantos anos de exercício direto do poder (KINZO, 1988, p. 221).

Entretanto, o quadro econômico e político brasileiro teve um reverso no ano de 1974. Alguns acontecimentos foram fundamentais nessa conjuntura, entre eles as eleições de 1974 favoráveis à oposição. O milagre econômico começou a apresentar sinais de decadência, iniciava-se uma crise na economia. Em face desse novo contexto, o governo militar procurou se institucionalizar e ter uma aceitação popular por meio do controle inflacionário e desenvolvimento econômico. Com uma crise nessa área, havia risco também de instabilidade política. Geisel quando assume, já não encontra um país preparado para a nova ordem democrática e o retorno aos quartéis.

Enfatizamos ainda que uma parcela dos militares não queria transferir o governo aos civis, era preciso organizar o país para a retomada dessa ideia, ou seja, manter o governo autoritário, com instrumentos como o AI-5<sup>10</sup> e os órgãos de informação e

---

10 Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros, concedendo amplos poderes ao Executivo Federal, limitando os poderes legislativo e judiciário, além de restringir vários direitos civis. Segundo seu texto, são mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e

vigilância. As regras eleitorais também passaram por transformações, bloqueando as oposições e reafirmando o comando absoluto de Geisel sobre o processo político (KINZO, 1988).

Apesar de uma tímida distensão em 1974, com a extinção da censura prévia, a agenda de abertura política só se inicia após 1977. Antes desta data, abertura era sinônimo de institucionalização da exceção. Portanto, para Marcos Napolitano (2016) o saldo repressivo do governo Geisel não autoriza falar em democracia. Desse modo,

A agenda de transição iniciada em 1977 se reafirma em 1978, seguida da indicação oficial de João Figueiredo para Presidência. Ou seja, a partir de então, já com a pressão das ruas e do próprio sistema político (nesta ordem), é que a abertura se transforma em um projeto de transição democrática, ainda que de longo prazo (NAPOLITANO, 2016, p.234).

Essa análise de Napolitano evidencia o projeto de institucionalização do governo marcado por medidas pontuais. Portanto, não observamos Geisel como o presidente da distensão quando assume o governo, ele se torna ao longo do mandato. Seria no mínimo contraditório atribuir a esse governo a identidade direta com a abertura ou a redemocratização, pois isso nos levaria a esquecer os 42 mortos pela repressão, os 39 opositores desaparecidos, o fechamento do Congresso por 15 dias (1977), a cassação de mandatos parlamentares, a censura à imprensa e às artes (abrandadas a partir de 1976), a relutância quanto à Lei de Anistia, a assídua vigilância dos órgãos de informações, a Lei Falcão, o Pacote de Abril, e a manutenção do AI-5, extinto somente em dezembro de 1978 (NAPOLITANO, 2016). E, como veremos nos próximos capítulos, a manutenção de órgãos e decretos para monitorar especificamente às universidades.

---

municípios sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm)>. Acesso em: 20 jan. 2017; <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 20 jan. 2017. Texto completo do AI-5 ver em: FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e da Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 382-385.

Destacamos que as eleições parlamentares de 1974, serviram para alterar o ritmo político do governo e as pretensões iniciais do processo de abertura. O cenário político que marcou grande parte do regime foi desenhado pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2<sup>11</sup>), de 27 de outubro de 1965, que em seu artigo 18, extinguiu os partidos políticos, cancelando seus registros. O bipartidarismo passou a vigorar no Brasil, sendo legalmente reconhecidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que englobava os militares e civis da direita política, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), considerado partido de oposição.

A estrutura partidária “foi aproveitada por um grupo de deputados mais identificados com as posições de esquerda, que criaram o movimento dos autênticos do MDB” (ARAÚJO, 2007, p.335). Na verdade, o partido era utilizado pelos militares para dar um ar de legalidade ao regime. Porém, esse quadro começou a mudar a partir de 1974, quando o MDB passou a exercer uma oposição de fato, alcançando uma grande vitória eleitoral. Ao invés de fornecer legitimidade ao governo Geisel, as eleições “puseram à mostra um sentimento generalizado de insatisfação”, manifestado através do apoio ao MDB (KINZO, 1988, p.221).

Destacamos, todavia, que apesar de perder para o MDB a maioria das cadeiras nas eleições de 1974 para Senado Federal (MDB: 16 cadeiras; ARENA: 6 cadeiras), é perceptível um equilíbrio de parlamentares na Câmara dos Deputados Federais (MDB:160 deputados; ARENA: 204 deputados), demonstrando que a ARENA era composta de políticos que tinham vínculo com o eleitorado muito anterior ao golpe de 1964. O resultado das eleições parlamentares de 1974 revela quão grande foi o susto do governo.

---

11 Texto completo do AI-2 ver em: FICO, Carlos. **Além do Golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 355-362.

**Tabela 2 – Comparação entre os resultados das eleições de 1970 e 1974**

<b>Eleições de 1970 e 1974</b>	<b>ARENA</b>	<b>MDB</b>
Deputados Federais:		
- nº de deputados federais nas eleições de 1970;	223	87
- resultados eleitorais de 1974 (deputados).	204	160
Senadores Federais:		
- nº de senadores federais nas eleições de 1970;	40	06
- resultados eleitorais de 1974 (senadores).	06	16

Fonte: Dados Estatísticos Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1970 (V.9) e em 1974 (V.11). Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Biblioteca Digital. Disponível em: <[http:// bd.camara.leg.br](http://bd.camara.leg.br)>. Acesso em: 24 mar. 2019.

Apesar da vitória expressiva do MDB no Senado, não se deve perder de vista que a eleição de 1974 nomeava apenas um terço das cadeiras, de modo que a ARENA manteve maioria. Posteriormente o governo iria se resguardar e criar o cargo do “Senador Biônico” (um terço das cadeiras do Senado seria indicação do governo), dentro da reforma política apelidada de “Pacote de Abril”, em 1977. Também em resposta a esse avanço do partido da oposição, um ano antes, em 1976, foi idealizada pelo ministro da Justiça Armando Falcão a Lei nº 6.339/76, conhecida como “Lei Falcão”. De acordo com o Art. 1º, § 1º, Inciso I, estabelecia que na propaganda os partidos se limitariam a mencionar a legenda, o currículo e o número do registro dos candidatos na justiça eleitoral. Dessa forma, em rede de televisão seriam divulgados apenas as fotografias e os nomes, autorizado ainda o anúncio dos locais dos comícios. Os candidatos não mais poderiam proferir palavras em cadeia nacional (BRASIL, 1976).

Lúcia Grinberg (2009, p.29), apresenta uma tabela com os resultados eleitorais das eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados (1966-1978). Nas eleições de 1974 e 1978, apesar do crescimento do MDB na esfera pública, verificamos o equilíbrio parlamentar dos partidos. Em 1974 – ARENA: 40,9%; MDB: 37,8%; Brancos/Nulos: 21,3%, num total de 28.981.015 votos. Em 1978 – ARENA: 40,0%; MDB: 39,3%; Brancos/Nulos: 20,7%, num total de 37.629.180 votos.

Na análise de Napolitano (2016, p. 246), o resultado da eleição de 1974 era preocupante para o governo, pois “com mais de um terço do Congresso, o MDB poderia bloquear emendas constitucionais, complicando o projeto de ‘institucionalizar o regime’, atrapalhando, assim, o projeto de distensão”. O resultado da eleição de 1974 teria encurralado a ditadura (GASPARI, 2014b), era necessário encontrar uma solução para barrar o avanço da oposição. Perder um terço do congresso era algo muito preocupante, poderia atrapalhar planos e projetos do governo.

Tal problemática foi percebida, ao ponto de rapidamente criarem mecanismos para bloquear o avanço do MDB nas urnas. Nesse critério, Geisel mostrou sua habilidade política ao não perder o controle do processo, utilizando para isso recuos estratégicos, além da manutenção da repressão política. Em 1º de agosto de 1975, o presidente discursou em cadeia nacional, fazendo um balanço econômico, social e das políticas interna e externa de seus 16 meses de governo “revolucionário”, anunciando medidas que representavam um nítido recuo na política de distensão, que já apresentava sinais de lentidão. Eis um trecho do discurso<sup>12</sup>, extraído do site da Biblioteca da Presidência da República.

Os órgãos de segurança prosseguiram nas medidas preventivas contra as articulações, inclusive preparatórias, que possam concorrer para a subversão interna. Em diversas regiões, indivíduos integrantes de organizações ilegais têm sido presos e submetidos a inquéritos policiais e à posterior ação judicial, com incursos na Lei de Segurança. Os serviços de informação acompanham atentamente a infiltração comunista em órgãos de comunicação, órgãos de classes, na administração pública – particularmente na área do ensino – e também nos partidos políticos (GEISEL, 1º ago. 1975).

A parte final de discurso abordou “o tema político relacionado com o que vem se chamando de distensão”.

A palavra está no final do discurso de 29 de agosto de 1974 aos dirigentes da ARENA. Nele me referi à missão que cabe ao Governo de promover o máximo de desenvolvimento possível e, a propósito, aludi ao processo de lenta, gradativa e segura distensão requerida. A partir de então, e principalmente depois das eleições de 15 de novembro, muito se tem

---

12 Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1975/27.pdf/view>>. Acesso em: 1º set. 2017.

publicado e discutido sobre a distensão, atribuindo-se ao Governo – e notadamente ao Presidente da República – intenções, objetivos, avanços, recuos, submissão a pressões, etc. que – uns e outros – absolutamente não correspondem à realidade, mas constituem fruto da imaginação e, por vezes, além do que contém de intriga e de ação negativista, representam apenas o desejo íntimo de seus autores. A distensão, e aí é apresentada com a conotação exclusivamente política, visando pelo que se diz, ao indispensável restabelecimento do chamado Estado de Direito, mediante a pura e simples supressão do AI/5 e, complementarmente, a revogação do DL-477, a revisão da Lei de Segurança, a concessão de ampla anistia. Preconiza-se, também, reforma da Constituição, com a redução dos poderes Executivo – considerados excessivos, – e a ampliação das atribuições do Legislativo. Sente-se nessas proposições, um indisfarçável saudosismo pelo passado não muito remoto, em que amplas disposições livres constavam no papel, nele estavam escritas, obedeciam ao aspecto teórico e formal do sistema, mas, de fato, iludiam a boa fé de muitos, pois não eram praticadas, servindo ao invés, apenas, aos apetites e poderios de poucos em detrimento aos verdadeiros interesses da Nação, que se debatia na pobreza e na desordem porque aquelas disposições estavam dissociadas da realidade. Acredito que, em meu Governo, muito já se fez no sentido de uma distensão na própria área política. Para comprová-lo, basta ver o clima em que se exercem a atividade dos Partidos e o funcionamento do Poder Legislativo, em toda a parte, e ler os jornais e outros órgãos de divulgação, com a volumosa matéria política que publicam (GEISEL, 1º ago. 1975).

Para Geisel, a distensão não deveria ser apenas política, mas também econômica e social. Ele segue o discurso citando índices positivos nessas áreas, extraindo nitidamente o foco da distensão e buscando a aceitabilidade da população para as atitudes do governo que viriam frear o avanço da oposição e dos movimentos sociais. Portanto, é evidente nesse pronunciamento uma paralisação do tímido movimento de distensão. O presidente rejeita a revogação do AI-5, do Decreto nº 477<sup>13</sup> – que, entre outras coisas, expulsava estudantes e funcionários das universidades contrários ao governo militar –, da Lei de Segurança Nacional e nega a promulgação de uma lei de anistia.

Tais ações demonstram uma resposta do governo aos resultados das urnas de 1974. A abertura poderia ocorrer, desde que controlada pelo governo, que buscava uma distensão lenta e gradual, de acordo com os interesses do regime.

---

<sup>13</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2017.

O constante e progressivo aperfeiçoamento do regime é o ideal que obstinadamente buscamos, sem açodamentos contraproducentes. Por isso o Governo não abrirá mão dos poderes excepcionais de que dispõe, nem admite sobre quaisquer disfarces, pressões de facções ou grupos de interesses visando, artificialmente, a queimar etapas no processo de desenvolvimento político – que se requer, ao contrário, lento, meditado e progressivo para que seja seguro, realmente duradouro, construtivo e socialmente justo (GEISEL, 1º ago. 1975).

A distensão pregada por Geisel, na prática, foi um projeto que visava institucionalizar o regime militar. Em seu pronunciamento, por exemplo, o presidente não cita transição política ou mesmo levanta a hipótese de que a distensão seria uma abertura para a volta do governo às mãos dos civis de maneira democrática. Essa postura só vai se alterar abertamente a partir de 1978.

Alves (1989) descreve a distensão planejada por meio de estágios. Primeiro, a suspensão parcial da censura prévia; em um segundo momento, negociações com a oposição estabelecendo parâmetros de tratamento dos Direitos Humanos; terceiro, a promoção de reformas eleitorais com objetivo de elevar o nível de representação política; por fim, a revogação de medidas mais coercitivas, como o AI-5.

Esses estágios para a abertura foram acompanhados rigorosamente em todo o processo, conforme percebemos no decorrer desta pesquisa. Assim, a cultura política brasileira não apresenta mudança, ela segue os mesmos trâmites controlados, coercitivos e autoritários, buscando uma solução que não afetasse os detentores do poder em razão da maioria da sociedade. Novamente, o ciclo de uma cultura conciliatória e consensual entre as elites políticas e econômicas começa a se desenhar na história do Brasil.

Em se tratando de repressão política, os sequestros, as torturas e mortes, tão comuns nos governos anteriores, especialmente na gestão de Médici, dão lugar à figura dos desaparecidos. Como assegura napolitano (2016, p. 243), “dos 169 militantes desaparecidos no Brasil, 53 ocorrências foram no ano de 1974, boa parte após a posse de Geisel”.

Um dos episódios mais emblemáticos dessa fase repressiva foi o assassinato do padre Henrique Pereira Neto, assessor de Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife. Esse foi apenas mais um fato que gerou um desconforto das forças religiosas e um atrito definitivo entre a Igreja Católica e o Estado.

Outro momento delicado nessa relação sucedeu em decorrência da repercussão do assassinato, em 1973, do militante estudantil Alexandre Vannuchi Leme, de 22 anos, que cursava geologia na Universidade de São Paulo (USP), após ter sido levado ao Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo. Esses acontecimentos despertaram a atenção de setores da Igreja Católica para a repressão política. Em resposta, Dom Paulo Evaristo Arns, nomeado cardeal em 5 de março de 1973, pelo papa Paulo VI, inicia um ataque ao governo em decorrência dos casos de graves violações dos Direitos Humanos (NAPOLITANO, 2016).

Em 1974, Dom Paulo Evaristo Arns, entregou ao governo uma lista de 22 desaparecidos, exigindo respostas. Desses, 21 constavam no governo Geisel. Em 1975, foi celebrado um culto ecumênico na Catedral da Sé em memória do jornalista Vladimir Herzog, morto após se apresentar ao DOI-CODI. A cerimônia foi dirigida por Dom Paulo Evaristo Arns, pelo pastor Jaime Wright e pelo rabino Henry Sobel e reuniu cerca de 8 mil pessoas na Catedral da Sé e no seu entorno, na cidade de São Paulo.

Em janeiro de 1976, com a morte do operário Manuel Fiel Filho, nas dependências do DOI-CODI, o presidente Geisel, que já havia solicitado ao comando do II Exército um controle no tocante à atitude dos seus agentes, chegou à conclusão que tais mortes eram um recado da “Linha dura” contra o processo de abertura. No entanto, essa alegação passa a ser questionada, devido ao fato de que Geisel sabia das execuções sumárias que aconteciam em seu governo, conforme memorando da CIA, divulgado em maio de 2018, analisado ainda neste capítulo.

Verificamos um grande enfrentamento de Geisel dentro das Forças Armadas, em especial no episódio de demissão do Ministro do Exército, Sylvio Frota, como forma de mascarar e amenizar a responsabilidade do Governo pelas execuções sumárias. Tal enfrentamento se deu especialmente nos episódios acima citados, a morte do jornalista Vladimir Herzog (1975) e do operário metalúrgico Manoel Fiel Filho (1976), nas dependências do II Exército, DOI-CODI de São Paulo, incutidos de grandes repercussões populares e manifestações de vários segmentos sociais contra as arbitrariedades do Governo. Em resposta, Geisel se impôs, exonerando o comandante do II Exército Ednardo D’Ávila Melo, em janeiro de 1976. Posteriormente decretou a demissão do Ministro do Exército Sylvio Frota, em outubro de 1977. Era a primeira

vez que um presidente militar explicitou o conflito com essa pasta. Definitivamente havia um racha dentro das Forças Armadas. Guillermo O'Donnell e Phillippe Schmitter (1986), chegaram a afirmar que o início da transição foi consequência direta ou indireta das divisões que existiam dentro do regime.

Para Gláucio Ary Dillon Soares, Maria Celina D' Araújo e Celso Castro (1995, p.31), “no caso brasileiro, desde a conspiração até depois de terminado o regime militar, havia fortes diferenças de opinião no interior das Forças Armadas a respeito de vários aspectos”. A contraposição entre a chamada “Linha Dura” e os “Castelistas” acentuava de maneira cada vez mais perceptível, embora os governos militares no Brasil sempre fossem de composição mista.

Próximo ao final de seu mandato, em 13 de outubro de 1978, Geisel decretou o fim do Ato Institucional nº 5 (AI-5), por intermédio da promulgação da emenda constitucional nº 11, restaurando o *habeas corpus*. Sem dúvida, a revogação do AI-5 foi uma grande conquista no processo de transição política, porém não deixamos de frisar a presença de uma salvaguarda na Emenda que os militares poderiam recorrer a qualquer intervenção, caso decidissem ser necessário. Era preciso assegurar que o projeto de abertura política não saísse de suas mãos.

#### 1.4 PRESSÕES INTERNAS E EXTERNAS

O Presidente Geisel assumiu o governo no momento em que “milagre econômico” apresentava claros sinais de esgotamento e o mundo vivia a crise do petróleo. O Produto Interno Bruto (PIB) de 1974 cresceu pela metade em relação a 1973 e a inflação mais que duplicava. Economicamente, a situação estava sob uma melindrosa linha, colocar o país no prumo econômico era um desafio que Geisel teve que encarar. Dito isto, foi aplicado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), procurando reorganizar e retomar o crescimento. Também fez pactos econômicos e diplomáticos fora do eixo de controle norte-americano, acarretando um desagrado ao seu principal parceiro comercial.

As pressões externas ao governo ocorreram em especial pelos EUA, considerando que Geisel, ao fazer um acordo nuclear com a Alemanha Ocidental em maio de 1975, gerou uma crise internacional. Com uma política de diplomacia independente em plena Guerra Fria, o presidente tomou atitudes contrárias aos interesses de Washington, entre elas: reconhecer Angola como país independente, ex-colônia portuguesa que adotava regime comunista; reconhecer a Organização para a Libertação da Palestina, o que ia contra os planos geopolíticos de Israel, aliado dos norte-americanos; além da aproximação com os chineses, também sob regime comunista.

O governo brasileiro passou a ser visto pelos estadunidenses como um aspirante na concorrência da Indústria bélica, quando Geisel criou em julho de 1975 a Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel). De acordo com Napolitano os:

sinais de uma política externa autônoma e heterodoxa e, sobretudo, a suspeita de que o Brasil queria chegar à bomba atômica e se afirmar como uma potência com dinâmica própria na geopolítica mundial foram os grandes motivos de conflito com a administração de Jimmy Carter. No bojo, veio a crítica à violação dos direitos humanos por parte do governo Carter, tema central em sua diplomacia, isolando ainda mais o regime no plano internacional. O reconhecimento oficial dos EUA de que o Brasil não respeitava os direitos humanos somava-se à antiga campanha de exilados e da esquerda, marxista e católica, europeia nas denúncias de torturas e desaparecimentos (2016, p. 253).

As pressões internas vieram de distintos movimentos sociais unidos pela luta dos Direitos Humanos, pela lei de anistia e pelo fim da ditadura, de modo que não atribuímos uma onipotência aos militares no processo de abertura, desconsiderando e omitindo as manifestações populares das décadas de 1970 e 1980, já que é inegável nesse desenrolar a presença de formas não-armadas de lutas reunidas no que ficou conhecida por “resistência democrática”.

Maria Paula Araújo (2004) pontua oito atores políticos essenciais nesse processo de luta democrática travado na segunda metade da década de 1970 e na primeira metade da década de 1980, são eles: o MDB, o ME, a Igreja Católica, a imprensa alternativa, as associações de moradores, as associações de profissionais liberais, o movimento sindical e os movimentos das minorias políticas.

Napolitano (2016, p.248) reforça a afirmação de Araújo, observando a organização já a partir de 1974 de uma grande frente oposicionista, incluindo os empresários, políticos liberais e políticos de esquerda, os movimentos sociais e estudantis. O autor reflete que mesmo as esquerdas armadas realizaram autocrítica, direcionando-se à “questão democrática”. No começo dos anos 1980 essa questão encontra a pauta operária, de modo que um novo ator adentra a luta pela democracia, acelerando “as articulações para uma saída negociada do regime”.

As eleições de 1974 passaram a ser um marco para a resistência democrática, uma vez que boa parte da esquerda passou a apoiar ou participar do MDB, lançando candidatos sob a legenda desse partido, com exceção da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (Polop) e do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), que mantiveram seu radicalismo de esquerda, não aceitando congregarem-se com os emedebistas.

O movimento estudantil merece destaque nesse processo de lutas democráticas. Depois de sofrerem repressões nas passeatas do ano de 1968 e da prisão de cerca de setecentos estudantes no XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna, sul do Estado de São Paulo, em outubro de 1968, o movimento de massas recuou. Com a UNE na ilegalidade desde 1966, bem como o fechamento das Uniões Estaduais Estudantis (UEEs), os centros acadêmicos e diretórios estudantis, o movimento estudantil passou por uma fase de reorganização interna. Os universitários e secundaristas mais radicais resolveram buscar na luta armada um meio de combater o autoritarismo do regime militar. Todavia, observando o fracasso da ação armada – quando muitos jovens foram torturados, exilados, mortos, desaparecidos – buscaram novas formas de resistência (MULLER, 2016).

Araújo (2007, p. 336-337) ressalta que após 1974, “o movimento estudantil começou a viver um processo de reconstrução e revitalização”. Segundo a autora, o movimento passa a atuar “em dois níveis: de um lado, na reconstrução de suas entidades”, que seriam os diretórios, centros acadêmicos e a UNE; e, “de outro, atuando na frente de luta pelas liberdades democráticas”. Essa luta espalhou pelas universidades de todo o país. Os movimentos estudantis passaram a ser dirigidos por “tendências políticas” e estavam ligados aos principais partidos e organizações de esquerda da época, todos em atividades clandestinas.

O ME levou o movimento político de volta às ruas em 1977, ganhando a simpatia da população e o apoio de outros setores de oposição ao regime. Os estudantes denunciavam prisões políticas, torturas e defendiam causas importantes, como a campanha pela anistia. A grande vitória dos estudantes ocorreu em 1979, quando a UNE foi recriada. O movimento se fortaleceu como setor mais ativo da resistência democrática (MULLER, 2016).

No mesmo contexto, seguimentos da Igreja Católica também assumiram papel de destaque na oposição. É importante sublinhar que em 1964 a cúpula católica encampou a luta contra o governo de João Goulart, apoiando a “Revolução Democrática”. Naquele momento era necessário livrar o Brasil do perigo comunista contra a moral e a religião cristã. Dez anos depois, em 1974, a bandeira de luta era levantada contra esse mesmo regime. Não podemos, todavia, generalizar o apoio, observando que a cúpula da Igreja representava um percentual mínimo da cristandade no Brasil. Algumas autoridades católicas, como o bispo Dom Helder Câmara, em meados dos anos 1960, já haviam feito duras críticas ao autoritarismo do governo, denunciando a violação dos Direitos Humanos. Mais tarde, perseguições a clérigos estremeceram as relações entre a Igreja e o regime.

A partir de 1974, a ala progressista voltou a assumir o controle da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de modo que a instituição passou a assumir posições mais à esquerda, unindo-se à frente de oposição que se formava. A Igreja passou a dar suporte aos movimentos sociais, atribuindo a si um papel político e social em defesa de uma profunda transformação na política brasileira (ANGELO, 2011).

Em 1975, no episódio da morte do jornalista Vladimir Herzog, a Igreja promoveu um culto ecumênico na Catedral da Sé, pedindo pelo fim da barbárie. Dentre os feitos dessa instituição, destacou-se a liderança de Dom Paulo Evaristo Arns, que criaria mais tarde em São Paulo a Comissão de Justiça e Paz na luta pelos Direitos Humanos, coordenando ainda um trabalho de denúncias dos atos cometidos pelo regime, concretizado na publicação do livro *Brasil: nunca mais*. A obra traz relatos de pessoas torturadas pelo regime de exceção. Araújo (2004) destaca o papel da Igreja sobretudo por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das Pastorais. Nesses órgãos, a Igreja levava aos seus membros discussões sobre as condições de

trabalho no campo e nas cidades, desde as classes médias aos moradores das favelas.

Outro importante ator político da resistência democrática foram as associações de moradores, tanto as populares como as de classe média, não restringindo suas demandas à questão de moradia, à criação de creches e à violência doméstica. Com a entrada de grupos de esquerda, as organizações se politizaram. A Igreja Católica se transformou com a parceira dos movimentos nos bairros e favelas, ao ceder locais para os encontros, apoiando os projetos sociais das respectivas associações.

As associações de profissionais liberais também exerceram protagonismo na resistência democrática, destacando-se na denúncia ao autoritarismo. Podemos citar: a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), o Sindicato dos Médicos e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Interessante observar que as associações que antes apoiaram o golpe, como a OAB e a ABI, na década de 1970 se colocam enquanto oposição. De acordo com Vitor Amorim de Ângelo (2011), na fase inicial do regime, tanto a OAB quanto a ABI tinha a preocupação de defender seus membros da repressão, não lutar pelo retorno à democracia. Após a morte de Herzog, essas entidades tomaram uma postura mais austera, compondo o grupo de oposição ao regime.

Interessante notar que a Igreja, as classes médias, a OAB e a ABI, assim como os ex-guerrilheiros buscaram legitimar suas posições por meio da reeleitura e do esquecimento das ações pretéritas (ÂNGELO, 2012). Almejavam, assim, reconstruir suas histórias durante o processo de abertura política, desejando ser associados e lembrados apenas pela luta de uma nova ordem política contra a ditadura, luta esta que começaram a travar cerca de uma década após o golpe.

É por essas reflexões que Napolitano (2016) nos convida a ter cautela diante da valorização excessiva do papel da sociedade civil no processo de “abertura”. Segundo observa

O conceito de sociedade civil, que se consagrou nos anos de 1970, como lugar da democracia em si mesma contra um Estado autoritário pelo simples fato de ser Estado, é problemático. Essa visão obscureceu as íntimas conexões do autoritarismo do regime no tecido social, ao mesmo tempo em que **serviu de álibi para muitos aliados civis do regime serem absolvidos diante da história, pois se colocavam sob o epíteto vago de membros da “sociedade civil”** (NAPOLITANO, 2016, p. 249). [Grifo nosso]

Nas continuidades das reflexões acerca dos atores envolvidos às lutas democráticas, Araújo (2007) enfatiza ainda a participação da imprensa alternativa, típica desse período de resistência. Tratavam-se de tabloides de tiragem irregular, vendidos em bancas ou de circulação restrita, todos de oposição. Segundo a historiadora, havia os mais intelectuais, com análises políticas e econômicas, como *Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Em Tempo*, *O Companheiro* e *Versus*. Os jornais feministas, como *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio*. Os ligados ao movimento negro como *Sinba*, *Tiçã*, *Coisa de Crioulo* e *àqueles ligados ao movimento gay, como O Lampião*. Araújo observa que apesar de diferenças de linha editorial, os jornais alternativos ajudaram a criar uma opinião pública antiditadura, disseminando, portanto, uma cultura de esquerda. Sublinha ainda a participação dos movimentos de minorias políticas, como os movimentos feministas, o Movimento Negro Unificado (MNU) e o movimento gay em prol da liberdade de opção sexual. Apesar de lançarem jornais abordando assuntos específicos de suas vivências, não deixaram de dialogar com as esquerdas e denunciar os crimes da ditadura militar (ARAÚJO, 2007).

Nos anos de 1978 e 1979, o país passou por uma grande mobilização do movimento sindical na região industrial metropolitana de São Paulo: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul (ABC paulista). Milhares de metalúrgicos desafiaram a legislação antigreve do regime e se organizaram sob a liderança de Luís Inácio da Silva, o Lula. Era a volta do movimento operário e sindical, que ficou conhecido como o “Novo Sindicalismo”, passando a colocar em sua pauta de discussão as arbitrariedades cometidas pelo governo militar.

Portanto, formou-se uma ampla frente de luta democrática contra o regime na segunda metade da década de 1970. Tais forças unificaram-se em duas grandes campanhas nacionais: a campanha pela anistia, entre 1975 e 1979 e a campanha das “Diretas Já”, até 1984.

A campanha pela anistia, estruturada a partir de 1975, foi organizada justamente por esses atores que emergiram à arena pública, dentre os quais destacamos, no seio dos movimentos sociais, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), fundado em 1975; o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), em 1978, e os movimentos de Direitos Humanos, disseminados por vários estados do Brasil.

As mobilizações no Brasil ganharam maior visibilidade a partir dos atos estudantis de 1977. Esse foi um momento que a radicalização do discurso pelos direitos humanos foi adotada pelos movimentos estudantis. [...] A luta pela redemocratização envolveu um amplo leque de indivíduos e entidades, destacamos entre essas personagens, as militantes do MFPA (Movimento Feminino pela Anistia), os exilados, as entidades estudantis e, finalmente, a partir de 1978, os ativistas do CBA (Comitê Brasileiro pela Anistia), como líderes das manifestações em defesa da Anistia. (FAGUNDES, 2019, p.303)

Fagundes (2019, p.306) enaltece o papel da mulher na luta pela anistia, afirmando que “desde o início, nos núcleos do MFPA, estiveram na linha de frente das mobilizações pela Anistia”. Aliás, a mulher teve presença assídua na resistência democrática e foram alvos de forte repressão política, e mesmo algumas estando grávidas, passaram por torturas. Porém, é nítida a falta de espaço da mulher na história, o que deve ser revisto, dando as mesmas o protagonismo a que tem direito.

A campanha também foi contemplada no exterior ainda em 1975, de modo que até 1979 havia 30 comitês apenas na Europa (RODEGHERO; DIENSTMANN; TRINDADE, 2011). Por iniciativa do jurista, professor e senador italiano do Partido Socialista Independente Lelio Basso, foi formado em 1974 o Tribunal Bertrand Russell II, com o objetivo de denunciar a repressão na América Latina. Essa organização serviu para reforçar a luta pela anistia em âmbito internacional ao trazer à opinião pública detalhes das ditaduras, como as condições dos exilados e presos políticos (ROLLEMBERG, 1999).

Segundo Fagundes (2019), há uma ampliação da pauta na luta pela Anistia

A partir da criação de comitês de Anistia no exterior, os grupos de exilados, sob a influência de diversos grupos e organizações internacionais, incorporaram as demandas pelos direitos humanos em seus discursos. A essa ampliação da pauta denominamos de paradigma da “Anistia como conquista dos direitos humanos”. Nesse sentido, essa mudança de paradigma radicalizou o escopo das demandas e permitiu que, entre outros temas, fossem incorporados na agenda dos movimentos, por exemplo, denúncias contra o aparato repressivo, o fim das torturas e mortes e, principalmente, a condenação de crimes cometidos pelos agentes do Estado. (2019, p. 303)

Ao final de cinco anos de mobilizações, era aprovada a Lei nº 6.683<sup>14</sup>, conhecida como Lei de Anistia. Sancionada por João Figueiredo em 28 de agosto de 1979, a

---

14 Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm)>. Acesso em: 29 jun. 2016.

legislação não atenderia de modo satisfatório os anseios dos movimentos. Ficavam de fora os condenados por crime de sangue, terrorismo, assalto e sequestro pessoal, inserindo nesse grupo um número significativo de militantes da esquerda armada (ARAÚJO, 2007). Além desta restrição, a lei abria interpretação para “perdoar” os próprios agentes do regime, fazendo esquecer as dezenas de violações contra os Direitos Humanos.

Não era a anistia sonhada pelos familiares de presos políticos, de mortos e de desaparecidos, dos militantes de esquerda, dos exilados, do movimento estudantil, sindicalista, artístico, feminista, associações de profissionais liberais e vários outros segmentos que se empenharam na campanha (ARAÚJO, 2007). A demanda por anistia, portanto, foi continuada no pós-1979, pela luta de familiares de mortos e desaparecidos políticos, por profissionais que desejavam voltar à ativa ou receber as devidas promoções, como o caso dos militares cassados e mesmo por simpatizantes dos movimentos (MACHADO, 2006).

Ao analisar a lei, percebemos que torturador e torturados foram “anistiados”, não houve uma responsabilização do Estado brasileiro a respeito das violações contra os direitos humanos. De acordo com Fagundes (2019, p. 306) “a democracia brasileira, 40 anos depois da Lei da Anistia, ainda carece de bases sólidas. As instituições que deveriam zelar pelo Estado Democrático de Direito convivem em permanente conflito com seus limites”.

Ao lado desses movimentos democráticos, eram evidentes os sinais de divisão dentro das Forças Armadas, acentuados a partir da morte do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho. Em outubro de 1977, o General e Ministro do Exército Sylvio Frota tentou um golpe contra o governo Geisel, buscando se firmar como candidato à presidência. O contragolpe veio por intermédio da demissão de Frota e da mudança do comando de 22 batalhões de Infantaria. Havia uma nítida ruptura entre os militares, era hora de Geisel agir com pulso firme e tomar uma decisão quanto à institucionalização do regime e à abertura política.

O presidente optou pela transição e assumiu um enfrentamento contra os chamados “duros”, àqueles que não aceitavam a distensão (GASPARI, 2014a). Por compreender a importância da resistência democrática a partir da segunda metade

dos anos 1970, perguntamo-nos qual teria sido o seu papel na abertura e se realmente houve pressão com vistas a acelerar o processo de transição?

Existem duas interpretações conflitantes inseridas na historiografia da abertura política. De um lado, defende-se a importância e o protagonismo dos movimentos sociais durante o processo de abertura. De outro, alega-se um processo pelo alto, controlado e protagonizado pelos militares.

Por esse ângulo, Fico (2017) observa que os movimentos chamados de resistência democrática não alteraram o controle dos militares sobre o projeto, argumentando que estes aprovaram a Lei de Anistia de acordo com seus interesses, assim como a eleição do primeiro presidente civil, derrotando a campanha das “Diretas Já”. Para o historiador, tudo teria ocorrido no tempo e de acordo com o planejamento dos militares, visto que Geisel e Figueiredo cumpriram na íntegra seus mandatos, e as leis feitas nesses governos atendiam os interesses de salvaguardá-los, garantindo que não sofressem nenhuma sanção no processo de transição ou abertura política.

De acordo com o autor, a organização dos movimentos sociais resultantes da resistência democrática, iniciada na segunda metade da década de 1970, teve seu ápice na Constituição de 1988, quando a sociedade pôde, finalmente, fazer valer sua luta pela democracia. Essa constituição foi a única lei magna brasileira com genuína participação popular, embora alguns parlamentares conservadores permanecessem vinculados ao regime anterior.

Concordamos que a contribuição dos movimentos sociais pode ser nitidamente percebida no processo de organização e elaboração da Constituição de 1988, no entanto, não podemos limitá-los a esse fato, isso seria desconsiderar o histórico de lutas iniciado ainda na segunda metade dos anos 1970. Entendemos, desse modo, que os movimentos organizados pró-resistência democrática serviram para acelerar a abertura política, ou mesmo para alargar os limites impostos pelos projetos militares.

Em contrapartida aos argumentos apresentados por Fico, Rezende (2017, p.371) alega que as “mudanças estabelecidas no período da distensão e da abertura não foram espontaneamente decididas pelo regime”, nos direcionando a compreender

que apesar dos militares terem revertido as situações em benesses políticas, não houve uma exclusividade de decisão no processo de transição.

Entendemos ainda que a resistência democrática não conseguiu a ruptura política da maneira que ansiava, mas apresentou certa pressão, que pode ter acelerado o rumo de alguns acontecimentos. Portanto, não podemos afirmar que os grupos civis organizados foram inócuos, pelo contrário, exerceram importância significativa no papel histórico da abertura e da transição democrática brasileira, embora devemos salientar a continuidade da cultura política conciliatória e autoritária.

Após a análise feita neste capítulo, podemos contestar a afirmação de Gaspari (2014b, p.35) quando observa que Geisel assumia a presidência em uma ditadura sem ditador e deixou o cargo sem ditadura. Seria correto simplificar tanto assim esse período histórico? E em que momento de seu governo não assumiu uma postura de ditador? Em nenhum momento.

Contraditoriamente, no presente prevalece a percepção de Geisel como o presidente da distensão. Muitos setores ressaltam que seu governo deu início à negociada transição política, culminando na passagem do poder aos civis, em março de 1985. Diante desse quadro de disputas de narrativas é importante apresentar algumas questões. O projeto de Geisel era realmente redemocratizar o país? E como um ditador foi transformado em herói da transição democrática?

## 1.5 DO AUTORITARISMO À DEMOCRACIA: VERDADES E UTOPIAS

Muitas são as análises sobre o regime constituído pós-1964. Entendemos que autoritarismo seja a forma mais adequada de conceituá-lo. Juan Linz (1980, p.121) define os regimes autoritários enquanto sistemas políticos com “pluralismo limitado, não responsável, sem ideologia orientadora, mas com mentalidades distintas, sem mobilização política extensiva ou intensiva, exceto em alguns pontos de seu desenvolvimento [...]”. Para o autor, um líder ou um pequeno grupo pode exercer “o poder dentro de limites formalmente mal definidos, mas, na realidade, bem previsíveis”.

Para aprimorar sua definição Linz denomina o caso brasileiro por “regimes autoritários burocrático-militares”, apontando a existência de uma coalizão, que oficiais das Forças Armadas ocupam posição de predominância, sem deter o poder exclusivo, estabelecendo assim controle de governo, podendo excluir ou incluir grupos sem se comprometer com ideologias específicas. Segundo o autor, esses regimes agem pragmaticamente dentro dos limites de sua mentalidade burocrática, sem criar ou permitir o desempenho de um partido único.

Posto isto, entendemos que o Brasil viveu entre 1964 e 1985 uma ditadura militar com características autoritárias (com variações em sua intensidade), embora seja inegável a participação de burocratas e altos executivos no governo. A última palavra em quaisquer assuntos governamentais era proferida pela alta cúpula militar. Decidiam os rumos educacional, cultural, social, político e econômico do país.

Ao tratar em específico da dinâmica de transição, compreende-se sua organização desencadeada de forma gradual, intensificando-se no momento que o presidente Geisel afasta o Ministro do Exército Sylvio Frota, em 1977, colocando essa pasta sob a autoridade da Presidência da República. Mesmo com toda a oposição da “Linha Dura”, Geisel foi único presidente do ciclo dos militares a conseguir fazer o seu sucessor, o General João Baptista Figueiredo, anteriormente seu ministro-chefe do SNI.

Como vimos, no início do mandato de Geisel, a distensão fora exercida enquanto institucionalização do regime. Aplicaram-se medidas liberalizantes, conferindo certa elasticidade aos civis, sem deixá-los no controle das instituições, com vistas a amenizar a repressão e o descontentamento social. A partir de meados do mandato, a distensão passou a ser entendida como abertura política ou transição política (negociada e consensuada). No fim das contas, para o setor “castelista”, a institucionalização traria o equilíbrio ao desenvolvimento econômico e à segurança do país. Os militares teriam cumprido seu papel, afastando as ameaças comunistas, garantindo a ordem e a modernização, podendo enfim voltar aos quartéis.

Nessa seara é importante compreender as diferenças entre *liberalização* e *democracia*. Utilizando-se das contribuições de Guillermo O’Donnel e Phillippe Schmitter (1986), Soares, D’Araújo e Castro (1995) notam que a

liberalização seria a proteção de indivíduos e grupos contra o arbítrio do Estado ou de outros grupos. [...]. No nível individual, essas garantias incluem elementos clássicos da tradição liberal: o *habeas-corpus*; a inviolabilidade residencial e da correspondência; o direito de defesa num tribunal justo e imparcial, de acordo com leis pré-estabelecidas; as liberdades de imprensa, de expressão, de petição, de associação e assim por diante. No nível grupal, esses direitos cobrem ainda garantias como as de que não haverá punição contra expressões de dissídio e dissensão coletivos em relação a políticas governamentais. A democratização mais elementar, por sua vez, implica na possibilidade real de transferência de poder (SOARES; D'ARAÚJO; CASTRO, 1995, p. 13).

Os autores exemplificam o caso do México, país com ampla liberalização, mas com democracia quase nula. A democracia brasileira encontra-se, neste âmbito, incompleta, verificando que a cidadania plena, condição básica à democracia, “está longe de ser atingida” (1995, p.13). O fato do poder governamental ter passado das mãos dos militares para os civis, não foi garantia de uma democracia plena. A tese de Thomas Bruneau, ressaltada por Soares, D’Araújo e Castro (1995, p.26) explica que a democratização teria ocorrido sem que as elites entrassem em acordo, ameaçando a estabilidade de nossa frágil democracia. Para Bruneau há “certo grau de consenso e unidade [...] entre as elites brasileiras”, baseado, contudo, na oposição à entrada das massas.

O projeto militar pretendia aplicar o que Geisel chamou de “democracia relativa” ou “democracia forte”, por meio da institucionalização efetiva do Estado de Segurança Nacional e da criação de uma representação política mais flexível, diminuindo as tensões diante de “pressões” externas. Segundo Alves (1989, p.180), no modelo de democracia relativa o Estado dispõe, “pela Constituição, de salvaguardas e poderes repressivos de emergência para suspender os direitos individuais e governar por decreto sempre que se manifestasse ameaça direta da contestação organizada”.

As salvaguardas foram garantidas na emenda constitucional de nº 11, de 13 de outubro de 1978, especialmente no Capítulo V: “Das Medidas de Emergência, do Estado de Sítio e do Estado de Emergência”, autorizando o governo a impetrar medidas coercitivas, “um dos mais violentos remédios para a preservação das instituições existentes em todo o ordenamento constitucional<sup>15</sup>”. O legislativo, em tal

---

15 Emenda na íntegra, disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc\\_antec1988/emc11-78.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_antec1988/emc11-78.htm)>. Acesso em 30 out. 2017.

ocasião, seria mero expectador (LEWANDOWSKI, 1984, p. 158). Essa emenda passou a vigorar em 1º de janeiro de 1979, e apesar do governo ter revogado Atos Institucionais, aquela assegurava aos militares poder interferir no processo de abertura política, caso algo saísse dos seus planos. Diante do exposto, compreendemos que a transição de poder dos militares para os civis foi articulada para que ocorresse de maneira pacífica, resultando numa negociação mantenedora de garantias e salvaguardas para os primeiros.

O exemplo dessa política moderada e conciliatória é observado na Lei de Anistia de 1979, decretada já no início do governo Figueiredo. O dispositivo “crimes conexos” inserido na legislação favoreceu a interpretação de que os agentes do regime seriam também anistiados (TELES, 2010). Os militares não seriam punidos pelos atos perpetrados durante os anos de ditadura.

Outro demonstrativo de força dos militares no processo de transição foi a derrota na Câmara dos Deputados, por 22 votos, da Emenda Dante de Oliveira (PEC nº 5/1983), em 25 de abril de 1984, que propunha eleições diretas para presidente. Antes da votação o país envolveu-se numa campanha conhecida como “Diretas Já”, levando milhões de brasileiros às ruas. Porém, apesar de grandes pressões – de populares, estudantes, intelectuais, artistas, partidos contrários ao regime – não foi capaz de deter a sequência do projeto de abertura dos militares. O primeiro presidente civil seria eleito indiretamente por um colégio eleitoral, majoritariamente adepto ao governo militar e ao pacto firmado para a abertura.

Esse mesmo tônus conciliatório prossegue no período da redemocratização. A própria construção democrática não é iniciada imediatamente após o encerramento da transição política, datada em 1985. Não é “decorrência *natural* do fim do autoritarismo”, segundo José Álvaro Moisés e José Augusto Guilhon de Albuquerque (1990, p.119). Para esses autores, as sociedades pós-ditadura precisam de transformações em alguns ou muitos sentidos, a fim de que sejam de fato democracias modernas. Um desses sentidos, no caso brasileiro, insere-se na própria cultura política conciliatória, também marcada pelo autoritarismo e pela manutenção das grandes elites políticas no poder.

Entendemos democracia a partir das considerações elaboradas por Robert Dahl (1977, p.25). O cientista político parte do pressuposto de que “uma das

características-chave da democracia é a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados politicamente iguais”, ao avaliar o processo de democratização através de “pelo menos” duas dimensões, a contestação pública e o direito de participação. Em seu entendimento nenhum grande sistema no mundo real é plenamente democratizado, mas apresenta aproximações consideráveis, aos quais denomina por poliarquias. Pensadas estas como regimes relativamente e incompletamente democratizados, ou que foram substancialmente popularizados e liberalizados, “fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública” (1977, p.31).

Portanto, a transição política brasileira é carente uma democracia que de fato atenda aos anseios da sociedade. Verificamos a passagem da ditadura militar para a democracia civil, através de uma transição negociada pelas elites do país. Todo o sistema posterior se organiza para atender aos anseios políticos e econômicos dessa elite e, sobretudo, garantir o pacto de conciliação, levando Vladimir Safatle (2014, p. 36) a observar que “na contramão das democracias, o Brasil ignora seus crimes contra a humanidade amparado em Lei de Anistia ilegal e ilegítima”, haja vista que a legislação é perpetuada pela “incapacidade de construir uma repulsa coletiva visível à ditadura”.

É justamente esse quadro incompleto da democracia brasileira que procuramos discutir, ao expor todo o processo de transição política iniciada no final do governo Geisel e concretizada no governo Figueiredo, assinalando que as análises de transições democráticas têm sérios problemas empíricos e conceituais. Há versões diferentes, por exemplo, que discorrem sobre o processo de abertura política. Na visão dos militares, a transição foi organizada e controlada segundo seus ditames. Já segundo as forças democratizantes, emergentes na segunda metade dos anos 1970, houve resistência e luta, de modo que suas mobilizações surtiram consideráveis efeitos, seja no adiantamento do processo de abertura, seja nas concessões, mesmo que limitadas, ao redor da Lei de Anistia.

Verifica-se que ao assumir o governo em março de 1985, por meio de eleições indiretas, o grupo civil mantém uma política controladora. Foram concedidas algumas liberdades sem permitir direitos que teriam mediante uma democracia plena. Passamos pela transição, com um certo desencanto. A eleição indireta de Tancredo

Neves, sua morte repentina e o governo entregue nas mãos do vice-presidente eleito José Sarney, preposto do regime militar, sinaliza mais para continuidades. A euforia do Plano Cruzado logo é substituída por crise econômica.

Ainda hoje o autoritarismo e a presença dos militares são notáveis em nossa sociedade e nos quadros do poder. No caso de reforço na segurança pública, a convocação do Exército é vista com bons olhos pela grande maioria da população. Não é de se estranhar que na Constituição de 1988 haja resquícios da ditadura sem significativos questionamentos da população. Safatle (2014, p.39) destaca o artigo 142, momento em que “as Forças Armadas são descritas como ‘garantidoras dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem’ ”.

Ernesto Geisel, o grande articulador da abertura conciliada, foi um presidente complexo, de contradições, traçando uma nova dinâmica ao regime militar. De anticomunista convicto, entrou em conflito com os EUA, reconheceu o governo comunista de Angola, utilizou-se da censura e ao mesmo tempo patrocinou uma política cultural em benefício de artistas, de orientação contrária ao governo. Políticas estas, segundo Napolitano (2016, p.236) longe se expressarem um governo hesitante ou indefinido, mas sim inscritas “ [...] em uma estratégia clara de reforçar a autoridade do Estado e, conseqüentemente, dotar o regime e o governo de instrumentos para conduzir a transição para o governo civil com mão de ferro”. Portanto, essas aparentes contradições, bem como as demais medidas tomadas em seu mandato, acabaram por fazer parte de um plano claro de condução à abertura lenta, gradual e segura.

A partir dessas questões relativas aos processos político-institucionais do governo Geisel na direção de uma transição conciliatória, negociada ou pactuada com a elite econômica, indaga-se: por que, apesar da política de abertura e transição, os órgãos de vigilância nas universidades continuaram atuando ininterruptamente? Podemos iniciar uma resposta se considerarmos que durante o governo Geisel, as ASIs agiam permanentemente dentro dos *campi*. Dessa forma, simultaneamente, na medida que houve um recuo das ações repressivas mais ostensivas, em paralelo, efetua-se um adensamento das atividades de vigilância nas universidades.

## 1.6 A MEMÓRIA CONSTRUÍDA: GEISEL, O PRESIDENTE DA “ABERTURA”?

Desde o final da década de 1990, Geisel passou a ser lembrado pela memória nacional como o presidente da “abertura política” ou da “transição política”. A capa do Jornal *Folha de São Paulo*, em 13 de setembro de 1996, um dia após sua morte estampou: “Geisel, que fez a abertura, morre aos 88 anos”. Na ocasião, o então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e o vice-presidente Marco Maciel, divulgaram notas oficiais sobre o assunto:

FHC disse que Geisel “marcou sua presença política no empenho pelo fim da repressão e da democratização do Brasil, na ótica que parecia mais adequada”. Maciel foi bem mais enfático. Segundo ele, a vida pública do presidente foi “um incontestável tributo à restauração democrática” (*Folha de São Paulo*, 13 set. 1996).

Na mesma edição da *Folha* (13 set.1996, p. 6), Thomas Skidmore afirmava que Geisel seria lembrado como “o soldado austero que deu outra chance para a democracia”. Há nessas declarações uma perspectiva de exaltar a imagem política do ex-presidente como um homem de pulso forte, que impôs a democracia sobre a parcela dos militares que não aceitavam a abertura política.

Outro veículo da grande imprensa brasileira, o jornal *O Globo*, trouxe reportagens de exaltação. Na edição matutina, do dia 13 de setembro de 1996, o presidente foi matéria de capa: “Morre Geisel, o patrono da distensão”. No interior do periódico, há reportagens com as seguintes manchetes: “A morte do pai da distensão lenta, gradual e segura”, em outra matéria: “O general que matou a ditadura no país: quando Ernesto Geisel deixou Brasília, o AI-5 não existia mais. Sua política de distensão lenta, gradual e segura triunfara” (*O Globo*, 13 set. 1996).

No mesmo dia *O Jornal do Brasil*, também em reportagem de capa, exibiu a manchete: “Morre Ernesto Geisel, o ditador da abertura”. Esse foi o periódico que publicou a maior reportagem sobre Geisel (nove páginas), relatando a morte, a vida pública, toda carreira militar e política, elementos de sua vida privada, além de depoimentos de historiadores (Thomas Skidmore e René Armand Dreifuss) e políticos,

que enalteceram a imagem do ex-presidente. Na chamada da capa, o *Jornal* acrescentou:

Governou o Brasil de 1974 a 1979 e passou ao sucessor um país liberto dos traços essenciais da ditadura: desestabilizou os aparelhos de tortura de presos políticos, abrandou a Lei de Segurança Nacional, eliminou a censura à imprensa e revogou o Ato Institucional nº 5, o instrumento do poder arbitrário. Usou o arbítrio, porém, quando julgou conveniente (*Jornal do Brasil*, 13 set. 1996, capa).

Apesar da chamada jornalística da capa, o *Jornal do Brasil* foi o único entre os citados a descrever as medidas autoritárias de Geisel frente a Presidência da República, entre elas destacou: o fechamento do Congresso, a cassação de mandatos políticos, relatando através de textos e de um gráfico linear, os movimentos de contradição entre repressão e distensão do seu governo. Na página 3 da edição de 13 de setembro de 1996, lê-se a manchete: “A face cruel do ditador: Geisel conduziu a abertura usando o ato de ditadura para cassar mandatos”. Apesar do *Jornal* abordar os dois lados do Governo, no término da reportagem, cita: “Nos planos de Geisel, estava aplainando o caminho para a distensão que se faria no ano seguinte”, enfatizando que sua conquista “fora desmantelar o terror militar”. Portanto, a figura do presidente da abertura, acabou por abolir Geisel de todos os seus atos autoritários. Verificamos nesse ponto, a questão levantada pelo estudo da memória, pois quando se cria uma memória positiva em torno de algo ou alguém, a memória negativa tende a cair no esquecimento.

É perceptível nas reportagens citadas como a imagem do presidente Geisel, enquanto “responsável” pelo fim da ditadura e pela redemocratização brasileira, foi sendo construída. A memória de um presidente benevolente, responsável por conduzir o Brasil à democracia foi acolhida pela mídia, transpassando-a para a sociedade. Adotando essa memória como “verdade”, parte da memória coletiva brasileira. Em sintonia com os objetivos do presente trabalho, neste momento, apresentaremos algumas análises sobre a construção da chamada memória positiva do governo Geisel.

A grande imprensa brasileira e a memória da Ditadura militar são analisadas por Carla Luciana Silva (2014). A autora destaca que a imprensa ao mesmo tempo que

exerceu papel ativo no processo de transição, acabou por assumir o discurso dos ditadores, apontando para a necessidade do esquecimento coletivo enquanto condição de construir um futuro próspero. A autora também salienta a construção midiática de versões edulcoradas sobre o que de fato foi a ditadura, “ em sintonia com a visão construída pelos militares”. Segundo Silva,

Ao considerarmos os meios de comunicação como lugares de representação de interesses concretos de seus proprietários, anunciantes e intelectuais, percebemos que sua atuação não fica restrita a um estrato ideológico, mas que se amplia, tornando o discurso uma ação concreta, política e social. Por isso, seu papel de construir versões sobre a história e interferir na memória coletiva é uma questão a ser levada em conta, sobretudo em temática de tal relevância como é o caso da Ditadura (SILVA, 2014, p.195-194).

Não somos displicentes a ponto de não reconhecer o papel preponderante do governo Geisel no projeto de abertura política. No breve discurso de posse, em 15 de março de 1974, o General fala sobre o projeto de desenvolvimento e de modernização econômica, exaltando a “Revolução” de 1964, bem como o governo de seus antecessores,

Eis aí a tônica que trouxe ao país à Revolução de 64, que breve completará um decênio criador e que não se esvaiu em promessas vãs, antes demonstrou, com realidades e com números, a que veio realmente, através de obra fecunda que ora ostenta aos olhos todos do mundo. Natural é, portanto, que ela dramaticamente nascida, como tinha de ser, de um dissenso dilacerador e profundo, enfume agora velas de esperança a um futuro, mais promissor ainda, de generoso consenso nacional em torno do decidido e magnífico propósito da criação de um Estado, próspero, soberano e justo – O Brasil dos nossos filhos. O Brasil dos nossos netos (*Folha de São Paulo*, 16 mar. 1974, p. 3).

Na sequência do discurso, Geisel traça ávidos elogios aos “presidentes revolucionários”: Castelo Branco, Costa e Silva e Médici. Em momento algum menciona a questão democrática ou o abrandamento da repressão. Ao contrário, exalta a política do governo. A “abertura negociada” organiza-se durante sua gestão. De acordo com a visão exposta no discurso, os militares teriam cumprido seus compromissos, impetrando desenvolvimento e segurança, motivos que poderiam levar o país a um futuro ainda mais promissor.

Diante do exposto, como a figura de Geisel é associada ao contexto de abertura política e à democratização? Há que se analisar e compreender os usos políticos do passado. No caso da construção da memória histórica do presidente e de seu governo, observamos esse passado remodelado, reconstruído e reescrito de maneira a satisfazer e atender interesses. Há a produção de uma “política da memória” (HUYSEN, 2000). Memória que pode ser seletiva, distorcida, dividida, negativa, positiva ou subterrânea, a depender do narrador. Pode ser também individual ou coletiva. É necessário utilizar métodos históricos (interpretativos e investigativos) para operacionalizá-la. Deve-se fugir do excessivo memorialismo, inculcando uma visão sacralizada, sem questionamentos.

No que diz respeito a Ernesto Geisel, a memória coletiva é utilizada como “um instrumento e um objeto de poder” (LE GOFF, 2012), construída e reconstruída. Não existe memória genuína, há memórias em disputa. Dentre essas reminiscências nos interessa entender a construção da memória oficial, escrita pelos quadros do poder, inculcada e aceita pela maioria da população. Forjada para ser amplamente recebida, sua razão de existir consiste em adentrar às coletividades, para que seja absorvida como verdade histórica.

Associar Geisel como o presidente da abertura ou da transição democrática é aceitar como verdade essa memória forjada, incompleta, é generalizar seu percurso no poder. Desconsiderando, nesse sentido, as medidas de recuos, os desaparecimentos, as mortes, a vigilância política (inclusive nas universidades), a censura e as punições aos que discordavam do governo, as cassações políticas, o fechamento do Congresso, entre outras ações. Seria, por fim, incoerente apagar mais da metade de seu governo em prol dos últimos anos de abertura. Ainda sobre essa questão, no próximo tópico, trataremos da “reabilitação” da memória do ex-presidente.

### 1.6.1 GEISEL COMO “O SACERDOTE”

A “reabilitação” da imagem de Geisel foi intensificada no início da década de 2000. Nessa época, o jornalista e escritor ítalo-brasileiro Elio Gaspari começou a

publicar os primeiros livros de uma série que tinha como pano de fundo a ditadura militar brasileira<sup>16</sup>. Seus protagonistas, Ernesto Geisel e o ministro chefe da Casa Civil Golbery do Couto e Silva, chamados pelo autor, respectivamente, de “sacerdote” e “feiticeiro” (FAGUNDES, 2018).

Vale ressaltar que Golbery foi um dos principais teóricos da Doutrina de Segurança Nacional e um dos criadores do SNI. Ele comandou uma verdadeira “caça às bruxas” nos anos iniciais da ditadura militar. Também foi apelidado de “O Bruxo” por sua notável capacidade de articulação e inteligência e chamado de “Mago da Abertura” por parte da imprensa brasileira. Diante desses “atributos”, recebeu o pseudônimo “feiticeiro” nas obras de Gaspari.

Durante os anos do Governo Geisel, Golbery retorna à vida política após ter presidido de 1968 a 1973 a filial brasileira da empresa norte-americana Dow Chemical. Tornou-se Chefe da Casa Civil até 1981 (quando saiu definitivamente da política) e passou a ser responsável por redigir grande parte dos discursos de Geisel. Mas o presidente sempre fazia supressões e acréscimos a eles, utilizando expressões como “distensão política” e evitando enaltecer os sacrifícios e inauditos esforços dos agentes da segurança interna, em desacordo com a visão de Golbery. Apesar de discordar, o “Feiticeiro” sabia que o “Sacerdote” mandava.

Dentre os inúmeros assuntos destacados na obra de Gaspari, nos chama atenção os episódios em torno dos assassinatos do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, e do operário Manuel Fiel Filho, em 1976, nas dependências do DOI-CODI/SP. A repercussão dessas mortes atingem os quadros do poder, como narra o autor,

Frota chegou ao gabinete de Geisel e, antes que pudesse falar, viu o presidente bater várias vezes na mesa com a mão direita espalmada: “Merda! Merda! Vocês querem criar um problema! Eu não quero ser ditador! A ser ditador, que seja um de vocês!” (GASPARI, 2014b, p.189).

---

16 De 2002 e 2004 foram lançados os primeiros quatro livros da coleção: A Ditadura Envergonhada, volume 1 - Coleção As Ilusões Armadas (2002); A Ditadura Escancarada, volume 2 - Coleção As Ilusões Armadas (2002); A Ditadura Derrotada, volume 3 - Coleção O Sacerdote e o Feiticeiro (2003); e A Ditadura Encurralada, volume 4 - Coleção O Sacerdote e o Feiticeiro (2004). Em 2016 foi lançado o último livro, A Ditadura Acabada, volume 5 - da Coleção O Sacerdote e o Feiticeiro (2016).

Geisel exigia que fosse aberto um inquérito destinado a investigar a morte de Herzog, contrariando as ordens de Figueiredo e do general Sylvio Frota – ministro do Exército e postulante à sucessão presidencial. Ambos defendiam o anonimato dos torturadores. Segundo Gaspari (2014b, p.189), o inquérito não objetivava apurar as causas determinantes da morte do preso da cela especial nº 1, mas “as circunstâncias em que ocorreu o suicídio do jornalista Vladimir Herzog”.

Os assassinatos foram repercutidos por meio de manifestações. A USP iniciou um movimento que levou 10 mil estudantes às ruas em 1977. A mobilização se irradiou por Brasília, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre. Diante de tais atos, Gaspari (2014b, p.405) destaca a não aplicação do Decreto 477, de 1969, que “permitia a expulsão dos alunos envolvidos em atividades políticas”, outra tática foi utilizada. O então ministro da educação, Ney Braga, foi à televisão pedir “paz” aos estudantes. Enquanto o ministro da Justiça Armando Falcão determinou aos governadores que tomassem “medidas preventivas, apropriadas e efetivas”, com a finalidade de impedir a realização de manifestações contra o governo.

Mas os estudantes não paravam diante das pressões e de cortes de verbas para realizações de eventos científicos. O Estado ouvia o grito das ruas e isso causava incômodo, ocasionando detenções e bloqueios policiais às manifestações. Para os militares, as mobilizações estudantis de 1977 lembravam 1968, e era visível que queriam reabilitar a UNE. O governo não poderia perder o controle da situação, era preciso agir. Observamos, todavia, que a repressão só serviu para radicalizar o movimento dos estudantes, o número nas ruas aumentou, em menos de um mês as manifestações mobilizaram cerca de 50 mil jovens em diversas cidades. Levantava-se a bandeira da anistia e da volta ao Estado de Direito.

Esses episódios narrados por Gaspari direcionam-se a uma interpretação que aponta Geisel e Golbery como os defensores e protagonistas da distensão política, com enfrentamento direto aos militares que se opunham a tal decisão. Insistentemente o autor cita Geisel contrapondo-o ao título de ditador. Na conversa entre o presidente e o general Dale Coutinho em 1974 isso fica explícito:

GEISEL: Inclusive, Coutinho, vamos pôr a mão na consciência. O nosso Exército não tem condição de durar numa ditadura? Com os nossos homens? Porque os nossos homens, dentro do Exército tem muita gente boa, mas também tem muita gente que não presta. Você sabe muito bem disso, tem de tudo. [...] O Exército pode manter uma ditadura? Eu acho que o Exército pode manter uma ditadura, mas não a longo prazo. Não dura. Outro setor onde a Revolução não conseguiu fazer nada é que está aí, continua a mesma porcaria, é a justiça (GASPARI, 2014a, p.314).

Mas ainda há muitas contradições, pois ao mesmo tempo que Geisel não quer ser o ditador, ele não abre mão de instrumentos que lhe outorgam tais poderes:

Eu não abro mão do Ato 5. O Ato 5 é um cajado. Eu sou besta de abrir mão desse negócio? Eu sei lá o que que vem. Como essa história de abertura e descompressão. Ah, eu sou um sujeito profundamente democrático. Toda a minha vida eu fui. Eu sempre fui um homem muito simples, despido de coisas, e cansei de ir com minha mulher fazer compra na feira. Agora, não sou nenhum burro de amanhã fazer uma vasta abertura, fingir aí uma democracia e depois ter que recuar dois, três, quatro passos. Eu não vou recuar. [...] seria uma beleza eu chegar: não há mais censura, e agora o troço é vontade (sic), e a Câmara voto (sic) como quer e não sei o quê. E no dia seguinte está o estudante fazendo bagunça na rua, está o padre fazendo meeting, estão não sei o quê. Não aconteceu isso com Costa e Silva? Quer dizer, o Castello fez uma Constituição, convencido de que aquilo era para valer, o Costa e Silva na sua boa intenção quis cumprir, e dali a pouco estava a esculhambação aí. Os estudantes foram inclusive apedrejar e pintar lá o Tribunal Militar. Então eu não vou voltar para trás (GASPARI, 2014a, p.315).

Nessa passagem Geisel evidencia sua intenção: promoveria aos poucos a abertura, sem abdicar de seus atributos, para manter a ordem no país e evitar a “balbúrdia popular”. A distensão seria negociada e consensual, sob as regras militares, mais uma vez a demonstração de nossa cultura política autoritária.

Dito isto, nos cabe perguntar, Geisel foi realmente o “sacerdote da abertura”? A imagem do presidente acabou sendo revitalizada por Gaspari, conferindo uma credibilidade um tanto questionada. Geisel queria institucionalizar o regime e acabou conduzindo a abertura de maneira controlada, salvaguardando os militares e tecnocratas do governo, seguindo um planejamento previamente definido. Para Fagundes (2018) as obras de Elio Gaspari acabaram por consolidar uma “narrativa que enfatizou o protagonismo dos militares no comando da transição democrática”, mais aceitas sobretudo, entre os setores liberais e da grande imprensa.

### 1.6.2 GEISEL SABIA DE TUDO

Com vista a desmistificar a imagem de Geisel como salvador da democracia brasileira, após dois anos do lançamento do último livro de Elio Gaspari, “A Ditadura Acabada”, o Brasil teve um reencontro com esse personagem, que é um dos mais controversos da sua história recente. Em 10 de maio de 2018, Matias Spektor, pesquisador e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP), divulgou em rede social um memorando proveniente do Departamento de Estado dos EUA. De autoria de William Colby, diretor da CIA, o documento de seis parágrafos confirma o assassinato enquanto política de Estado durante a ditadura, inclusive com anuência dos presidentes (FAGUNDES, 2018).

O memorando descreve uma reunião, realizada em 30 de março de 1974, entre o presidente Geisel e integrantes da Comunidade de Informações. Durante o encontro, o general Milton Tavares de Souza, que estava deixando a chefia do Centro de Informações do Exército (CIE), informa Geisel sobre a execução sumária de 104 pessoas feita pelo CIE durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici e pede autorização para continuar a “política” de extermínio no novo governo. Nesse momento o general teria solicitado que todas as execuções vindouras ocorressem após seu consentimento, conforme consta no parágrafo destacado do documento:

99. Memorandum From Director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger<sup>1</sup>

Washington, April 11, 1974.

SUBJECT

Decision by Brazilian President Ernesto Geisel To Continue the Summary Execution of Dangerous Subversives Under Certain Conditions

1. [1 paragraph (7 lines) not declassified]

2. On 30 March 1974, Brazilian President Ernesto Geisel met with General Milton Tavares de Souza (called General Milton) and General Confucio Danton de Paula Avelino, respectively the outgoing and incoming chiefs of the Army Intelligence Center (CIE). Also present was General Joao Baptista Figueiredo, Chief of the Brazilian National Intelligence Service (SNI).

3. General Milton, who did most of the talking, outlined the work of the CIE against the internal subversive target during the administration of former President Emilio Garrastazu Médici. He emphasized that Brazil cannot ignore the subversive and terrorist threat, and he said that extra-legal methods should continue to be employed against dangerous subversives. In this regard, General Milton said that about 104 persons in this category had been summarily executed by the CIE during the past year or so. Figueiredo supported this policy and urged its continuance.

4. The President, who commented on the seriousness and potentially prejudicial aspects of this policy, said that he wanted to ponder the matter during the weekend before arriving at any decision on whether it should continue. On 1 April, President Geisel told General Figueiredo that the policy should continue, but that great care should be taken to make certain that only dangerous subversives were executed. The President and General Figueiredo agreed that when the CIE apprehends a person who might fall into this category, the CIE chief will consult with General Figueiredo, whose approval must be given before the person is executed. The President and General Figueiredo also agreed that the CIE is to devote almost its entire effort to internal subversion, and that the overall CIE effort is to be coordinated by General Figueiredo.

5. [1 paragraph (12½ lines) not declassified]

6. A copy of this memorandum is being made available to the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs. [1½ lines not declassified] No further distribution is being made.

FIGURA 1: Reprodução: Document 99. Memorandum From Director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume E–11, Part 2, Documents on South America, 1973–1976. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99?platform=hootsu>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

Apesar de termos conhecimentos das ações repressivas de Geisel, inclusive via obra de Gaspari, a informação de Matias Spektor foi impactante, compartilhada e comentada por milhares de pessoas, nas principais redes de notícias do mundo (FAGUNDES, 2018). Geisel não era “o sacerdote” descrito por Gaspari, tampouco um líder ingênuo que não sabia a fundo de tudo que se passava nos porões da repressão.

A imagem construída como o presidente da “abertura” ou do início do processo de “redemocratização” torna-se exagerada, uma vez que o memorando da CIA demonstra que o presidente soube e autorizou a execução de presos políticos: “No dia 1° de abril [de 1974], Geisel disse ao general Figueiredo que a política [de extermínio] deveria continuar, mas que devia tomar muito cuidado para ter certeza de que só perigosos subversivos fossem executados”, revela o documento (CIA, 1974, tradução nossa). Dois dias após essa reunião, o regime matou integrantes do Comitê Central do Partido Comunista, em São Paulo: João Massena, Luiz Ignácio Maranhão Filho e Walter de Souza Ribeiro. E seguindo a ação, realizada pelo CIE, centenas de comunistas foram detidos e três morreram nas dependências do DOI-CODI: o tenente José Ferreira de Almeida, o jornalista Vladimir Herzog e o operário Manoel Fiel Filho.

A divulgação do documento da CIA contextualizada com os acontecimentos descritos acima revelam características em torno de Geisel antes ocultas, nos caminhando novamente a reflexões sobre a memória do presidente. É perigoso generalizar uma memória em torno de uma pessoa ou personagem político, há um caráter transitório nas memórias. É justamente a desconstrução dessa memória de Geisel como o “sacerdote da abertura” que nos propomos fazer neste trabalho. Conforme os relatórios das Comissões da Verdade das universidades, é sabido que o governo e o próprio presidente, através de seus assessores mais próximos tinha conhecimento da censura, das expulsões, dos cortes, das perseguições, das prisões, das torturas e das mortes sucedidas em decorrência da repressão política nas universidades brasileiras.

Gaspari desenvolveu em suas obras um relato tendencioso, ele controlava as informações e as interpretações pelo fato de monopolizar as fontes. Esse trabalho acabou por projetar Geisel com a imagem do mais agraciado dos presidentes militares, que derrotou a “linha dura” do regime. E nesse ponto vem uma questão à tona, sabendo e permitindo as torturas e as execuções como Política de Estado,

Geisel pode ser considerado um presidente moderado? Havia realmente a distinção entre “linha dura” e “moderada” dentro da cúpula das forças armadas? É conveniente que esses termos continuem sendo utilizados na historiografia? Defendemos que não. Havia divergências dentro das Forças Armadas, porém não poderiam ser agrupadas em apenas dois grupos. Fazendo uma divisão tão rígida, corremos o risco de amenizar o caráter autoritário que regia o período, além de construir uma memória de culpabilidade a um determinado grupo das Forças Armadas e outra memória de moderação sobre outro, quando na verdade, todos do poder concordaram com o golpe de 1964 e se cercaram de instrumentos ditatoriais.

Geisel reaparece na história recente como uma “déspota esclarecido” que desafiou e combateu a chamada “linha dura”, abrindo caminho para a democracia. Porém o documento divulgado em maio de 2018 joga por terra a teoria construída por Gaspari de que Geisel era um lutador anti-tortura e que aprovava a contragosto a medida, desde que aplicada contra quem “merecia morrer”, ou seja, os opositores do regime militar. Isso o torna tão “linha dura” como qualquer outro militar que defendesse a prática de extermínio.

Apesar do documento da CIA trazer à tona os amplos conhecimentos do presidente acerca dos atos praticados no regime militar, essa política de extermínio de subversivos não é novidade. De relatórios oficiais, depoimentos orais a uma massiva documentação, o relatório concluído pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2014 comprova a violação dos Direitos Humanos enquanto política de Estado, sendo uma prática comum e com anuência dos cinco presidentes militares. Na época a Comissão foi criticada por revanchismo, uma vez que essas declarações compunham o relatório elaborado no governo Dilma Rousseff, participante da luta armada, presa e torturada durante o regime militar. Outra crítica recebida pela Comissão da Verdade, disse respeito à parcialidade ideológica em favor dos opositores ao governo militar. Diante de tais julgamentos e desconfianças quanto à veracidade dos trabalhos realizados pela CNV, o documento da CIA é contundente, comprovando e reforçando suas afirmações.

O general Milton Tavares, segundo o documento, disse que o Brasil não poderia ignorar a “ameaça terrorista e subversiva”, que os métodos “extralegais deveriam continuar a ser empregados contra subversivos perigosos” e que, no ano anterior,

1973, 104 pessoas "nesta categoria" tinham sido sumariamente executadas pelo Centro de Inteligência do Exército". Portanto, entendemos que os subversivos perigosos eram justamente os inimigos do regime militar, e todos que tomaram atitudes de execução sumária como política de Estado são enquadrados na descrita "Linha Dura". Se analisarmos a fundo, tecendo as devidas ponderações, podemos afirmar que a Linha Dura e a Sorbonne (moderada), são nomenclaturas ultrapassadas, uma vez que tentam mascarar uma política de Estado autoritária comum a todos os governos.

Relembramos que o presidente Geisel se encontra incluso no levantamento realizado pelo relatório final da CNV, que responsabiliza 377 pessoas por crimes cometidos durante a ditadura militar. A CNV defendeu ainda a existência de uma política pública de extermínio aplicada contra os opositores, implementada no regime, observando que a cúpula do poder concedia aval para tais atos. Ao analisar o relatório da Comissão, verificamos que de 1º de abril de 1974 até o fim da ditadura, ao menos 89 pessoas foram mortas ou desapareceram no país. Os dados obtidos equivalem a pouco mais de 20% de 434 mortes e desaparecimentos durante o regime.

Para Pedro Dallari, último coordenador da CNV, o memorando confirma as conclusões do relatório da Comissão Nacional da Verdade, os cinco presidentes da República no período militar são apontados como responsáveis por violações de Direitos Humanos durante o regime. Em entrevista cedida ao Jornal *A Gazeta* de Alagoas em 12 de maio de 2018, Dallari afirmou: "É um documento [o memorando] est arrecedor, sem dúvida nenhuma, porque descreve com minúcia uma conversa que evidencia práticas abjetas e que um presidente da República com sua equipe tratou do extermínio de seres humanos".

Não podemos omitir que Gaspari apresenta de maneira moderada o conhecimento de Geisel das torturas e assassinatos nos porões da ditadura. Em trechos de conversa entre Geisel e Dale Coutinho, um mês antes da posse, são estas as considerações:

Coutinho tinha o recado do porão: "E eu que fui para São Paulo logo em 69, o que eu vi naquela época para hoje... Ah, o negócio melhorou muito, Agora, melhorou, aqui entre nós, foi quando nós começamos a matar. Começamos a matar". Geisel: Porque antigamente você prendia o sujeito e o sujeito ia lá

para fora [...] Ó Coutinho, esse troço de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser” (GASPARI, 2014a, p. 317).

Essa declaração de Geisel demonstra seu entendimento no tocante à continuidade da política extermínio. Em outro trecho, Gaspari (2014a, p.379) disserta que “em 1974 chegou ao apogeu a política de extermínio de presos políticos. As versões oficiais já não produziam mortos em tiroteios, fugas ou suicídios farsescos nas cidades. Geisel sabia de tudo.” Apesar dessas análises, Gaspari não aprofunda a responsabilidade de presidente nos crimes de Estado cometidos durante o seu governo. A preocupação de suas obras é enfatizar o papel de Geisel como personagem fundamental para a abertura política e o início do processo de redemocratização do país.

Procurados na ocasião que veio a público o documento da CIA, o Ministério da Defesa e a assessoria do Exército alegaram que os documentos sigilosos referentes ao regime militar haviam sido destruídos. Abaixo a íntegra de nota divulgada pelo Ministério da Defesa:

O Ministério da Defesa informa, em consonância com mensagem já divulgada da assessoria do Exército Brasileiro, que os documentos sigilosos, relativos ao período em questão e que eventualmente pudessem comprovar veracidade dos fatos narrados foram destruídos, de acordo com as normas existentes à época – Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos – em suas diferentes edições.  
Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/para-ex-membro-da-cnv-documento-sobre-geisel-e-estarecedor-e-forcas-armadas-deveriam-reconhecer-responsabilidade.ghtml>>. Acesso em: 12 jun. de 2018.

Diante do documento apresentado pela CIA em 2018, há de se observar de maneira mais crítica as obras de Elio Gaspari. O jornalista não tem como absorver o “sacerdote” Geisel, diante de tais evidências documentais e mantê-lo como o moderado militar palatino da abertura. Além do mais, manter documentos históricos, que deveriam ser de alcance público<sup>17</sup>, em sua posse pessoal, é algo, no mínimo, contraditório.

---

<sup>17</sup> Golbery do Couto e Silva e Heitor Aquino Ferreira, um dos principais assessores de Golbery, cederam a Elio Gaspari acesso privilegiado a documentos oficiais, agendas pessoais, áudios e documentos dos órgãos da Comunidade de Informação. O jornalista ainda reuniu horas de entrevistas com os dois

## **2. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 AO FINAL DO GOVERNO GEISEL EM 1979**

Neste capítulo analisamos como o regime militar interveio na estrutura das universidades, buscando o desenvolvimento tecnológico e – por consequência – econômico. Tal operação ocasionou uma controvérsia ao Governo, uma vez que as atitudes arbitrárias exercidas foram diretamente confrontadas pela comunidade acadêmica.

Após 1964, foi aprovada uma série de legislações relativas ao ensino superior. Dentre elas, a Lei n. 5.540/1968, que fixou normas de organização e funcionamento para essa modalidade, além de promover sua articulação com a escola média, introduzindo um conjunto de alterações na estrutura da universidade, que de fato tinham por objetivo limitar a autonomia e exercer maior controle das instituições. Apesar da instauração de grupos de trabalho, estudantes e professores não puderam participar das comissões que elaboraram o texto das reformas implementadas pelo MEC, pautadas majoritariamente no tecnicismo enquanto preceito educacional (LIRA, 2012).

Como já afirmado, é perceptível a interferência militar sofrida pelo MEC entre 1964 e 1985. De acordo com Suzeley Kalil Mathias (2004) o termo militarização é desdobrado na análise, passando de simples ocupação de cargos por membros fardados a tomadas de atitudes do governo, que refletem uma visão de mundo cuja base referente é a organização castrense. Neste capítulo discutimos a militarização na educação e demonstramos algumas reações estudantis às arbitrariedades do governo.

### **2.1 O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SUA ATUAÇÃO NO REGIME MILITAR**

O MEC foi criado em 14 de novembro de 1930 no governo de Getúlio Vargas sob o nome Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (MES). Nessa época

---

personagens centrais de seus livros (FAGUNDES, 2018). Nossa crítica refere-se a não disponibilização de tais arquivos ao público em geral.

a educação não era assunto exclusivo da pasta. Somente em 1953, a saúde ganhou autonomia como ministério, surgindo em seguida a sigla MEC. É interessante notar a mudança de atuação da instituição ao longo da história. De acordo com o portal oficial, o Ministério da Cultura foi criado em 1985. Em 1992, uma lei federal o transformou em Ministério da Educação e do Desporto. E somente em 1995, a instituição passou a ser responsável apenas pela área da educação<sup>18</sup>.

Essa tese analisa a política de distensão e abertura durante o governo Geisel (1974-1979), em contraponto ao paradoxo da vigilância e repressão política nas universidades brasileiras. Assim, demonstraremos a atuação dos órgãos de informação do governo dentro das instituições superiores, interferindo no ensino e na administração das comunidades universitárias.

Para compreender mais a fundo a temática, apresentamos o cenário educacional do período anterior à administração de Geisel, em específico os dez primeiros anos de Ditadura, entre 1964 e 1974. Segundo Amarílio Ferreira Júnior e Marisa Bittar (2006) a política educacional do regime abrangeu todos os níveis de ensino, provocando mudanças visíveis dos dias atuais. Nesse ínterim, o Estado editou políticas e práticas que

Redundaram no tecnicismo; na expansão quantitativa da escola pública de 1º e 2º graus às custas do rebaixamento da sua qualidade; no cerceamento e controle das atividades acadêmicas no interior das universidades; e na expansão da iniciativa privada no ensino superior (FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 200, p.1161).

Para os autores a educação foi totalmente instrumentalizada como aparelho ideológico do Estado, sendo a escola um dos meios mais eficazes para difundir a ideologia que respaldou o regime. Há, portanto, um projeto de militarização da educação. Os agentes do governo passam a ter mais comando nas instituições educacionais do que os próprios profissionais pedagógicos, preocupados sobretudo com a formação de trabalhadores técnicos de nível médio, diante da política de modernização empregada e a demanda por mão de obra qualificada.

---

18 Para mais detalhes acessar: <<http://portal.mec.gov.br/institucional/historia>>. Ver também: SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.

A Reforma Universitária, instituída pela Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968<sup>19</sup>, no governo do presidente Arthur da Costa e Silva, tinha como prerrogativa dois princípios: o controle político das universidades brasileiras e a formação de mão de obra. Isa Cristina Barbosa, Antunes Rafael Oliveira da Silva e Tainá da Silva Bandeira (2013, p.1) descrevem algumas transformações nas universidades brasileiras e no sistema de ensino, dentre elas: o aumento das matrículas, sobretudo nas instituições de iniciativa privada; a escolha dos Reitores sob responsabilidade do Presidente da República; a unificação das unidades acadêmicas; a criação dos departamentos e monitorias; o aumento de programas de extensão, atividades desportivas, culturais e cívicas com objetivo de viabilizar a “ocupação do corpo discente”; além de uma maior interação entre ensino e pesquisa. A maior intervenção do Estado nas universidades, permitiu, segundo os autores, o prolongamento dos ideais “revolucionários” na educação superior.

As atribuições da citada reforma abrangeram, entre outras determinações: a expansão efetiva das vagas de graduação; a racionalização de recursos; a reorganização da carreira do docente federal, com melhoramento da remuneração e dedicação exclusiva; o aumento de financiamentos à pesquisa; o maior incentivo à participação da iniciativa privada no ensino superior; a substituição do sistema de cátedras, com a criação de departamentos; as mudanças dos exames de vestibular, que passaram a ser classificados de acordo com o número de vagas, excluindo o caso dos excedentes; o incentivo à formação de docentes no exterior, com o maior incremento de bolsas; a criação de cursos de pós-graduação; a criação de novos *campi* para universidades federais e estaduais, na qual é destaque o estilo arquitetônico dominante, erguido nos anos 1970.

Há nesse procedimento uma contradição explícita. Apesar de sua disposição em blocos favorecer o controle por parte dos militares, os projetos ficaram a cargo de arquitetos modernistas, desafetos do regime, vítimas inclusive de expurgos políticos (MOTTA, 2014).

---

19 Para mais informações ver: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

É necessário observar que, em moldes gerais, a reforma universitária foi uma ideia aproveitada de um conjunto de reivindicações no pré-1964, intensificadas sobretudo no governo Jango, na busca de conciliar modernização e autoritarismo. Atendendo a pleitos acadêmicos cujo objetivo visava controlar o andamento das universidades, a reforma procurou utilizar os profissionais e suas pesquisas na busca de modernização tecnológica e econômica, mas, em contrapartida, pretendia dismantelar o radicalismo de estudantes e de profissionais do campo intelectual.

**Tabela 3 – Crescimento das Universidades em números<sup>20</sup>**

<b>CRESCIMENTO DAS UNIVERSIDADES EM NÚMEROS</b>				
<b>Dados</b>	<b>1964</b>	<b>1974</b>	<b>1976</b>	<b>1979</b>
Universidades públicas	20	-	-	31
Cursos de pós-graduação	23	400	-	700
Estudantes universitários	140 mil	-	-	1 milhão e 300 mil
Bolsas de pós-graduação financiadas pela Capes e CNPq	1 mil	-	10 mil	13 mil

Tabela elaborada a partir de dados extraídos de MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 57. [Elaboração nossa]

A reforma tinha a intenção de expandir as vagas para o ensino superior, mas buscava acirrar o controle político das instituições. A repressão às universidades também se intensificou na década de 1970, contando com um suporte jurídico específico, o já mencionado Decreto n.477/1969 que permitia realizar a expulsão de

---

<sup>20</sup> Não foram encontrados dados nos espaços em branco discriminados na tabela.

estudantes e funcionários que por ventura se envolvessem em atividades políticas “inapropriadas”.

A reforma universitária contou com uma modernização do ensino baseada nos moldes norte-americanos, um figurino que já vinha se desenvolvendo desde os anos 1940, proporcionando o aumento do controle universitário por parte do regime militar. Se verificarmos a ênfase nos cursos de tecnologia e ciências exatas e econômicas, identificamos uma nova força de trabalho organizada nas formas estatal e privada internacional. É notório que a classe média apoiadora do golpe civil-militar não desejava que seus filhos atuassem apenas como trabalhadores técnicos, muito menos braçais. O regime precisava atender essa demanda, inserindo desse modo a universidade a seu serviço com vista a implementar seu projeto de desenvolvimento (CUNHA, 2007).

Luiz Antônio Cunha (2007) utiliza o termo “modernização/controlado”, reiterando nossa afirmação no sentido de que a modernização carregou como contrapartida a submissão das universidades ao rígido controle do governo, proferido através do MEC, do SNI e dos órgãos de espionagem, com destaque para a ASI, atuante diretamente nas instituições. Segundo o autor, as primeiras universidades federais a experimentarem a controle repressivo estatal foram a UnB, a UFMG e a UFRJ, ação posteriormente estendida às demais universidades federais por meio dos decretos-leis 53/66 e 252/67, e em 1968, por meio da Lei 5.540, atingindo todas as instituições de ensino superior.

Um regime autoritário se institucionalizou no meio acadêmico mediante um controle repressivo e mudanças estruturais. Cunha (2007, p. 289) destaca como um dos principais vetores da reforma universitária “a eliminação da duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes”, buscando interligar as ilhas acadêmicas (até então, unidades quase independentes) e aumentando a produtividade dos recursos materiais e humanos existentes. A extinção do regime de cátedras, por exemplo, visava dificultar a formação de lideranças universitárias, uma vez que retirava o poder dos catedráticos de nomear professores-assistentes. Além disso, o regime fechava o cerco ao manter a escolha dos reitores e diretores das unidades sob intervenção do chefe do Executivo, de modo que a lista de indicação deles contaria com a participação de representantes do Ministério da Educação.

A repressão às entidades estudantis foi iniciada nos primeiros momentos pós-golpe e os quatro anos seguintes seriam marcados por forte endurecimento das ações militares. Em 1968 e 1969 o ME volta a se articular, organizam atos públicos, manifestações e especificamente em 1968 ocorre o XXX Congresso da UNE, em Ibiúna/SP, reprimido violentamente pelo Estado<sup>21</sup>. O regime se fechava contra os inimigos “subversivos”. Apesar do fechamento da UNE, segundo Angélica Müller (2016), os estudantes não paralisaram suas atuações, agindo na clandestinidade, de forma mais discreta, até aparecerem nas ruas em 1975 e de forma mais atuante nas passeatas de 1977, quando encamparam bandeiras de luta, como a redemocratização do país, a anistia e a reabertura da UNE, ocorrida em 1979.

Apesar da repressão às entidades estudantis, o Estado continuou a implementar reformas jurídicas no campo educacional. Dermeval Saviani (2013) pontua:

- a) a Lei 770, de outubro de 1968, que criou as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) – 1ª a 6ª série do 1º grau – e Organização Social e Política do Brasil (OSP) – 7ª e 8ª série do 1º grau, ensino médio e superior -, visando estimular o patriotismo e o civismo;
- b) a Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, que reorganizou o funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média;
- c) o Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, que colocava toda a comunidade universitária sob vigilância e punição aos considerados “subversivos”;
- d) a Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, que reestruturou os antigos primário e ginásio, criando o ensino de 1º e 2º graus, com destaque para o ensino profissionalizante;
- e) a Lei 5.700, de 1º de setembro de 1971, que se refere a apresentação de símbolos nacionais e a criação de Centro Cívicos, destaque para o artigo 39 que trata sobre a obrigatoriedade do ensino e manuseio dos símbolos nacionais nos estabelecimentos de ensino, entre outras Leis e decretos.

---

21 Pedro Ernesto Fagundes (2013, p. 309) destaca a prisão de 13 estudantes do Estado do Espírito Santo durante a repressão do DOPS aos participantes desse Congresso da UNE.

Os conteúdos de EMC ministrados no ensino superior eram oferecidos como parte da disciplina Estudos de Problemas Brasileiros (EPB), usualmente “atribuída a professores conservadores, alguns com formação militar” (MOTTA, 2015, p.43). Conseqüentemente, o civismo ensinado tinha referências na versão militarista, e a moral voltava-se aos padrões cristãos tradicionais.

A legislação mais comumente utilizada na repressão à comunidade universitária foi o Decreto nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, conhecido como o “AI-5 do movimento estudantil”. No artigo 1º delimita seus alvos: estudantes, professores e funcionários das instituições de ensino superior público ou particular. Também são especificados atos considerados “subversivos” e apresentadas as punições correspondentes. Os professores e os funcionários poderiam sofrer demissão, não podendo ser contratados novamente por cinco anos. E os estudantes poderiam sofrer desligamento, estando proibidos de ingressar em outras instituições de ensino pelo período de três anos.

Destacamos também o projeto de alfabetização entre os anos de 1967 e 1973, sendo os de maior repercussão os programas: Mobral, Projeto Minerva e Televisão Educativa. É importante se atentar para o aspecto político incutido à alfabetização de adultos, bem como ao ensino profissionalizante, a formação de eleitores (SAVIANI, 2013).

Ao tratar das medidas adotadas na reforma educacional há um significativo destaque para o acordo entre o Ministério da Educação e Cultura e a *United States Agency for International Development* (MEC/USAID), um projeto composto por várias ações, percorridas ao longo da década de 1960. Muitas dessas agrupadas na Lei nº 5.540/68, a conhecida Lei da “Reforma Universitária”. Nesse aspecto, Martins Filho (1987, p. 187) observa a importância de “sanar” as universidades dos “elementos perigosos”, a fim de preparar novos dirigentes e intelectuais que se ajustassem aos moldes do regime. Na visão dos educadores, o acordo representava uma invasão tecnocrata na área educacional, diminuindo a qualidade na formação da política de ensino (MATHIAS, 2004).

Aliados à política norte-americana, os convênios MEC/USAID visavam implementar uma reforma universitária, cuja preocupação fundamental baseava-se na formação de profissionais com competências ao desenvolvimento econômico do país.

Esses acordos também abrangiam todos os níveis de ensino (ensino primário, médio e superior), treinamento de professores e elaboração de livros didáticos, com o auxílio de assessores norte-americanos. Luiz Antônio Cunha e Moacyr de Góes (1991) enumeram 12 principais medidas envolvidas aos acordos MEC-USAID entre 1964 e 1968.

Em 1964 seria assinado o acordo para aperfeiçoamento do ensino primário. Em 1965 dois novos acordos, o primeiro com vista a melhorias no ensino médio e o segundo com objetivo de suplementar com recursos e pessoal o acordo do ensino primário, assinado no ano anterior. Em 1966 seria assinado mais cinco acordos: envolvendo treinamento de técnicos rurais; aperfeiçoamento de professores de ensino médio e proposta de reformulação das faculdades de filosofia; assessoria para modernizar a administração universitária; novamente aditivos no ensino primário, acrescentando desta vez a elaboração de planos com objetivo de entrosar o ensino primário ao secundário e superior; e a criação de um Centro de Treinamento Educacional em Pernambuco.

Em 1967 seriam assinados mais três acordos. O primeiro deles – entre o MEC, o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e a USAID – consistia em um acordo de cooperação para publicações de caráter técnico, científico e educativo, cabendo aos membros da USAID o controle de detalhes técnicos e editoriais. No prazo de três anos seriam distribuídos 51 milhões de livros nas escolas. Os dois últimos acordos de 1967 e um último de 1968 seriam reformulações e complementaridades de resoluções anteriores. Os Acordos MEC/USAID sofreram críticas e objeções por parte dos profissionais da educação e também dos estudantes, em especial, universitários, que temiam a privatização do ensino brasileiro.

Como nossa pesquisa concentra-se na vigilância e repressão política nas universidades, refletimos também acerca da constituição dessas instituições no Brasil. Se comparadas com nossas vizinhas latino-americanas, nasceram tardiamente. As latinas remontam ao século XVI, o sistema universitário é padrão para o ensino superior, há faculdades isoladas apenas em casos pontuais. No Brasil, as primeiras organizações de fato são constituídas na década de 1920, e ainda assim, exceção. Segundo Cunha e Góes (1991) as nossas instituições nasceram fragmentadas, uma para cada profissão, ou quando muito, agrupadas por profissões assemelhadas. Os autores observam que apenas na década de 1960 começou a vingar um movimento

cujo objetivo era agregar as faculdades em universidades. Nesse âmbito, a alternativa foi amparada na “federalização” das faculdades. De modo geral, essa iniciativa ambicionava aumentar o padrão qualitativo do ensino superior. Todavia, esse processo não teve seguimento. Hoje contamos com um ensino superior significativamente fragmentado. As universidades públicas não atendem à demanda social, impulsionando o crescimento do setor privado.

Walder de Góes (1978) sinaliza que em 1968 havia um estrangulamento do acesso à universidade, oferecendo apenas 150 mil vagas, fato apontado como causa principal dos protestos estudantis, além da insatisfação com o regime instituído. Escrevendo dez anos após a reforma, em 1978, o autor observa que os projetos não teriam sido executados com eficiência, não estando os investimentos suficientes e corretamente utilizados para fazer face às novas demandas de um ensino qualificado. Por outro lado, discentes e docentes teriam construído solidariedade, alterando a realidade anterior, caracterizada por uma discrepância ideológica entre as categorias. Essa comunhão de ideais políticos entre professores e alunos surgiu como um problema ao Estado, uma vez que essa massa intelectual ativa começou a questionar o autoritarismo e a falta de liberdades civis.

Há que se destacar que, devido a postura em defesa das Reformas de Base propostas por João Goulart (1961-1964), a UNE sofreu represálias desde os primeiros momentos pós-golpe. A massa intelectualizada e politizada do país estava concentrada majoritariamente nas universidades, não à toa, local privilegiado de vigilância e repressão.

A Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, passou a reger todos os instrumentos de representação discente, e determinou como órgãos estudantis de regime superior, subordinados às condições desta Lei: a) o Diretório Acadêmico (DA), em cada estabelecimento de ensino superior; b) o Diretório Central de Estudantes (DCE), em cada universidade; c) o Diretório Estadual de Estudantes (DEE), em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal, onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior; d) o Diretório Nacional de Estudantes (DNE), com sede na Capital Federal<sup>22</sup>.

---

22 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4464.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4464.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2019.

Nesse contexto, o movimento estudantil se reorganiza internamente, e seus atos passam a ser vigiados pelas Faculdades ou Universidades de origem, bem como pelo Ministério da Educação e Cultura. Apesar de atuar na clandestinidade, a partir de 1979, a diretoria da UNE só será desmantelada em 1973. Todavia, ainda nesse intervalo o ME continuará organizado, de modos mais sutis, como por exemplo, por meio de núcleos menores, como os centros e diretórios acadêmicos, e conversas em espaços abertos. O espaço das ruas só será retomado de fato em 1977, e a reorganização nacional enquanto entidade em 1979 (MULLER, 2016).

A partir de 1969 o movimento passa a ser dirigido por “tendências políticas”, ligadas às principais organizações de esquerda da época, todos em atividades “clandestinas”. Os universitários e secundaristas mais radicais resolvem buscar na luta armada um meio de combater o autoritarismo do regime. Porém, com o fracasso da ação armada no início dos anos de 1970 – período em que muitos jovens foram torturados, exilados, mortos e desaparecidos –, era preciso buscar outro meio de resistência (MULLER, 2016).

A onda repressiva contra os estudantes brasileiros foi violenta, caracterizada por perseguições, detenções e abertura de inquéritos administrativos nos centros das universidades, as ações impetradas se estenderam a toda a comunidade acadêmica. Funcionários administrativos, professores e reitores foram exonerados de suas atribuições, caso do reitor da UFES, Manoel Xavier Paes Barreto Filho, em abril de 1964, conforme descrito no Relatório da CVUfes (FAGUNDES, 2016).

Importante frisar que, ao contrário da noção aceita pela historiografia, de que o ME passara por um período de latência e quase inoperância no final da década de 1960 e início da década de 1970, aparecendo novamente no cenário nacional somente na segunda metade dos anos de 1970, Müller (2016, p.18) defende a tese de que o ME “apresentou propostas de resistência ao regime militar durante todo o período, inclusive no chamado ‘anos de chumbo’, através de ações diversificadas”, empunhando bandeiras em prol da melhoria educacional, articulando com outros setores da sociedade, dentre esses a aliança com o campo cultural, sendo construídas outras formas de organização. Para a autora há continuidade do movimento, mesmo em momentos de grande perseguição, o que permitiu “sua presença como ator de primeira grandeza nas lutas pela redemocratização do país”, isso juntamente com os

demais movimentos sociais que se sobressaem na luta democrática em finais dos anos de 1970.

Quanto à atuação dos governos militares nas universidades, há avanços e retrocessos, modernização e repressão. Essa miscelânea de ações suscita polêmica entre alguns pesquisadores sobre a verdadeira intenção do regime ao instituir as reformas no setor educacional. No que diz respeito à modernização intensificada na década de 1970, já sublinhamos o crescimento de ofertas de cursos superiores, a expansão de vagas, a ampliação das universidades, bem como o crescimento do ensino privado superior, a expansão dos cursos de pós-graduação e da infraestrutura de pesquisa, a alteração da estrutura curricular (inspirado pelo modelo norte-americano, adota-se as disciplinas com sistema de créditos); a extinção das cátedras e a criação de Departamentos; a organização da carreira docente. Em contrapartida a essas “benesses”, houve, no entanto, a queda na qualidade do ensino, em especial no nível de graduação (MOTTA, 2014).

Pregada antes do Golpe de 1964, a Reforma Universitária foi apropriada e moldada pelo regime. Inicialmente elaborada, defendida e colocada em prática na UnB, “a reforma afinal implantada pelos militares foi versão autoritária, tecnocrática e também mais elitista daquele projeto”, permanecendo o paradoxo de que “se apropriaram de parte das ideias da esquerda acadêmica do pré-1964 (MOTTA, 2014, p.293).

Durante o regime militar, os órgãos de repressão atuaram assiduamente na esfera educacional. Monitoraram 33 Universidades, por intermédio da AESI, sendo as primeiras criadas pela Portaria nº 10, BSB, de 13 de janeiro de 1971, com intuito de coibir manifestações contrárias à ditadura (MOTTA, 2008b, p.38). Em 1975, a AESI passou a adotar a nomenclatura de Assessoria de Segurança e Informações (ASI), de modo que, quando tratarmos deste órgão durante o governo Geisel utilizaremos, majoritariamente esta última sigla.

O principal objetivo da ASI consistia em espionar as atividades da comunidade universitária (federal e estadual), investigando e levantando informações de docentes, técnicos administrativos e discentes com alguma postura política inconveniente ao governo, e de maneira geral, aqueles rotulados de “comunistas” ou “subversivos”. O

órgão interferia no cotidiano da instituição, na estrutura e no ensino, e foi empregado para silenciar e desarticular as entidades estudantis. Para Motta, a

atuação das ASI revela verdadeira obsessão em impedir a infiltração comunista e soviética nas universidades, dedicando-se, por exemplo, a monitorar o ensino de russo nas instituições brasileiras e a vigiar os estudantes retornados da URSS com diplomas obtidos naquele país. Essas agências não protagonizaram ações espetaculares, tampouco tinham poder incontestado, uma vez que alguns reitores nem sempre obedeciam a suas recomendações. Mas, em sua ação cotidiana, miúda, elas ajudaram a retirar da vida acadêmica um de seus elementos mais preciosos, a liberdade. Durante sua existência, elas contribuíram para criar nas universidades ambiente de medo e insegurança, que certamente atrapalhou a produção e reprodução do conhecimento, sobretudo nas áreas de saber mais visadas, para não falar do empobrecimento do debate político (2008a, p. 45-46).

A ASI coletava informações sobre atividades das lideranças estudantis e de professores, interferia na nomeação de cargos, controlava viagens de docentes e discentes para eventos científicos, censurava livros e materiais, proibia manifestações ou suspendia entidades, efetuava prisões, vigiava cerimônias de colação de grau, entre outras coisas. Nesse contexto de suspeição, vários professores e técnicos administrativos foram perseguidos ou demitidos. Muitos alunos foram suspensos das aulas, perderam bolsas e outros benefícios ou foram desligados da universidade.

Até a última década, eram escassos os trabalhos a investigar a repressão nas universidades e, em específico, a atuação das ASI's, muito devido à dificuldade de acesso aos documentos. Esse quadro investigativo apresentou melhoras significativas a partir da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida por Lei de Acesso à Informação, em vigor desde 16 de maio de 2012. Um grande acervo foi recolhido e catalogado, dando assim abertura e condições aos pesquisadores. Além dessa legislação, no mesmo dia foi aprovada a Lei nº 12.528, que criou a Comissão Nacional da Verdade. A partir do âmbito federal, foram criadas também comissões nos estados, e nas universidades, cujo objetivo central pautou-se na averiguação dos crimes contra os Direitos Humanos durante o regime militar. Com base nessas disponibilidades de fontes históricas, estudantes têm se debruçado a investigar a atuação das ASI em vários *campi* universitários do Brasil. Nesse sentido, o trabalho das Comissões da Verdade nas universidades tem sido um grande veículo para reunir e analisar tais documentações.

Desde agosto de 2012 foi solicitado a todas as universidades públicas, federais e estaduais que realizassem um levantamento e identificação dos documentos do Regime Militar a serem recolhidos ao Arquivo Nacional (FAGUNDES, 2013). Nesse ínterim surgiram problemas quanto à recolha e catalogação dos acervos, muitas vezes perdidos, espalhados ou destruídos. No caso da ASI/UFES, em outubro de 2012, a Reitoria solicitou ao Departamento de Arquivologia que fizesse o referido trabalho. Segundo Pedro Ernesto Fagundes, coordenador da comissão, iniciou-se uma procura aos “documentos perdidos”, encontrados, por conseguinte nos vários centros da universidade,

em novembro de 2012, os primeiros documentos específicos foram encontrados junto ao arquivo do Departamento de Artes/UFES. São em torno de 350, que reúnem memorandos, ofícios, pedidos de informação, relação de livros censurados, solicitações de informação sobre o Diretório Acadêmico, entre outros. [...] Foram realizadas buscas em inúmeros locais da Ufes, tais como banheiros desativados, que haviam sido convertidos em “arquivos” no prédio da Reitoria, em almoxarifados, embaixo de escadas e em salas desativadas no ginásio de esportes do Centro de Educação Física. Toda essa busca permitiu que, até outubro de 2013, fossem recuperados 1.200 páginas de documentos em quase todos os centros da universidade. No momento, esse conjunto documental está em processo de tratamento e descrição, tarefa realizada por discentes dos departamentos de Arquivologia e História, sob a orientação da Comissão da Verdade da UFES (FAGUNDES, 2013, p. 306).

Nessa procura de documentos da ASI/UFES foram localizados arquivos tanto nos acervos da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES), custodiados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), quanto arquivos do SNI, situados no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro e em Brasília. Ao analisarmos o trabalho das ASIs em universidades brasileiras, em especial no governo Geisel, esperamos engrossar as fileiras dos estudos dessa temática, sobretudo em se tratando de um período marcado por contradições. De um lado, abertura política e modernização, e, de outro, vigilância e repressão política.

## 2.2 A GESTÃO DO MINISTRO NEY BRAGA: MODERNIZAÇÃO X REPRESSÃO

O paradoxo repressão *versus* modernização é evidente no governo Geisel. Apesar de toda perseguição impetrada às instituições acadêmicas, o projeto de modernização universitária, já em desenvolvimento nas presidências anteriores,

atingiu seus objetivos, pelo menos no tocante à área quantitativa. As vagas destinadas à graduação, por exemplo, experimentaram um aumento de dez vezes ao longo do período militar (MOTTA, 2015). A expansão também foi viabilizada pelo *boom* das instituições privadas e pelo aumento de vagas nas universidades públicas, com a criação de novas instituições de ensino<sup>23</sup>, mas também por meio da ampliação do número de vagas nas já existentes. Entre 1968 e 1979 o número de discentes triplica, e de 1964 a 1979 o número de universidades passa de 20 para 31. Motta destrincha alguns números do período ao detalhar que o

Estado militar aumentou as verbas para a pesquisa e instalação de laboratórios, com criação de fundos públicos para investimento em pesquisa e infraestrutura, incluindo bolsas para pesquisadores. Foi criado um sistema de cursos de pós-graduação que, partindo dos cerca de 20 mestrados existentes em 1964, culminou em aproximadamente 700 programas de pós-graduação (incluindo o nível de Doutorado) no fim dos anos de 1970. Para viabilizar o crescimento da pós-graduação houve aumento na oferta de bolsas, parte delas para a realização de estudos no exterior: em 1964, Capes e CNPq financiavam juntas cerca de 1.000 bolsas; em 1979, esse número havia subido para cerca de 13.000 (MOTTA, 2015, p. 46).

Sabemos que tais índices, apesar de consideráveis, não refletiram um crescimento qualitativo da educação superior, havia nitidamente um desequilíbrio entre o crescimento estrutural e a baixa qualidade no ensino. Mas, de qualquer forma, a estrutura implementada no período militar, estabeleceu um novo modelo universitário no país, mantido até os dias de hoje, apesar das alterações aplicadas por orientações democráticas.

Por refletir questões educacionais no seio das universidades, principalmente no governo Geisel, apresentamos algumas delineações referentes ao ministro da educação do período, Ney Amyntas de Barros Braga<sup>24</sup>. De formação militar, Ney Braga era major do exército brasileiro, apesar de seus interesses fossem voltados à atuação política e logrou carreira de influência, ocupando os seguintes cargos: Prefeito de Curitiba (1954-1958); Governador do Paraná por dois mandatos (1961-1965; 1979-1982); Ministro da Agricultura (1965-1966); Senador da República (1967-

---

23 Caso da Unicamp e da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

24 Paranaense, nasceu em 1917 e morreu em 2000.

1974); e Ministro da Educação e Cultura (1974-1978). Em 1985, Ney Braga assumiu a presidência da usina hidrelétrica Itaipu Binacional, encerrando sua carreira política em 1990. Ainda ficou conhecido por sua grande influência política, promovendo a modernização do Paraná e logrando papel fundamental na instituição das principais lideranças políticas de seu estado.

O que nos interessa neste trabalho é sua função como Ministro da Educação, período no qual sua carreira política chegou ao ápice. Pesquisar Ney Braga é entrar num terreno de paralelos extremos. De um lado, congratulações por sua visão de modernização econômica e sua postura contra a instituição do AI-5. Sob outra perspectiva, sua íntima ligação com os militares, em especial nos governos Castelo Branco e Ernesto Geisel, o que lhe atribui um perfil de aquiescência com as medidas autoritárias e repressivas, embora considerado mais moderado.

Ao analisar o documento Brasília/BR\_AN\_BSB\_AA1\_ASR\_008, cópia em anexo, verificamos uma carta enviada por Ney Braga a todos os reitores em 24 de dezembro de 1975. Expressando-se de maneira branda, o então Ministro da Educação, ressalta o apoio do MEC ao “aprimoramento educacional”, reforçando a “necessária manutenção de tranquilo clima de trabalho no ‘*Campus*’, o que constitui responsabilidade do Reitor”. Essa passagem é uma demonstração do apoio ao desenvolvimento das universidades vinculado ao controle político e ideológico das mesmas. No decorrer de sua gestão, com o aumento da pressão da comunidade acadêmica contra o autoritarismo, Ney Braga passou a usar instruções mais diretas, exigindo providências contra os “subversivos”.

Em avisos direcionados aos reitores da UnB e da UFMG, em anexo, verificamos alertas do ministro. No documento Brasília/BR\_AN\_BSB\_AA1\_ASR\_009 há cartas encaminhadas a reitores da UnB. No Aviso-Circular n° 878, datado de 21 de dezembro de 1976, Ney Braga adverte ao reitor para verificar a “existência de publicações estudantis nessa Universidade, em desacordo com a legislação vigente”, bem como exige que “os responsáveis sejam alertados das consequências do descumprimento da legislação [...] para a edição de publicações”. Também nesse arquivo, extraímos as “Diretrizes para a ação dos reitores” (em anexo), encaminhadas através do Aviso-Circular n° 468, de 26 de julho de 1977 a todas as universidades do país.

Em tal documento, há instruções de como os reitores devem manter a ordem e a disciplina em seu respectivo *campus*, orientando quanto à aplicação de normas disciplinares, abertura de inquéritos, proibição da circulação de jornais e panfletos não autorizados pelo regime e a proibição de ação de piquetes. Ainda há a sinalização de possíveis suspensões a atividades acadêmicas em decorrência de grave perturbação da ordem dentro do *campus*.

É explícita a censura do governo quanto às atividades acadêmicas de servidores e alunos, recomendando um aviso prévio ao MEC sempre que os reitores julgassem a ação policial como uma alternativa necessária. Tal documento evidencia que as ações dentro das universidades deveriam ser informadas e controladas pelo MEC e pelos órgãos de vigilância do governo, a fim de que não se perdesse o controle das práticas “subversivas” decorrentes.

Ao comentar a escolha de Ney Braga para o Ministério da Educação, Geisel destacou que pelo seu feitio, por sua ponderação e diálogo, poderia se dar bem com os estudantes.

Queria alguém que tivesse predicados essenciais, tivesse habilidade, soubesse lidar, não fosse radical. E realmente, no meu governo, não houve muita perturbação, exceto na Universidade de Brasília, que mais se agitou. No conjunto da área, no país, houve relativa tranquilidade (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 267).

Essa “relativa tranquilidade” citada na fala de Geisel, procura amenizar de forma ineficaz a grande mobilização dos estudantes no país, não só na UnB, mas em várias universidades, como USP, UFRJ, UFMG, etc. Apesar das arbitrariedades do AI-5, do Decreto 477, e do fechamento da UNE, o movimento estudantil continuava a se organizar, projetando-se a partir de 1975, e ganhando as ruas a partir de 1977.

Esse ano, especificamente, foi marcado por grandes mobilizações, reunindo entre 3 a 10 mil pessoas, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e no Distrito Federal. Os estudantes protestavam contra o regime, demandando liberdades democráticas e a libertação dos presos políticos. Nesses movimentos os órgãos de repressão agiram e dezenas de manifestantes foram presos.

O ME levou o movimento político de volta às ruas, ganhando a simpatia da população e o apoio de outros setores de oposição ao regime. Os estudantes denunciavam prisões políticas, torturas e defendiam causas importantes, como a campanha pela anistia. Embora o Ministro Ney Braga tratasse os movimentos estudantis como “expressão de uma minoria que pretendiam perturbar a ordem interna”, as organizações só se avolumavam.

O governo operou de modo a reprimir e tentar evitar ao máximo os alardes estudantis e da academia como um todo. As ASIs das Universidades atuaram de forma acelerada, na identificação de alunos, professores e auxiliares administrativos que espalharam ideias contrárias ao regime, o que podemos verificar ao analisar os documentos do SNI, das ASIs e Relatórios da Comissão da Verdade de algumas universidades, como a UFES e a UnB. Logo depois dos relatórios expedidos pelas Assessorias, os “agitadores” recebiam a devida punição por parte da reitoria e/ou outros órgãos.

Em maio de 1977, durante as manifestações, Ney Braga falou em cadeia de rádio e televisão:

nós que entendemos a importância da universidade, não aceitamos que agitadores procurem tumultuar a vida tão calma, tão orientada, das instituições de ensino desta nação. A universidade repele a agitação. A universidade não aceita a radicalização. Tivemos demonstração disso nos dias da semana passada, quando parcela extraordinária de brasileiros ficou realmente nas salas de aula, estudando, se dedicando e sabendo que juntos estamos construindo o futuro desta nação. [...] O bom estudante aí está, participando nos estudos e participando no trabalho. [...] esses merecem o nosso respeito (*Gazeta do povo*, 18 mai. 1977, p.9).

Esse discurso traz elementos da política educacional no período, com vista à educação de jovens “estudiosos”, “calmos” e “orientados”, ou seja, que contribuíssem para o desenvolvimento do país sem questionar as decisões políticas. Era necessário criar profissionais que ajudassem no projeto de modernização do país, sendo gratos pela oportunidade que o governo estava proporcionando aos mesmos, ao invés de responderem com a ingratidão de uma desobediência civil ao contrariar as decisões governamentais.

A fim de não afrontar a oposição, conferindo-lhe motivos de protestos, em diversas situações Ney Braga usou um tom moderado, instruindo os reitores a agir

com prudência na aplicação da repressão. Segundo Motta (2014, p.297) “as forças de segurança seriam convocadas em caso de perturbação da ordem, mas deveriam ter cautela e discernimento para não punir injustamente e piorar a situação [...]”. Uma das instruções do ministro referia-se à manutenção de um canal de diálogo com estudantes não envolvidos nas mobilizações, a fim de isolar os “radicais”, “bem como abrir inquérito antes das punições, para avaliar melhor ‘a oportunidade de gradação das penas’”. Tal cautela não impediu as ações da repressão por parte dos órgãos de informação, que apesar da proposta de cuidado e negociação com alguns docentes e discentes, acabavam por tomar iniciativas de aposentar, prender, demitir, entre outras punições coercitivas.

Nos ofícios direcionados ao reitor da UnB (parte integrante do documento Brasília/BR\_AN\_BSB\_AA1\_ASR\_009, em anexo), especialmente no Aviso-Circular-Reservado nº 335, de 12 de maio de 1977, verifica-se a orientação de Ney Braga de que as “normas acadêmicas e disciplinares devem ser utilizadas sem qualquer exceção” contra os “agitadores” que são inspirados “em ideologias incompatíveis com o sentimento do povo brasileiro”. Nas páginas seguintes há um texto intitulado “O Problema Estudantil”, que se inicia com o seguinte comentário: “que o exame dos últimos acontecimentos da área estudantil, leva à conclusão de que não se trata de um problema isolado, mas de procedimento inserido num contexto mais amplo de ação subversiva”. Nessa fonte, o setor estudantil é tratado como prioridade, seguido de outras categorias, em ordem: político, imprensa, científico, artístico e Igreja Católica.

Ainda são sublinhados problemas de agitações em outras universidades além de Brasília, como as localizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Belo Horizonte, recomendando por seguinte as medidas repressivas a serem adotadas, expressando uma evidente preocupação do governo para que as ações não passem a repercutir em outras instituições. Há uma orientação manifesta, para que os reitores incentivem à formação de movimentos estudantis contrários aos agitadores, em todos os polos acadêmicos do país. Há também no referido documento exemplos de medidas de caráter repressivo que podem ser utilizadas em casos de insubordinação às regras estabelecidas, entre essas alertas e orientações destacamos: a manutenção de contato com a imprensa, a fim de não permitir o anúncio das atividades dos agitadores, com ênfase, exagero ou sensacionalismo, evitando, nitidamente, que a

onda de protestos se espalhe por outros centros acadêmicos (Brasília/BR\_AN\_BSB\_AA1\_ASR\_009).

Entendemos que o problema estudantil era algo preocupante aos olhos do regime, era preciso vigiar, controlar e impedir sua propagação. O documento em questão, também insere os Ministérios da Justiça, da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, do SNI, da Educação e do Turismo e da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, como colaboradores no planejamento e execução das ações previstas para o cumprimento das disposições do documento, no intuito de manter as missões atribuídas nessa Diretriz de Segurança Interna. Também fica evidente no documento que o Presidente da República deverá ter acesso a todos os acontecimentos, sendo dele o aval de todas as decisões. O que comprova, mais uma vez, o total conhecimento do Presidente de todas as atividades exercidas pelos órgãos de repressão.

Interessante notar o paralelismo que há durante a gestão do Ministro Ney Braga, entre modernização e repressão. No seio dos avanços destacamos algumas concessões na educação e cultura, a citar: o desenvolvimento da Política Nacional de Pós-Graduação e o Crédito Educativo; a reformulação da Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme), fundindo dois órgãos que atuaram na mesma área (Instituto Nacional de Cinema e a própria Embrafilme); a criação da Fundação Nacional da Arte (FUNARTE), o Conselho Nacional de Cinema (CONCINE) e o Conselho Nacional de Direito Autoral, além regulamentação da profissão de artista.

Adherbal Fortes de Sá Jr. ao entrevistar Ney Braga, expõe algumas declarações do ministro, que afirma a ausência de problemas na sua pasta, no que referia às atividades de censura: “Ao contrário, atuava como uma espécie de poder moderador do governo. Os órgãos de censura de espetáculos e diversões públicas estavam em outros setores” (BRAGA, 1996, p.257), referindo-se à Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP)<sup>25</sup>. Segundo o ministro, o MEC era canal para o governo

---

25 Tendo em vista que os meios de comunicação expressam uma importante máquina de manifestação das massas, era necessário controlá-la. E essa função coube ao órgão da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), formalizada oficialmente em 1972, era o responsável pela censura no cinema, teatro, circo, espetáculos musicais e televisão (novelas, shows humorísticos, programas femininos), alegando a defesa da moral e dos bons costumes. Fonte: <<http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/divisao-de-censura-de-diversoes-publicas-dcdp>> Acesso em: 30 out. 2017. Mais

se aproximar da classe artística, uma vez que essa categoria era a porta-voz de vastos setores da sociedade.

Havia, nesse sentido, intenção de controlar os artistas, concedendo a eles algumas aquisições. Todavia, tal estratégia não alcançou o êxito esperado, a grande maioria artística posicionou-se a favor da abertura política, da campanha pela anistia e de modo geral, contra as atitudes até então impetradas pelo regime militar. Fazendo de seus trabalhos, na música, no cinema, no teatro e nas artes plásticas, ferramentas de comunicação pública e contestação. A seguir, trataremos especificamente do quadro de expansão das universidades, ressaltando o paradoxo, de um lado o anseio modernizante, e de outro, a continuidade da política de repressão.

### 2.3 EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES SUPERIORES: O PARADOXO ENTRE MODERNIZAR E REPRIMIR

Nos anos de 1960 e início dos anos de 1970, há uma expansão desordenada de instituições destinadas ao ensino superior. Há no governo de Geisel um esforço do MEC para a habilitação dos cursos ainda não reconhecidos, conforme demonstra a tabela a seguir.

---

informações ver: Lei de censura 5.536/1968, disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5536-21-novembro-1968-357799-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 30 out. 2017.

**Tabela 4 – Número de cursos/habilitações não reconhecidos e com turmas formadas**

Instituições	Números de cursos/habilitações não reconhecidos e com turmas formadas em:				
	Jan. 1974	Jan. 1975	Jan. 1976	Jan. 1977	Nov. 1977
Universidades Federais	239	215	145	72	2
Universidades Estaduais	69	58	49	21	–
Universidades particulares	183	137	93	36	1
Estabelecimentos isolados e Federações de escolas	1.299	990	678	219	3
Total	1.790	1.400	965	348	6

Fonte: Documento EG/pr 74.04.10 (V-20), Arquivo Ernesto Geisel, Cpdoc/FGV.

Ao analisar a tabela, identificamos o crescimento gradativo das instituições de Ensino Superior, bem como o reconhecimento de seus cursos. Entretanto esse crescimento numérico de habilitações não é acompanhado por uma “ampliação correspondente do espaço físico destinado a receber essa nova clientela” (CASTRO; D’ARAÚJO, 2002, p.97).

O período é marcado por uma atenção à regularização do Ensino Superior, à implantação efetiva de cursos de pós-graduação, incentivando à pesquisa e à formação de mão de obra, aspirando à modernização e a qualificação útil ao desenvolvimento do Estado. Todavia, a expansão desordenada das faculdades particulares, com a complacência do Conselho Federal de Educação, que não exigia delas as instalações adequadas, como laboratórios, bibliotecas, ou mesmo a formação apropriada de professores, fez com que a qualidade do ensino dessas instituições ficasse comprometida. Há também que salientar o objetivo primeiro do crescimento das instituições privadas, o lucro, estando, portanto, em segundo plano o

compromisso com a constituição da força de trabalho para impulsionar a economia e com vistas à formação de profissionais críticos, questionadores e criativos (CUNHA, 2007).

Nesse contexto, é latente o paradoxo impetrado à política universitária: modernizar *versus* reprimir. Há, pois, a ampliação de vagas em cursos de graduação e pós-graduação, conseqüentemente a expansão do leque de professores, e, por conseguinte o investimento em pesquisa e avanços tecnológicos. Em nossa visão, pisava-se em zona movediça, tornando inevitável a formação de um grupo intelectual e questionador, haja vista que desenvolver e modernizar as universidades sem gerar um grupo sólido de visão contrária era algo difícil, se tratando de um ambiente extremamente rico em circulação de ideias. Nessa seara, as reflexões de Rodrigo Patto Sá Motta foram balizadoras:

O grande paradoxo do regime militar brasileiro – e essa afirmação não vale apenas para o sistema universitário brasileiro – residiu no fato de expressar, a um só tempo, impulsos conservadores e modernizantes que por vezes geraram ações contraditórias. O desejo modernizador implicava desenvolvimento econômico e tecnológico. [...], no entanto, o sucesso das políticas modernizadoras colocava em xeque as utopias conservadoras, pois solapava as bases da sociedade tradicional ao promover a mobilidade social e urbana em ritmo acelerado. Aí reside uma das mais peculiares manifestações contraditórias do regime: seu sucesso econômico levava à destruição da ordem social defendida por muitos de seus apoiadores. Por outro lado, se levado às últimas conseqüências, o programa conservador oporia obstáculos à modernização, pois o expurgo de todos os “suspeitos” e “indesejáveis”, grupo bem apresentado na elite universitária do país, significaria perda de quadros fundamentais para o projeto modernizante (MOTTA, 2014, p. 289).

Há, portanto, uma nova contradição, o governo passa a ter que vigiar e reprimir a massa que ajudou a constituir, cuja principal razão de existir pautava-se nas respectivas contribuições ao processo modernizador. Controlá-la era um desafio que se avolumou na segunda metade da década de 1970 e acabou influenciando o processo de transição política, firmado a partir de 1978. Motta (2014, p.293) frisa o paradoxo entre modernização e repressão, bem como apresenta o conceito de uma modernização autoritária conservadora, destacando que “em torno do paradoxo central do regime militar – a modernização autoritário conservadora –, paradoxos menores se articulam, como se orbitassem ao redor daquele grande eixo”, caso das universidades, de um lado submetidas a expurgos e, de outro, modernizadas, tratadas

com importância estratégica. Duas atividades tratadas com essa devida importância ficaram conhecidas como Operação Rondon e Operação Retorno.

A primeira, instituída em 1967, lançou raízes a ponto de ser recriada pelo governo Lula, 15 anos após sua extinção, comenta Motta. O objetivo de tal atividade “era atrair universitários mobilizando-os pelo idealismo e o patriotismo, em benefício das metas nacionalistas”. Um objetivo secundário estava ligado “aos planos de interiorizar o surto modernizador e desenvolvimentista, por meio do deslocamento de estudantes e professores para lugares mais atrasados” (MOTTA, 2014, p.44). Nas palavras de Motta, o

projeto Rondon consistia em enviar estudantes universitários para áreas remotas e carentes de recursos humanos, na maioria situadas em regiões fronteiriças com países vizinhos. Era uma espécie de atividade de extensão universitária, pois se recrutava preferencialmente estudantes das áreas de saúde, ciências agrárias e engenharia, cujos conhecimentos poderiam ser aplicados em comunidades alvo (MOTTA, 2015, p. 44).

Enquanto a Operação Retorno incentivou a vinda de vários pesquisadores de volta ao Brasil. Essa segunda estratégia gerou algumas celeumas entre os setores militares. Havia aqueles que defendiam a posição de que era melhor perder professores e pesquisadores qualificados em prol da manutenção da segurança e da ordem.

Observamos que a operação desses projetos é marcada pela intenção de amenizar a impressão de que o regime atuava apenas através da violência, restrito à repressão à comunidade acadêmica. Procurando o investimento em pesquisa e melhores salários, esperava-se que os intelectuais se afastassem dos valores da esquerda política e apresentassem menos críticas ao regime. Porém, através das manifestações estudantis, artísticas e de todo corpo acadêmico aflorado, sobretudo a partir de 1977, concluímos que o governo não logrou o êxito esperado.

### 3. A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE VIGILÂNCIA E REPRESSÃO NAS COMUNIDADES UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS

Analisamos neste capítulo como foi organizado o aparato de vigilância e controle da vida universitária, buscando demonstrar que a repressão política atuava com força dentro dos *campi*. Desse modo, apresentamos alguns aspectos comuns a todas as instituições educacionais superiores, especialmente à resistência aos ditames militares, tendo como ponto correspondente as atividades de vigilância e controle ocorridas na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Nosso intuito é demonstrar a repressão política exercida pelo regime de forma ampla, analisando como essa desenrolou em algumas universidades. Não pretendemos com isso fazer uma história comparada, mas uma apresentação de casos múltiplos, a fim de verificar a uniformidade dos meios repressivos sobre as comunidades universitárias.

Segundo indicação de um levantamento parcial realizado pela CNV, está entre 800 e mil o número de pesquisadores perseguidos durante o Regime Militar<sup>26</sup>. Das cinquenta universidades que proferiram respostas à solicitação da CNV, a partir de 2012, apenas oito apresentaram dados: a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), dois funcionários e dois professores; a Universidade Federal do Pará (UFPA), quatro professores; a Unicamp, dez professores; a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), dois professores; a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), trinta e um professores; a Universidade Estadual Paulista (UNESP), vinte e três professores; a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), três professores e três funcionários e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), um professor. Segundo o relatório, as demais universidades teriam respondido que não portavam acervos e dados a respeito do assunto (BRASIL, 2014).

---

<sup>26</sup> A CNV concluiu seu relatório final em 2014, ao mesmo tempo que os trabalhos das comissões universitárias ainda estavam em execução. Por isso, o levantamento descrito pela CNV era possuía caráter parcial.

Para entender o *modus operandi* dos órgãos de vigilância, analisamos os relatórios das Comissões da Verdade criadas nas universidades, nos quais pareceres e fichas sobre pessoas da comunidade acadêmica tratadas como “subversivas” pelos órgãos de repressão serviram de fonte para conhecermos as ações que coíbiam estudantes, professores e funcionários.

Diante de tais documentos, retomamos reflexões que tocavam à natureza de nossas fontes, sobretudo para a precisão, enquanto pesquisador/relator de manter cautela ao analisar os acervos, como a necessidade de se conhecer o funcionamento do órgão que produziu o documento, a contextualização e o objetivo do material analisado, o cruzamento das informações levantadas, buscando diferentes origens, e o cuidado com a divulgação de nomes, evitando o constrangimento de expor a intimidade das pessoas envolvidas (BAUER; GERTZ, 2011).

Ao abordar o processo de formação da Comissão da Verdade no Brasil, discutiremos sua importância para a historiografia nacional e para a “Justiça de Transição” no país. No entanto, observamos o caráter inconcluso de muitos relatórios universitários, seja por falta de documentação, por embargos burocráticos dentro dos *campi*, ou ainda por resquícios do regime que ainda possam perdurar nessas instituições.

### 3.1 A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL: O SURGIMENTO DAS COMISSÕES DA VERDADE

Sancionada em 28 de agosto de 1979, a Lei de Anistia é considerada a grande cláusula da impunidade inserida à dinâmica da transição brasileira (FICO, 2012). O ato de conceder “perdão” aos torturadores e demais agentes do regime que teriam cometido crime de natureza política ou conexos a este validou o caráter de auto-anistia. As consequências da legislação isentam o regime de consideráveis responsabilidades, apresentando, todavia, limitações quanto ao retorno: de militares cassados ao serviço ativo; de funcionários públicos a suas atividades, exonerados ou expurgados por motivação política; de estudantes presos, exilados ou em terceiras condições de concluírem seus cursos. Também nega as promoções por tempo de serviço, alegando que o regresso ao trabalho seria segundo os interesses da

administração pública (MACHADO, 2006)<sup>27</sup>. Ao eximir e apagar responsabilidades a anistia de 1979 retira o direito à memória, à verdade e à justiça, de modo que aquilo que se conhece por Justiça de Transição não se consuma.

Entendemos como Justiça de Transição as averiguações e julgamentos de crimes políticos e contra os Direitos Humanos cometidos por um governo autoritário. Justiça essa que deve ser aplicada logo após o processo de transição do governo para a democracia. O Brasil não executou de imediato sua Justiça de Transição e até hoje não ocorreram punições para os crimes cometidos contra os Direitos Humanos no período da ditadura militar. Isso tem uma explicação simples: nós não passamos por uma ruptura política, e sim por uma transição política conciliatória, que garantiu direitos aos militares, isentando-os de toda a culpa, ficando assim impedido por lei que fossem punidos por seus crimes.

Sobre esse assunto, vale considerar a discussão levantada por Fico (2013), ao sustentar que no Brasil não se constituiu uma memória traumática a respeito da Ditadura Militar, mas sim uma memória marcada pela frustração, particularmente por parte da esquerda, justamente pela ausência de ruptura política. O trauma diante da violência brutal marca a transição do regime militar na Argentina, por exemplo, enquanto no Brasil, os traços fundamentais são a impunidade e a frustração, causadas, segundo o historiador, pela ausência de julgamento dos militares e de ruptura com o passado, tornando desse modo, nossa transição inconclusa, conciliada com as elites políticas.

Iniciada dez anos após o fim do regime militar, a Justiça de Transição brasileira englobou as seguintes medidas:

1. a concessão de atestados de óbito para os mortos e desaparecidos políticos, por meio da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, conhecida como Lei dos Mortos e Desaparecidos<sup>28</sup>;

2. a criação da Comissão de Anistia, vinculada ao Ministério da Justiça, por meio da Lei nº 10.559/02, estando a ela conferida a tarefa de processar os requerimentos

---

27 Ver Lei de Anistia: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm)>. Acesso em 18 abr. 2019.  
28 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19140.htm)>. Acesso em: 29 set. 2017.

de anistia e indenizações aos perseguidos por motivação política entre 1946 e 1988 (RESENDE, 2013);

3. a assinatura do Estatuto de Roma<sup>29</sup>, em 2002, que criou uma corte internacional para verificação de crimes de guerra, lesa humanidade e genocídios, se comprometendo a reconhecer as violações de direitos de militantes torturados, mortos ou simplesmente desaparecidos no período da ditadura.

4. a abertura dos acervos da ditadura militar, em consonância com a Lei de acesso à informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011<sup>30</sup>, e o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012<sup>31</sup>;

5. a criação da Comissão da Verdade, por meio da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011<sup>32</sup>, instalada oficialmente em 16 de maio de 2012, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de Direitos Humanos praticadas no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, data da promulgação da sétima Constituição, sem nenhum caráter punitivo.

O Relatório Final da Comissão Nacional de Verdade<sup>33</sup>, foi entregue à presidenta Dilma Rousseff em 10 de dezembro de 2014. No entanto, várias Comissões da Verdade estaduais e universitárias continuaram com seus trabalhos. Desse modo, o que conhecemos como “Justiça de Transição” se estabeleceu tardiamente. Se comparado a países vizinhos, como a Argentina, não percebemos grande interesse da sociedade quanto às medidas adotadas. Todavia, é importante estabelecer que o relatório não tratou de um acerto de contas de um grupo contra o outro, é o acerto de contas do Brasil com a sua história.

Essa falta de interesse em relação ao passado recente cria uma série de questões: primeiro, por que a maioria dos cidadãos não se envolve ou não se importa

---

29 O Estatuto de Roma foi criado em 1998 e o Brasil assinou esse tratado se comprometendo a executá-lo em 2002.

30 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 29 set. 2017.

31 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm)>. Acesso em: 29 set. 2017.

32 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm)>. Acesso em: 29 set. 2017.

33 Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>> Acesso em: 5 out. 2017.

com o tema? Segundo, por que a maioria da geração que viveu o período não se compromete com o processo de Justiça de Transição? E por fim, por que parte significativa da nova geração, não coetânea à época, não se interessa pelo tema?

Estabelecemos algumas respostas, comparando o processo transicional brasileiro ao caso argentino. Desse modo, tal desinteresse pode ser motivado, pelo menor uso de violência explícita na ditadura brasileira<sup>34</sup>, devido à assídua utilização da censura e da divulgação de propagandas ao exibir uma boa imagem do regime, expressando segurança, ordem e desenvolvimento econômico e social. Também o número de mortos e desaparecidos políticos foi extremamente inferior aos argentinos, considerada uma das ditaduras mais violentas da América (FICO, 2013).

Na Argentina conta-se cerca de 30 mil mortos e desaparecidos durante a ditadura militar (1976-1983), além das centenas dos filhos tirados de suas mães e entregues à adoção. No Brasil, segundo a Comissão Nacional da Verdade, foram 434 mortos e desaparecidos. Comparando a extensão das ditaduras – oito anos na Argentina e 21 anos no Brasil e o tamanho da população, o Brasil tem em média quatro vezes a população da Argentina – o número torna-se alarmante.

Não queremos causar impressão de uma minimização ou falta de reconhecimento do caso brasileiro. Procuramos apenas enfatizar que o impacto da violência argentina foi mais forte e visível à sociedade, considerando o expressivo volume dos mortos e desaparecidos. Tal fato contribuiu para uma comoção popular, que se viu participante no processo de Justiça de Transição logo após a ruptura política.

No caso brasileiro, houve um esforço do regime em ocultar a repressão, e em consequência os casos de tortura, desaparecimento e morte. Por meio da censura e da atuação dos órgãos de segurança e informação grande parte da população no país não teve conhecimento das ações militares. Enquanto os assassinatos de populares em confronto com a força de repressão argentina, ocorriam até nas praças públicas, no Brasil, as torturas, “desaparecimentos” e assassinatos eram majoritariamente delimitados aos porões da ditadura (FICO, 2013).

---

34 Não sugerimos, com isso, a ideia de que não houve violência.

A luta armada na Argentina foi muito intensa e os confrontos dos militantes com os militares eram visíveis. Enquanto no Brasil esse movimento não atingiu a mesma proporção. Eram, ao máximo, abafados pela censura. A propaganda de subversão e de anticomunismo difundida pelo governo em torno dos contrários ao regime era intensa, levando parte da população a apoiar o governo e denunciar os “desordeiros” e os “subversivos”. Entretanto, apesar das pequenas proporções da luta armada brasileira, a atividade tornou-se um meio de justificação dos militares para a permanência no poder. Era necessário manter a segurança e a ordem, protegendo o país da “ameaça comunista”.

Entregue o governo nas mãos civis, vivemos um período de silêncio. Enquanto na Argentina, seguiram-se processos de julgamentos e condenações, com a escuta de testemunha e execução das penas, no Brasil a tardia Justiça de Transição, iniciada já no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, ou seja, dez anos após a saída militar, serviu apenas de esclarecimento. Em outras palavras, não houve quaisquer punições contra as violações de Direitos Humanos. Essa impunidade diante dos crimes foi causa de frustração, sobretudo por parte de familiares e pessoas situadas do espectro da esquerda, no entanto, sem o acompanhamento de uma indignação nacional (FICO, 2013).

Após essa breve analogia das transições políticas no Brasil e na Argentina, se torna ainda mais visível a manutenção da cultura política autoritária e conciliatória no Brasil, acabando por ocultar as barbáries do período militar, a fim de evitar que conhecimentos desses fatos alcancem o grande público. A nova fase da república que se iniciava era construída sob nuvens de esquecimento, de modo a garantir as salvaguardas militares e de uma elite civil que também se beneficiou nos anos repressivos. Esse processo político, levou o povo brasileiro a se afastar da busca pela Justiça de Transição, remanescendo uma apatia em relação a esse período histórico.

Apesar dessa apatia reconhecemos os avanços da Justiça de Transição no país. Nesse contexto de reconhecimentos e obrigações do Estado para com sua história, constituiu-se a necessidade de criar a Comissão da Verdade. Era preciso ouvir as testemunhas, investigar na documentação e enfim produzir uma narrativa mais condizente com a verdade à justiça e à memória. Apesar do evidente atraso, 26

anos depois de findo o regime, em 18 de novembro de 2011 era criada a lei que instituiu a Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Em seguida foram criadas dezenas de Comissões da Verdade por todo país, sejam estaduais, municipais e institucionais, designadas para auxiliar e dar suporte às investigações da CNV. Como discorrem Muller e Fagundes (2014, p.45) a instalação da Comissão em âmbito nacional

motivou uma série de iniciativas interministeriais, como a do Ministério da Justiça (MJ), que, através do Aviso nº 1.069, de 04 jul. (Sic) 2012, solicitou que todos os ministérios procedessem ao levantamento, à identificação e recolhimento – junto ao projeto “Memórias Reveladas”, do Arquivo Nacional (AN) – de documentos do período do regime militar que se encontrassem sob sua guarda.

Através do Ofício-Circular nº 11/2012/SAA/SE/MEC, de agosto de 2012, o MEC remeteu a todos os reitores das universidades públicas, estaduais e federais, uma solicitação para que se realizasse um “Levantamento e Identificação dos documentos do regime militar a serem recolhidos ao Arquivo Nacional”. Na prática, o ofício requisitava que as universidades buscassem em seus arquivos documentos referentes à atuação dos chamados “órgãos de informação” durante o período militar, como as ASI’s. Diante disso, foram criadas muitas das Comissões da Verdade universitárias.

Seus membros eram compostos de docentes e discentes de diversas áreas de conhecimento (História, Direito, Ciências Sociais, Filosofia, Sociologia, Serviço Social, Relações Internacionais, Administração, Física e Ciências Econômicas) e servidores técnico-administrativos. Devido ao complexo e extenso trabalho de pesquisa, ressaltamos que todas as Comissões contaram com a participação de estagiários, colaboradores e voluntários.

A criação da Comissão da Verdade da UFRN, todavia, foi constituída diante da solicitação dos estudantes do Curso de Direito, por meio de uma carta intitulada “Pela abertura da Comissão da Verdade na Universidade Federal do Rio Grande do Norte”, apresentado pelo Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti (CAAC), entidade representativa dos alunos do curso citado, *campus* Natal. O documento foi entregue

à reitora Ângela Maria Paiva Cruz, durante a VII Aula Magna do Curso de Direito “Direito à Memória e à Verdade” do período letivo 2012/2. Atendendo ao pedido, a Comissão da Verdade da UFRN foi instalada, instituída através da Portaria nº 1.809/12-R, datada de 31 de outubro de 2012, assinada pela reitora. Segue cópia da carta do Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti, cedida pela aluna do curso de Direito Aline Juliete Abreu:

O Brasil não conhece o Brasil. Num tempo de páginas infelizes de nossa história, as mãos distantes do peito e a súbita impressão do incesto são passagens desbotadas na memória das novas gerações. Retratos sem cores, recados sem vozes. Mães que apenas queriam embalar os seus filhos, que hoje habitam a escuridão do mar. É necessário compreender o período da ditadura para reconhecer os seus resquícios no que persistiu ao tempo e assomou-se ao autoritarismo e à violência em nossa realidade. Para compreender o hoje é preciso estar ciente das engrenagens da História que nos trouxe até aqui, nesta imensa roda viva, roda gigante. Feita por homens que nadaram contra a corrente até não poder resistir, com um saldo de centenas de professores e estudantes expulsos, presos, mortos ou desaparecidos, as Universidades brasileiras foram extremamente atingidas pela repressão da ditadura brasileira. A Universidade, desenvolvida para pensar o Brasil e seu povo como problema, deve resgatar a História enquanto espaço de efervescência, questionamento, crítica e empoderamento dos rumos da nação. Dotada de autonomia, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte deve vincular-se ao compromisso de examinar e esclarecer todas as graves violações aos Direitos Humanos ocorridas durante a ditadura militar – para que não se esqueça, para que não se repita. O Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti convida a Magnífica Reitora, por meio desta formalidade de abertura da VII Aula Magna do Curso de Direito da UFRN, a instaurar a Comissão da Verdade dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Até que tudo cesse, nós não cessaremos. Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti (Comissão da Verdade da UFRN, p.35-36).

Na tabela a seguir organizamos uma relação de universidades que concluíram seus relatórios até junho de 2019, data limite da escrita desta tese. Nossa intenção ao inserir tais dados (universidade, nome da comissão, quantidade de membros, período de trabalho, volumes e páginas dos relatórios) objetiva deixar explícito tamanho o trabalho que foi empreendido. Seja pelo número de pessoas envolvidas – isso sem contar os muitos voluntários, por vezes não inseridos em dados oficiais –, seja pelo período de trabalho e por fim, pela elaboração dos relatórios. Textos escritos com todo o cuidado documental e acadêmico, comprometidos com a Justiça de Transição e com a narrativa fidedigna dos acontecimentos.

**Tabela 5 - Universidades que concluíram seus relatórios da Comissão da Verdade até junho de 2019**

<b>Universidades que concluíram seus relatórios da Comissão da Verdade até junho de 2019</b>				
<b>Universidade</b>	<b>Nome da Comissão da Verdade</b>	<b>Quant. de Membros</b>	<b>Período de Trabalho</b>	<b>Volumes e páginas</b>
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Comissão Milton Santos de Memória e Verdade	11	25 de outubro de 2013 a 18 de agosto de 2014	1 vol. 170 p.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	Comissão da Verdade da PUC-SP Reitora Nadir Gouvêa Kfourir	7	18 de novembro de 2011 a dezembro de 2014.	Relatório on line, sem paginação.
Universidade de Brasília (UnB)	Anísio Teixeira Memória e Verdade	14	10 de agosto de 2012 a 22 de abril de 2015	1 vol. 331p.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Comissão da Verdade da UFRN	8	31 de outubro de 2012 a 2015	1 vol. 489p.
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	Comissão da Verdade e Memória "Octávio Ianni"	8	20 de setembro de 2013 a 1 de abril de 2016	1 vol. 60p.
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Comissão da Verdade da UFES	10	27 de fevereiro de 2013 a 2016	1 vol. 192 p.
Universidade de Santa Catarina (UFSC)	Comissão Memória e Verdade da UFSC	10	16 de dezembro de 2014 a dezembro de 2016	2 vol. v.1 – 421 v.2 – 400
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	Comissão da Verdade Marcos Lindenberg	21	12 de junho de 2013 a 14 de dezembro de 2016	Relatório on line, sem paginação.

Universidade de São Paulo (USP)	Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo	6	8 de maio de 2013 a 2018	10 vol.* 2.861 p.
---------------------------------	--	---	--------------------------	----------------------

[Elaboração nossa]

Conforme a tabela anterior, podemos averiguar que alguns relatórios não apresentaram dia e mês de encerramento, apenas o ano. O relatório da USP é o que possui o maior quantitativo de volumes e páginas, conforme demonstrado na tabela a seguir, há volumes produzidos em centros específicos ou que cobrem determinados temas:

**Tabela 6 - Volumes do relatório da comissão da verdade da USP**

<b>* Volumes do relatório da comissão da verdade da USP</b>
Apresentação: 50 p.
Volume 1: A Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) na Universidade de São Paulo – 577 p.
Volume 2: Mandados de Segurança – 222 p.
Volume 3: Mortos e Desaparecidos – 281 p.
Volume 4: Faculdade de Medicina – 323 p.
Volume 5: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – 349 p.
Volume 6: Faculdade de Direito – 215 p.
Volume 7: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Inquéritos Policiais Militares e Professores Cassados – 119 p.

Volume 8: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – 398 p.
Volume 9: Depoimentos de Ex-Estudantes – 230 p.
Volume 10: Fontes Documentais – 97 p.

Ainda destacamos que os Relatórios da Comissão da Verdade da UFMG e da UFPE estão inclusos em capítulos das Comissões Estaduais de Minas Gerais e de Pernambuco, respectivamente. De modo que não foram confeccionados separadamente como as universidades citadas nos quadros acima, estando as únicas até o momento a apresentar esse trabalho em conjunto.

**Tabela 7 – Comissões da Verdade na UFPE e UFMG**

<b>Universidade</b>	<b>Nome da Comissão da Verdade</b>	<b>Quant. de Membros</b>	<b>Período de Trabalho</b>	<b>Capítulo destinado à Universidade</b>
1. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara	9	1º de junho de 2012 a 21 de dezembro de 2016	Volume 2 Capítulo 13 221-250
2. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Comissão da Verdade em Minas Gerais (COVEMG)	7	17 de julho de 2013 a 2017	Volume 5 Capítulo 12 1-168p.

Por fim, é necessário sublinhar o caso da Comissão de Memória e Verdade da UFRJ. Criada em 2013 a Comissão inicia no semestre de 2019/2 sua terceira gestão. A primeira gestão estendida entre 2013 e 2016 não avança na pesquisa. A produção

textual abrange uma minuta de trabalho de 22 páginas, datada de 2014. A segunda gestão compreendida entre 2016 e 2019 também não produz um relatório formal. Foram organizados eventos públicos e havia um projeto da realização de um filme não executado. Em 2016 a Comissão ficou praticamente sem funcionar e em um jogo estratégico do reitor que sairá no segundo semestre de 2019 foi implantada uma terceira gestão da comissão. Há, nesse contexto, uma série de incertezas sobre a possibilidade de continuidade do trabalho, uma vez que o cenário nacional de deslegitimação dos trabalhos da CNV e de disputa política e memorial acerca da história da ditadura militar (informação verbal)<sup>35</sup>.

Em comum, as Comissões da Verdade universitárias tinham a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações aos Direitos Humanos praticadas contra discentes, docentes e servidores técnico-administrativos. Algumas trabalharam com abundante acervo, e outras portaram mais dificuldades devido à escassez de material documental. Em comum, as universidades utilizaram fatos levantados em documentos localizados nos arquivos das próprias instituições, em arquivos do SNI, DOPS, ASI, em jornais, artigos, livros e relatórios e em depoimentos de estudantes, professores e funcionários da época, chamados tanto em audiências públicas quanto para entrevistas particulares com os integrantes das comissões. Apesar de encontrar circunstâncias nem sempre favoráveis, as comissões desenvolveram de forma satisfatória o objetivo a que se propuseram, considerando as limitações de tempo, recursos e em grande parte, as querelas documentais com que foram obrigadas a trabalhar.

Nos registros do Relatório da Comissão da Verdade da PUC-SP, verificamos alguns pontos diferentes, se comparados às demais universidades. A instituição reconhece que, por estar amparada pela Cúria de São Paulo não sofreu “as quase irreversíveis perseguições [...] e desmonte de seus projetos educacionais”, apontando, todavia, que não passou ilesa, sofrendo também de atos de violência.

Nas conclusões dos relatórios, todas as instituições apresentaram recomendações que têm em comum os seguintes pontos:

---

35 A Informação foi concedida pela historiadora e integrante da Comissão da UFRJ Andréa Queiroz.

- 1- reparação simbólica de todos os indivíduos ligados às universidades que foram afetados pela perseguição política ou qualquer atitude arbitrária do governo ditatorial;
- 2- criação de um memorial em homenagem às vítimas da ditadura;
- 3- mudança do nome de locais que homenageiam indivíduos envolvidos com o governo militar para marcar a ruptura que se busca com o passado;
- 4- promoção de atividades de extensão que permitam o contato de estudantes do ensino fundamental e médio com questões ligadas à temática das Comissões;
- 5- revisão da Lei de Anistia para assegurar a responsabilização dos agentes do Estado perpetradores de graves violações de Direitos Humanos;
- 6- localização e abertura de acervos documentais ainda não depositados no Arquivo Nacional;
- 7- produção de material audiovisual, editorial e jornalístico para apurar o desrespeito aos Direitos Humanos no período ditatorial;
- 8- identificação nos regulamentos universitários de eventuais permanências de mecanismo autoritários.

Percebemos que as recomendações apresentadas buscam determinar e garantir a ruptura com o passado, procurando ainda formas de reparação aos afetados pelas práticas do regime. Além disso, observamos a apreensão em abrir e levar à comunidade externa, através de projetos de extensão, as informações que foram averiguadas com os trabalhos das comissões, cujo objetivo caminha para conscientizar as novas gerações acerca dos perigos de um governo autoritário.

A organização de ações conjuntas a serem desenvolvidas pelas comissões em diversos estados e universidades brasileiras, demonstra que as práticas repressivas contra estudantes, funcionários administrativos e professores foram comuns a todas as instituições. Incluindo desde as invasões dos *campi*, salas de aulas, espaços de convivência até as expulsões de estudantes, demissões de professores e funcionários, prisões, torturas, desaparecimentos e mortes. Além de proibição de circulação de livros, revistas, jornais, panfletos, etc.

Nesse capítulo analisamos o relatório final da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) com vista a compreender o *modus operandi* dos órgãos de vigilância e repressão nas instituições superiores<sup>36</sup>. A partir desta investigação estabelecemos ainda conexões com os relatórios de 5 universidades: UFBA, UnB, UFSC, Unicamp e UFMG<sup>37</sup>. A escolha desses relatórios e instituições visa contemplar as regiões geográficas brasileiras, de modo que talvez possibilite encontrar tanto particularidades quanto elementos comuns a elas, apesar das diversidades espaciais e culturais. É preciso frisar que até o encerramento desta pesquisa, nenhuma universidade da região norte apresentou seu relatório final. Enquanto na região sudeste, local onde a repressão política atingiu notória visibilidade tanto pelos acontecimentos quanto pelas narrativas, apenas as universidades do Estado do Rio de Janeiro não apresentaram relatórios.

### 3.2 O CONTROLE POLÍTICO SOBRE AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: O *MODUS OPERANDI* DAS ASI's – UM PADRÃO DA POLÍTICA DE VIGILÂNCIA E DA REPRESSÃO

As mudanças no ensino universitário, reivindicadas pelos estudantes desde a década de 1950, foram viabilizadas a partir do ano de 1968 e, junto com a tão esperada reforma universitária, veio a edição do Ato Institucional número 5, a expressão mais requintada da truculência e violência contra os Direitos Humanos no Brasil.

Como se não bastasse a violência do AI-5, os militares julgaram pertinente recrudescer a repressão especificamente junto aos estudantes. No início do ano de 1969, foi editado o Decreto 477/69, mais um eficiente instrumento de controle do regime. Esse Decreto, acirrou a repressão contra estudantes, professores e funcionários administrativos das universidades. Era necessário ter maior controle dos

---

36 Todas as universidades listadas foram criadas antes do golpe de 1964, atravessando, portanto, os 21 anos de regime militar.

37 Como especificado o relatório da UFMG foi produzido de modo conjunto à comissão estadual mineira, de modo que nossa análise foi restrita ao capítulo dedicado às universidades do Estado de Minas Gerais, e em especial à UFMG.

meios estudantis e o Decreto 477/1969, como já mencionado, permitia a expulsão de estudantes e funcionários que atuassem nas atividades políticas de oposição ao regime.

Para dar vazão a capilaridade da repressão nas universidades, foram implantados mecanismos que pudessem coibir ações contrárias à ditadura (MOTTA, 2014). Assim, em 1971 foram criadas as AESI's (CUNHA, 1991), órgãos que seriam os mais atuantes no quesito cuidado com a segurança nacional, uma vez que tinham como maior objetivo vigiar e monitorar todos *campi* universitários (FAGUNDES, 2013).

As AESI's, renomeadas ASI's em 1975, no intuito de reprimir ações nas universidades, submetiam-se a toda e qualquer regra advinda das Divisões de Segurança e Informações (DSIs) que, por sua vez, atendiam às determinações do Plano Setorial de Informações. Esse Plano Setorial, segundo apuração da Comissão Nacional da Verdade, tinha como responsabilidade criar contrainformações, monitorar estudantes, professores e funcionários que deveriam alimentar todo o sistema repressor das ASI's (BRASIL, 2014). A DSI do MEC (criada em 1969), ligada diretamente ao respectivo ministro, recebia orientações e normativas do SNI e do Conselho de Segurança Nacional (CSN). A partir de suas seções, chefias e assessorias, esse aparato controlava e vigiava as instituições educacionais superiores no país.

Assim, podemos afirmar que a escalada repressiva nas universidades brasileiras contou com uma estrutura de repressão diversificada, com uma forte musculatura burocrática e administrativa, através da criação dos diversos órgãos de segurança, que buscavam manter a “ordem” no país e afastar o “perigo comunista”. Os órgãos eram interligados entre si, montando uma verdadeira teia de espionagem e repressão. Temos que destacar que, para o governo, os estudantes e os professores eram um dos pontos de infiltração de ideologia comunista na sociedade, que se valiam dos estudos para deflagrar seus “ideais subversivos”, ou seja, na visão deles, esquerdistas, que procuravam ganhar apoio popular para afetar o governo ditatorial.

A criação ou viabilização de órgãos como a Divisão de Segurança encontrou respaldo nas manifestações de maio de 1968, quando estudantes exigiram reformas educacionais levando o alto comando revolucionário a se resguardar dos chamados

“inimigos da ordem”, silenciando qualquer ação ou atitude que contrariasse a ideologia vigente de Segurança Nacional. Conforme o relatório da CNV,

A Divisão de Segurança e Informação (DSI), definida no Decreto-Lei no 200/1967 como órgão de assistência direta e imediata ao ministro, não foi necessariamente uma inovação da Reforma Administrativa. Em julho daquele ano, as antigas Seções de Segurança Nacional foram transformadas em Divisões de Segurança e Informações, que passaram a cooperar com o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e o Serviço Nacional de Informações (SNI). Merece destaque a criação de um quadro de cargos em comissão disponibilizado para operacionalização da Divisão. Apesar de preconizar a autonomia administrativa, o regulamento apontava indícios de maior controle sobre as atividades de informação no país. As Divisões poderiam receber atribuições diretamente da Secretaria-Geral do CSN e do SNI e, além disso, apesar de estarem submetidas diretamente ao ministro (BRASIL, 2014, p. 282).

Ao analisar os relatórios das Comissões da Verdade das universidades, observamos a narrativa do mesmo *modus operandi* da ASI, ou seja, foram verificados monitoramentos em diversas áreas, sendo que seus relatórios junto ao SNI resultaram em repressões e censuras aos materiais e livros utilizados em sala de aula, reuniões acadêmicas, cortes de verbas para viagens e participações em congressos científicos, suspensão ou expulsão de discentes e servidores, transferências de docentes, prisões e desaparecimentos.

Havia um movimento de suspeição no meio acadêmico, devido às constantes vigilâncias, censura, repressões e perseguições impetradas pelos órgãos de vigilância. A rotina nas universidades foram modificadas ao ponto de serem exigidos os “atestados ideológicos” para realização de formaturas, nomeações, posses e também para o ingresso de novos docentes nas universidades. O clima de expiação era extremo, o que trazia enorme tensão ao ambiente acadêmico e, por consequência, resistência por parte de muitos, o que foi devidamente punido pelos órgãos instituídos pelo governo.

Havia uma lista de 205 livros considerados “subversivos ou pornográficos”, que tinham sua circulação nas universidades proibida, através do Encaminhamento nº 010/10355/75/Sici/1/DCI/MEC/76, de 19 de fevereiro de 1976. Entre os autores podemos citar: Lênin, Trotsky, Mao Tsé-Tung, Ernesto Che Guevara, ou seja, literatura tida como “subversiva” por estar ligada a ensinamentos comunistas, o grande inimigo

do Estado brasileiro, na visão dos governantes militares. Era preciso eliminar o aparato de informação de teóricos marxistas e vigiar a produção de conhecimento, que poderiam segundo a interpretação do governo, colocar em risco a ordem política e social.

A necessidade de acabar com quaisquer vestígios ditos subversivos levou Elias Haddad, subdelegado regional da Polícia Federal no Espírito Santo, a mandar retirar 35 livros de circulação nos *campi* da UFES em 1967. Tais livros foram considerados tóxicos à juventude. Segundo apuração da CVUfes (2016. p.51) na relação de livros, estavam

obras como História militar do Brasil, de Nelson Werneck Sodré; O Manifesto do Partido Comunista, de Karl Marx e Friedrich Engels; Política e revolução social no Brasil, de Otavio Ianni, Paul Singer, Gabriel Cohn e Francisco Weffort; O golpe de abril, de Edmundo Munis; O canhão e a foice, de P. E. Lapede; Que foi o tenentismo, de Virgílio Santa Rosa; Que é o imperialismo, de Eduardo Balby; 1º de abril, de Mario Lago; A crise geral do capitalismo, de N. Draguilley; História contemporânea, de V. N. Ivestov e L. I. Zubeck; História da Idade Média, de B. A. Kominshy; Terra e sangue, de Mikhail Chelakhov; Marxismo e alienação, de Leandro Konder; A diplomacia do dólar, de L. Viadinirev; e até exemplares da Coleção Histórias Novas, de diversos autores.

Qualquer livro que contemplasse no título o termo “revolução” e/ou era de autor com nome de grafia russa ou de pronúncia cirílica era condenado. Além da proibição da circulação de livros considerados subversivos, era muito comum a solicitação de informações sobre a maneira de agir de alguns professores, a ideologia que pregavam e quais eram suas convicções políticas. Um desses casos foi o do professor Affonso Bianco, então diretor da faculdade de Medicina que enviou para Oswaldo Simões Sales, delegado do DOPS/ES, 50 ofícios requisitando informações político-ideológicas de professores da unidade.

Diante desse quadro, não é difícil inferir que o clima tão salutar de liberdade de um *campus* universitário tenha ganhado nuances de um matiz cinza, opaco. Havia no meio muito receio em não obedecer aos ditames da repressão, embora muitos reitores fizessem vista grossa para os movimentos políticos e culturais tanto de estudantes quanto de professores e funcionários. Os responsáveis pelas ASI's perseguiram

obsessivamente com vistas a evitar que o fantasma do comunismo pairasse sobre nossas universidades.

A fim de compreender mais a fundo os ditames do controle e da vigília dos órgãos de repressão sobre as instituições superiores, apresentamos trechos de um *Parecer Especial*, identificado sob o nº 13/19/AC/78, de 13 de dezembro de 1978 produzido pela CH/SNI, sobre as atividades do Movimento Estudantil em várias cidades brasileiras. Quanto a 1977, ele avalia que os movimentos persistiram em características político-ideológicas, articulando panfletagens, greves, palestras, conferências, debates para conquistar a simpatia da opinião pública e adentrar no ensino secundário. Já no primeiro semestre de 1978, o documento discorre sobre os movimentos estudantis mais expressivos que ocorreram nas cidades brasileiras. No segundo semestre de 1978, os movimentos se apresentam de forma mais coordenada e organizada, portanto novas “bandeiras de reivindicações”, como a anistia, a volta dos banidos e cassados, o fim das prisões e torturas, o fim do arrocho salarial, a criação do Partido Socialista, a liberdade Sindical e o direito de greve, as melhores condições de ensino e maiores verbas para a educação.

No Parecer, o que diz respeito a Vitória, capital do Espírito Santo, constam as seguintes informações:

ESPÍRITO SANTO: Centro Biomédico/UFES; Faculdade de Farmácia e Bioquímica do Espírito Santo, greve em apoio a funcionários e protestos quanto ao projeto de regulamentação da profissão de Biomédicos.  
 Atividades realizadas pelo Movimento Estudantil durante o segundo semestre de 1978:

- em 03 e 04 Jul, reunião da Comissão Organizadora dos Encontros de Estudantes de Administração (COEEAD);
- em 25 Ago, assembléia geral de estudantes de Medicina, Odontologia, Farmácia e Biologia, na UFE5, em apoio à "Semana Nacional Por Melhores Condições de Ensino" e à regulamentação da profissão de biomédico;
- em 30 Ago, reunião estudantil, na UFES, para discutir a proposta de reabertura do DCE;
- de 12 a 15 Set, ciclo de debates sobre "Realidade Brasileira", no Colégio do Carmo, promovido pela Comissão Pró DCE/UFES;
- em 03 Nov, reunião da Comissão Pró-Executiva dos ENEAD, para decidir sobre a realização do VI ENEAD;
- em 09 Nov, eleições para o DCE/UFES; e
- em 13 Nov, passeata de estudantes e candidatos do MDB às eleições de 15 Nov, do restaurante universitário à Catedral de Vitória, onde participaram de culto ecumênico pela libertação de "CAJÁ", celebrado por D. João da Mota Albuquerque e Pe. Lency Smaniotto (AC\_ACE\_056\_79.pdf HISTÓRICO 78 2, p.35).

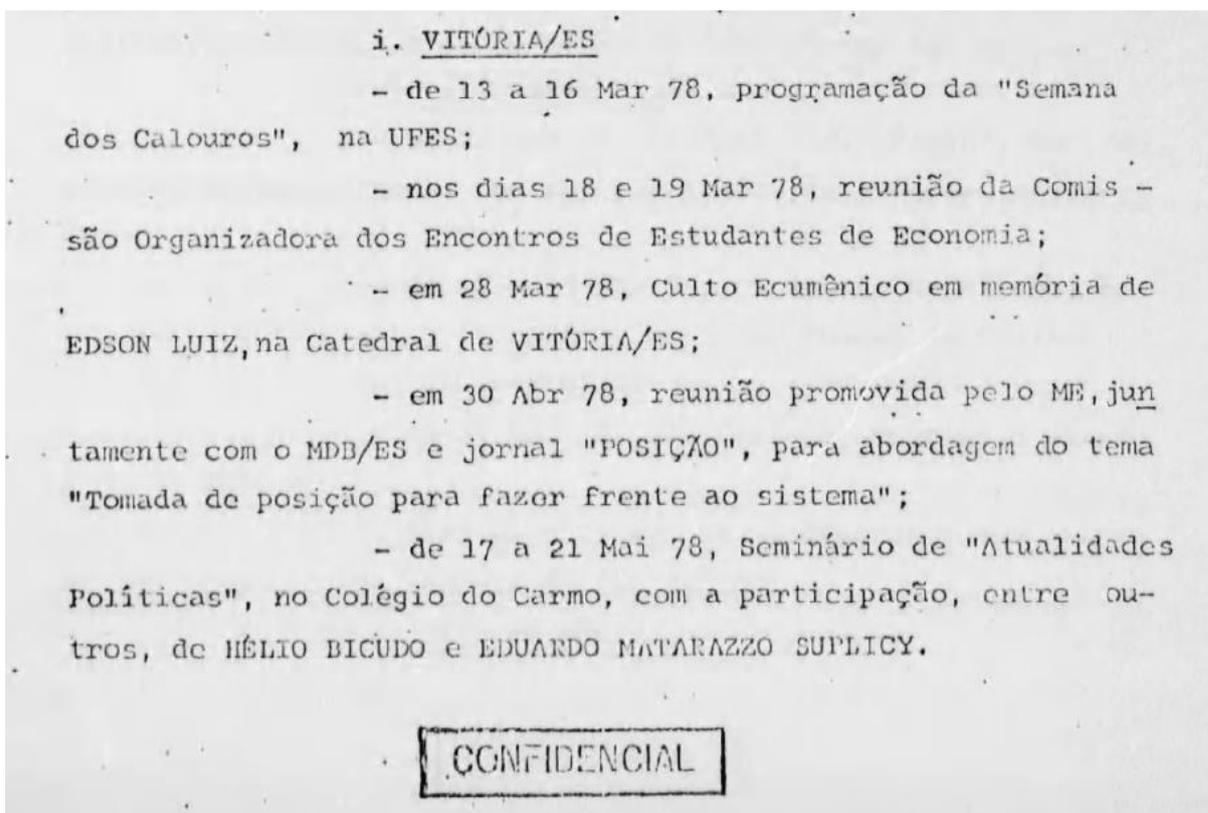


FIGURA 3: Documento do SNI FONTE: AC-ACE - 056/79.

A figura anterior é um trecho extraído do documento citado, no qual percebemos que além das atividades realizadas no ano de 1977, os agentes realizavam levantamento dos eventos que seriam desenvolvidos no ano seguinte. Além da ausência de liberdade, esses organismos e expedientes auxiliaram na criação de um ambiente de medo e insegurança, que certamente atrapalhou na produção e reprodução do conhecimento, além do empobrecimento do debate político (MOTTA, 2014).

A figura a seguir é outro exemplo de documento que retrata a vigilância das atividades universitárias:

**CONFIDENCIAL**

  
 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
 AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

INFORMAÇÃO N.º 076/116/77 /ARJ/SNI  
 ( )

  
 AGÊNCIA FEDERAL  
 020166 29.8.77  
**PROTOCOLO**

DATA : 26 de agosto.

ASSUNTO : PROPAGANDA ADVERSA - LIVRO "CARTAS DA PRISÃO"

REFERÊNCIA: PB Nº 119/16/AC/77, de 29 Jun.

DIFUSÃO : AC/SNI.

105267

---

Em atenção ao solicitado no documento constante da referência, esta ARJ informa o seguinte:

1. O professor PEDRO JOSÉ MANSUR, da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, realmente interrompeu várias vezes suas aulas na referida Universidade e leu alguns trechos do livro "CARTAS DA PRISÃO" para seus alunos, recomendando em seguida sua compra, "antes que a censura apreendesse a publicação".
2. O livro "CARTAS DA PRISÃO" editado pela Editora Civilização Brasileira, de autoria de CARLOS ALBERTO LIBÂNIO DE CRISTO, conhecido por "FREI BETO", foi lançado em VITÓRIA/ES no dia 16 de junho próximo passado, na livraria ÂNCORA, situada no centro da referida capital. Com (100) exemplares da obra, colocados à venda naquele estabelecimento comercial, foram rapidamente adquiridos, tendo a Cúria Metropolitana adquirido cinquenta (50) exemplares.
3. PEDRO JOSÉ MANSUR figura prontuariado nesta ARJ com os seguintes registros:

TODA PESSOA QUE TOMAR CO-  
 NHECIMENTO DESTA DOCUMENTO  
 FICA RESPONSÁVEL PELA MANU-  
 TENÇÃO DE SEU SIGILO. (ART. 12  
 DO DEC. N.º 79.099/77 - RS&S)

**CONFIDENCIAL**

FIGURA 4: Ficha de Pedro José Mansur FONTE: AC\_ACE\_105267\_77, p. 5.

CONFIDENCIAL

(Continuação da INFÃO Nº 076/116/77/ARJ/SNI, de 26 Ago . . . f/s-2)

Filiação: José Mansur e Maria Prazeres Lima Mansur.  
 DLN: 30.06.1945 - VITÓRIA/ES.  
 Economista, formado em 1967 pela UFES.

- Funcionário do Centro de Processamento de Dados e Professor da UFES.
- Quando acadêmico de Economia e Presidente do DA de sua Faculdade (1965/66), liderou movimento grevista.
- Foi criador de um jornal mural onde somente fixava recortes de jornais que visassem à subversão da ordem.
- Foi um dos participantes do III Encontro Nacional dos Estudantes de Economia, realizado em SALVADOR/BA, entre 20 e 26 Set 1965.
- A pedido do MDB-Jovem de VILA VELHA, realizou a montagem de um trabalho, focalizando diversos aspectos do "Modelo Econômico Brasileiro" contendo críticas à economia nacional, culminando com uma moção de protesto ao trabalho dos dirigentes atuais da Nação.
- Compareceu no dia 18.06.77, às 18:30 hs, a um Culto Ecológico, celebrado por D. LUIZ GONZAGA FERNANDES, Bispo Auxiliar de Vitória/ES, por ocasião do III Encontro Nacional de Estudantes.

-o-

FIGURA 5: Ficha de Pedro José Mansur [parte 2] FONTE: AC\_ACE\_105267\_77, p. 6.

A ficha representada nas figuras anteriores foi solicitada em 29 de junho de 1977 pela Agência Rio de Janeiro do SNI (ARJ/SNI), com o intuito de averiguar as atividades desenvolvidas pelo professor Pedro José Mansur. No documento podemos verificar a descrição de toda uma trajetória, embora sucinta, desde os tempos de Mansur como estudante de Economia na Universidade até sua participação em eventos públicos, cobrindo mais de dez anos de atividades. Esse tipo de documento é uma amostra do controle exercido pelo regime nas ações acadêmicas, tanto de funcionário quanto de estudantes.

Nesse cenário, a repressão à comunidade universitária era feita de maneira legal. Situação semelhante a da UFES se processou na UFBA. Embora a documentação desta instituição se encontre espalhada por muitas unidades, portanto, ainda não completamente organizada e selecionada, a Comissão da Verdade já levantou casos de agressões e desrespeito aos Direitos Humanos, incluídas no seu relatório final. No caso baiano, há indícios e provas observando que “[...] nem sempre a Universidade obedeceu à determinação dos órgãos de vigilância e repressão para cassar matrículas, demitir professores e funcionários, ou deixar de contratá-los por razões de ‘subversão’ [...]” (JAMBEIRO, 2014, p.10).

Há, portanto, uma série de contradições envoltas às dinâmicas acadêmicas. O caso do reitor da UFBA é ilustrativo. Em um primeiro momento, na ocasião da reunião do Conselho Universitário, em 9 de abril de 1964, o reitor regozijava-se ao comunicar que havia, arbitrariamente, demitido Isidoro Bispo de Oliveira, que de acordo com sua própria fala, era um negro comunista e analfabeto. Em episódios seguintes, o relatório da Universidade destaca o fato do mesmo reitor não informar ao Comando Militar faltas de alunos considerados subversivos, demonstrando certa resistência à ordem implantada.

Tal resistência pode ser também evidenciada no episódio ocorrido em 8 de abril de 1968, quatro anos após o golpe, quando em reunião, a Escola Politécnica

aprovou moção de pesar, de iniciativa do estudante Salomão Ghelfgot, representante discente na Congregação, e do professor Magno Valente, pela morte do estudante Edson Luiz, no Rio de Janeiro. A moção teve o seguinte teor: “A Congregação da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, profundamente sensibilizada, une-se ao luto da juventude brasileira pelo assassinato do estudante Edson Luiz de Lima Souto e proclama o seu repúdio a todas as violências” (JAMBEIRO, 2014, p. 19).

Além desses episódios de resistência encontramos no relatório da Comissão da Verdade da UFBA informes que restringem determinados materiais acadêmicos. De acordo com uma correspondência sigilosa do gabinete da reitoria dessa instituição, semelhante ao caso da UFES, os livros também passaram pela censura e proibição de circulação. Foram interditados os livros dos seguintes títulos: “[...] A União Popular e o Domínio da Economia; Um Português em Cuba; A Concepção das

Superpotências” (JAMBEIRO, 2014, p.38). A partir de 1973, qualquer material informativo – panfletos, revistas, jornais, boletins – deveria receber a aquiescência da Procuradoria Jurídica da Universidade e ser registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas para ter autorização de circular. Caso essa norma fosse ignorada, seriam enquadrados como clandestinos, experimentando os rigores da lei.

O desejo obsessivo de cercear a liberdade da comunidade universitária fez com que nesse mesmo ano, 1973, a DSI enviasse correspondência sigilosa à reitoria da UFBA admoestando sobre algumas publicações de “cunho tendencioso”. Para a DSI, os organismos contrários à ordem implantada no Estado brasileiro se infiltraram nas entidades estudantis, cooptando seus líderes para que pudessem difundir “ensinamentos antidemocráticos, insuflando a desordem, o descontentamento e o desprestígio das autoridades constituídas” (JAMBEIRO, 2014, p. 27).

A saída encontrada na UFBA para a execução da mínima liberdade de expressão foi o caminho das artes cênicas. A vigilância com espiões *intra muros* na universidade era tão acirrada que, para tentar burlá-los, os locais das apresentações das peças eram alterados pouco antes de iniciar. Exemplo dessa manobra foi o que ocorreu em novembro de 1973 por ocasião da encenação da peça *Alfaiate*, que já havia sido proibida pela DSI. Embora extenso reproduziremos o relatório do senhor Sival Mota Mascarenhas, agente 17, infiltrado aos estudantes, cuja cópia foi descoberta pela Comissão Milton Santos de Memória e Verdade:

Em cumprimento da ordem recebida do Sr. Chefe do SCDP desta SR, relato que estive na [Faculdade de Filosofia]/UFBA, onde cheguei por volta das 10.10 horas, ficando em ponto de observação, nas proximidades do Auditório “Alfredo Brito”, local onde constava que a peça seria levada, sendo que, no entanto, a mesma foi transferida para a sala de nº. 13, localizada próxima ao citado Auditório. Após algumas sondagens, apurei que o pessoal iria se reunir na referida sala 13, onde alguns estudantes universitários guardavam a porta de entrada, como a efetuar um serviço de triagem e fiscalização. Discretamente, e procedendo da mesma maneira, penetrei na sala utilizada como auditório, onde por volta das 10.45 horas, foi iniciada a encenação da peça *Alfaiate*, contando com oito figurantes e cerca de setenta estudantes, na condição de espectadores. Verifiquei ainda, que entre os figurantes cinco estavam vestidos de vermelho, um de branco (menina) e os demais vestidos normalmente.

2. Iniciada a apresentação, as portas da sala 13 foram fechadas, durante a apresentação da peça aproximadamente uns 30 minutos, com monólogos entre três dos oito participantes, com a participação principal da jovem de branco. Quanto ao texto em si de *Alfaiate*, retratava a figura de Tiradentes e

a Inconfidência Mineira, de maneira dedutiva, servindo de crítica para o Governo Revolucionário Brasileiro.

3. Ainda no texto da peça constou a apresentação (encenada) da *poesis Pesadelo*, encaminhada com informação ao Sr. Superintendente, pelo Agente Mendonça, há poucos dias (JAMBEIRO, 2014, p. 28-29).

Dias mais tarde, o mesmo agente complementa seu relatório:

por volta das 10.50 horas, estive na Faculdade de Filosofia da UFBA, no mesmo local onde ocorreu a apresentação da peça *Alfaiate*, a fim de verificar se a peça *Canudos* seria encenada hoje, conforme fora anunciada, oportunidade em que constatei que na sala de nº. 13 e no Auditório “Alfredo Brito”, não existia nenhum movimento que indicasse a apresentação da aludida peça.

2. Através de informações de um colega universitário, estudante da UFBA – curso de Jornalismo, que ali se encontrava para assistir uma aula referente ao curso que faz, o qual me informou que a peça *Canudos* chegou a ser iniciada, todavia, por ordem superior, possivelmente do diretor da casa, a mesma fora suspensa.

3. Outrossim, esclareço, que um dos cartazes que anunciava a apresentação e que se encontrava afixado junto ao mural da Escola, havia sido retirado (JAMBEIRO, 2014, p. 29-30).

Como podemos verificar, estudantes, professores e funcionários eram vigiados constantemente, no entanto, a traquinagem típica da juventude burlava e contornava a capacidade de vigilância dos agentes. Esse comportamento também era visível em outras universidades que buscavam meios de ludibriar a censura e a vigilância institucional.

Outro dirigente com comportamento contraditório, ora defendendo, ora condenando membros das instituições que dirigiu foi o professor Zeferino Vaz<sup>38</sup>, criador e reitor da Unicamp. Ao mesmo tempo que aplaudiu e auxiliou à execução do golpe civil-militar de 1964, Zeferino Vaz, posteriormente, tolerou bem a presença de “comunistas” no interior da Universidade paulista. O que não admitia era que usassem aquele espaço para propagar ideias contrárias ao governo. Com a mesma obstinação que defendia os militares, acobertava os membros da instituição contra qualquer arbítrio do regime. Valendo-se de algum prestígio no seio do comando militar, Zeferino Vaz visitava docentes e alunos nas prisões e porões da repressão (MORAES, 2015).

---

<sup>38</sup> Zeferino Vaz foi reitor da UnB em 1964 e depois encarregado de administrar a Unicamp, sendo seu reitor pelo período de 1966 a 1978.

Outra ação contraditória era o fato da Unicamp receber, praticamente de braços abertos, estudantes expulsos de outras instituições, além de acolher e admitir como docentes, profissionais que fugiam de seus países de origem devido à ditadura. Essas atitudes apenas demonstram que, embora tenha crescido sob as asas do regime militar, a Universidade não coaduna por inteiro com as arbitrariedades praticadas no período (MORAES, 2015).

A partir da DSI e das ASI's, o SNI controlava toda e qualquer ação de estudantes, professores e funcionários. Um fato ocorrido no ano de 1981 demonstra como a Universidade agiria a qualquer ação que tivesse como objetivo tolher sua autonomia. O senhor Paulo Maluf, então um dos governadores biônicos do Estado de São Paulo quis impor nomes para dirigir as unidades da universidade, tentativa que teve resposta quase de imediato da comunidade universitária ao denunciar a intervenção do governador, colocando a sociedade contra o mesmo (MORAES, 2015).

Em todas as universidades tornou-se comum a intervenção de militares, utilizando-se de atos repressivos para afastar qualquer possibilidade de liberdade a debates acadêmicos, políticos ou científicos. No caso da Unicamp, um dos momentos mais delicados ocorreu em 1975, tornando-se conhecido como “expurgo da medicina preventiva”. O episódio foi marcado por perseguições a membros do Departamento de Medicina Preventiva e Social (DMPS) que trabalhavam em prol de uma reforma sanitária com vista a melhorar a medicina preventiva no país. A proposta tratava o processo da doença como um todo complexo, também determinado por questões sociais, de maneira que a perspectiva de mudança do modo de profilaxia, alterava todo o diagnóstico da doença, uma vez que a Sociologia e a Psicologia tinham um papel preponderante.

Houve muita perseguição aos profissionais que por vezes eram tidos como *personas non gratas*. É importante observar que a busca entre os envolvidos do projeto de medicina preventiva, especialmente Sergio Arouca, eminente figura política e militante do PCB, se deu logo após o fim da guerrilha. Ana Maria Testa Tambellini, companheira de Sérgio Arouca na época, ao depor à Comissão da Verdade da Unicamp, apontou o quão grave foi àquela perseguição pois,

não foi uma perseguição a uma pessoa, ou duas, ou três que sejam. Foi a destruição de uma possibilidade muito rica de trabalho científico e de pensamento sobre serviço de saúde moldada em elementos muito avançados, e que até hoje no SUS não existe, mas que a gente ainda acredita que isso vai existir (MORAES, 2015, p. 28-29).

É interessante observar o quanto a obsessão em extirpar qualquer sombra de hostilidade ao regime militar acabou com um projeto bastante inovador na área da saúde. Tambellini relatou, na mesma ocasião, que o projeto havia iniciado pequeno e que em pouco tempo se propagou em várias cidades no entorno de Campinas e, principalmente, nas periferias onde existia o atendimento médico, participando a população inclusive das discussões.

A equipe, ao discutir com o paciente seu problema de saúde, explicava minuciosamente quais os motivos do aparecimento da doença, indicando sempre o meio de vida, as condições de moradia, a falta de educação, a falta de nutrição e alimentação saudável, etc. Para os agentes da ASI, ao discutir com os habitantes sobre o rizoma que causava a doença, havia uma doutrinação política que poderia ser fatal ao regime. A perseguição foi tamanha que houve proibição de reuniões entre os professores, médicos e alunos, em seguida proibiu-se discutir com os pacientes o problema de saúde e, finalmente, chegou a proibição dos professores que estavam no projeto de lecionarem. Esse caso da Unicamp, apesar de particular, ilustra substancialmente até onde o regime estava disposto a ir a fim de confrontar as atividades ditas ilegais, àquelas que supostamente poderiam estar em desacordo com os ditames do Estado.

Das contradições de reitores, censuras a livros e proibições de realizar projetos, transitamos agora para os números encontrados nos relatórios das comissões. Não há como contabilizar o número exato de presos, perseguidos ou mortos no meio acadêmico, muitas vezes pela documentação incompleta com que as comissões dessas universidades trabalharam. Todavia, destacamos nessa seara o relatório da Comissão da Verdade de Minas Gerais (COVEMG), concluído em 2017. No capítulo específico sobre a repressão nas universidades mineiras, o relatório descreve que, entre presos, torturados e/ou mortos, chegou-se ao total de 1.026 pessoas, incluindo entre elas dois padres. Há também uma tabela ampla, constando o nome, a fonte, a data, a categoria profissional, a repressão sofrida e a localidade.

A COVEMG também sublinha a repressão aos movimentos estudantis e a prisão de estudantes executadas de maneira arbitrária. Ela traz nomes e fotos dos jovens presos e, em outros momentos, tabelas com nomes de estudantes e servidores enquadrados em determinadas leis, em especial, o Decreto 477/69. Quanto à repressão aos professores, técnicos e servidores da UFMG, verifica-se muita semelhança com os relatos das demais comissões:

Observa-se a “mão repressiva” no controle da contratação de professores da UFMG, na indicação para cargos de chefia de departamento ou outros órgãos, na concessão de licenças para Pós-Graduação no exterior, entre outras medidas (MINAS GERAIS, 2017, p. 85).

O modelo se repete, há demissão de professores, perseguição política, prisões de estudantes e servidores (exonerações e rescisões de contratos) e aposentadorias compulsórias. A ASI vigiava e controlava todos os atos ocorridos dentro da Universidade, a ponto de requerer explicações ao reitor, mesmo diante dos pedidos de demissões feitas pelos próprios professores.

Há, ainda no relatório mineiro, um tema tratado de modo sobressaído, as torturas às vítimas femininas, que reforçaram no ambiente autoritário, simbolicamente, a submissão aos homens. Nos interrogatórios eram chamadas de “putas” e “vagabundas” e eram, constantemente, expostas a xingamentos e ameaças de estupros ou contatos físicos entre as vítimas e torturadores, com outras vítimas, ou com animais ou nudez forçada. A maternidade era também muito usada, uma vez que os filhos “em vários casos [...] eram mantidos em frente às suas mães durante as sessões de tortura, enquanto os oficiais ameaçavam torturá-los caso as prisioneiras não falassem o que eles queriam” (MINAS GERAIS, 2017, p.198). Havia, portanto, um terrorismo, veiculado por agentes do Estado em relação ao gênero feminino, concluindo o relatório que,

Se o exercício de construção de uma memória coletiva da repressão militar é de suma importância para a superação dos vestígios que perduram até os dias de hoje, compreender a dimensão sexista da ditadura é duplamente importante. O apagamento da história de mulheres militantes e que participaram da resistência tem o efeito de reduzir o papel histórico por elas empenhado, e contribui para a consolidação da visão da mulher como um ser não político, recluso ao ambiente doméstico (MINAS GERAIS, 2017, p.199).

Apesar do destaque conferido à narrativa da UFMG, ressaltamos que acontecimentos sexistas como os descritos acima, sobre o papel das mulheres na resistência aos desmandos ditatoriais, fizeram parte dos relatórios das Comissões da Verdade de todas as universidades. Há o exemplo das servidoras e estudantes da UFES, que somente após procuradas pela CVUfes, resolveram falar em audiência pública, sobre os maus tratos e as torturas físicas e psicológicas sofridas no período da repressão política. Por vergonha, por medo, muitas procuraram ocultar seus sentimentos. Fase difícil de superar, que merece um estudo minucioso dentro da questão da opressão de gênero. A CVUfes (2016, p. 179-180) averiguou que a violação dos direitos atingiu “aproximadamente 90 cidadãos e cidadãs, entre estudantes, funcionários e professores da Universidade, durante quatro ondas repressivas”.

A atual comunidade acadêmica e uma parcela da sociedade espírito-santense só tomaram (re)conhecimento de nosso estado como um local de tortura a partir da divulgação dos trabalhos da CVUfes. Havia, no imaginário capixaba, a ideia de que somente centros como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, e outras poucas capitais do Nordeste e do sul do país, continham centros de tortura ligados aos órgãos governamentais. Dessa maneira, os trabalhos das Comissões da Verdade, transformam-se em importantes veículos de conhecimento, que se divulgados tendem a contribuir para a informação e esclarecimento público. A seguir trataremos de algumas atividades ocorridas na Universidade de Brasília.

Localizada na capital federal, a UnB foi um celeiro intelectual visado e vigiado pelo governo durante todo o regime militar (1964-1985) contando com a presença constante de militares fardados ou à paisana circulando em suas dependências. O relatório desta instituição, apresentado pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV), em 2015, é manifesto ao apresentar, a exemplo das demais universidades citadas, a assídua atuação da ASI na vigilância e na denúncia de opositores ao regime. Também enquanto parte do cotidiano universitário, é perceptível a censura a dezenas de livros, além de exemplares dos Jornais da comunidade acadêmica: *Jornal da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB)*, *Jornal Tribo*, *Jornal Oficina*, *Jornal CIEM-te*.

Sobre o quantitativo de servidores expulsos pelos órgãos de repressão, a exemplo de outros relatórios, não há um número exato. Relatam que a respeito dos docentes, o reitor Zeferino Vaz teria demitido 13 professores em 1964 e dois em 1965. Na ocasião, é interessante registrar que 200 professores pediram demissão em solidariedade aos colegas expulsos. Em 1965 houve 15 demissões de servidores. Em 1968 foram pelo menos 76 expulsos, entre técnico-administrativos e professores. Apesar dessas demissões terem ocorrido antes do governo Geisel, há todo um simbolismo incutido a fim de se notar como o governo usava da arbitrariedade para se legitimar no poder. Há nesse sentido um processo de continuidade em Geisel.

No que toca particularmente a atuação repressiva sob os discentes, verificamos, por exemplo, a nota de desaparecimento de três estudantes: Paulo de Tarso Celestino da Silva (1944-1971), Honestino Monteiro Guimarães (1947-1973) e Ieda Santos Delgado (1945-1974), presente no Relatório da Comissão da Verdade Anísio Teixeira da UnB. Nesse mesmo texto há também relatos do impedimento da realização de uma missa pelos Direitos Humanos e informações referentes a expulsões de alunos, enumerando três indivíduos em 1970, sete em julho de 1976 e 30 expulsões em 1977. Neste ano uma nova grande invasão policial e militar atingiria a UnB, após a mobilização registrada

contra a punição de algumas lideranças e as severas restrições impostas à organização da representação discente. Nessa época, a cúpula do regime militar, que sinaliza uma abertura política ("lenta, gradual e segura"), enfrenta sérias dissensões internas, batendo-se contra segmentos civis e militares postulantes de um ainda maior endurecimento do trato com as oposições (embora as organizações oposicionistas que optaram pela luta armada já tivessem sido destroçadas havia anos). Numerosas assembleias e manifestações estudantis precedem a greve estudantil que paralisaria por três meses a Universidade naquele ano, e continuam a ocorrer durante a greve, à revelia do recesso acadêmico imposto pelo Reitor Azevedo para dissolver o movimento. Vários estudantes já haviam sido punidos com suspensão, jubramento ou mesmo expulsão ainda em 1976, quando da retomada da luta pela representação estudantil autônoma. A crise de 1977 elevou em muito tais punições" (AGUIAR, 2015, p.236).

As informações apresentadas pelo Relatório da UnB evidenciam, que apesar da abertura política, há na prática um aumento das atividades repressivas. Na medida em que estudantes e funcionários percebem a possibilidade de mais uma vez contestar o regime, há novamente a aplicação de ações coercivas.

Há, nesse sentido, um espaço de contradições. De um lado, um discurso de abertura política, e de outro, a coexistência de práticas repressivas. É nesse ambiente ambíguo que o ME retoma seus espaços de luta política, não mais voltados à revolução social, mas à luta pelas liberdades democráticas, reorientando-se para ocupar espaços institucionais e já timidamente contagiar as ruas (AGUIAR, 2015, p.154). Em 1977 também há documentos e fotos retratando a degradação de diretórios estudantis por policiais, reforçando a demonstração de violação aos direitos estudantis.

A crescente dos números de expulsões ao longo da década de 1970, ressalta a perseguição e a organização repressora do sistema em pleno governo Geisel, ratificando que o presidente usou com afinco os artifícios da repressão, visando manter controlada a sua pretensão de abertura. Dentre as inúmeras violações de Direitos Humanos que constam no relatório da CATMV-UnB, podemos destacar:

Graves torturas físicas e psicológicas; sequestros; prisões ilegais; censura e violação de comunicações; vigilância, controle e perseguição política, com suspensões, expulsões, demissões, recusas de contratação, de matrícula e de viagens para eventos e pesquisas; proibição de livros e de imprensa, restrições à liberdade de reunião, de manifestação política, artística e de ideias e de organização. Todas associadas a uma estrutura legal e burocrática repressiva, operando em redes internas e externas à Universidade (AGUIAR, 2015, p.280).

Se compararmos esses perfis de torturas descritos, podemos observar a repetição do mesmo *modus operandi* em outros relatórios, ratificando as atrocidades cometidas pelos órgãos de vigilância e repressão, portanto, com a aquiescência e legalização do regime em vigor.

O relatório também identifica formas de luta em prol do Estado Democrático de Direito, ressaltando que o principal meio de resistência era elaborado pela FEUB, por meio de passeatas, manifestações, assembleias e confecção de textos em oposição ao governo. Como nas demais universidades, a tomada de atitude dos estudantes no pós-1975 acabou por promover um adensamento na vigilância e na repressão.

O Relatório da Comissão Memória e Verdade da UFSC, concluído oficialmente em dezembro de 2016, embora depoimentos e novas fontes tenham sido recolhidas

ao longo do ano de 2017 e incluídas no texto final, vem reafirmar a presença de todo o clima de vigilância no sul do país. A ASI também agia de maneira arbitrária em sua função de vigiar e manter os órgãos de repressão informados sobre os acontecimentos do *campus*. A Comissão apresenta fatos concretos, comprovados por uma extensa e diversificada rede documental, segundo o texto:

ficou comprovado que o papel de espionagem, denúncia, censura, repressão e controle ideológico foi assumido em determinados períodos pela própria administração da UFSC através de membros desta ou do próprio Reitor, em consonância com os comandos militares e policiais. Ficou também estabelecido que a partir de 1972, a existência de uma Assessoria de Segurança e Informação (ASI) dentro da UFSC aumentou muito a vigilância sobre os movimentos de estudantes, professores e servidores, com o objetivo de acompanhar e tentar controlar suas atividades. Prisões, torturas, desaparecimentos, perseguições caracterizaram o período da ditadura militar. Depoimentos e documentos consultados confirmaram que vários estudantes, professores e servidores da UFSC foram vítimas destas violações dos direitos humanos e que demissões, não contratações e perseguições internas políticas e às vezes pessoais foram comuns nesse período na UFSC. Apesar do clima de repressão e de medo que reinava em determinados momentos, depreende-se das informações encontradas na documentação escrita e oral, a existência de uma forte resistência, de parte do Movimento Estudantil durante todo este período. A partir do final dos anos 1970, destaca-se também na UFSC o surgimento de um Movimento Docente combativo na luta para a redemocratização da Universidade e do país (CMV-UFSC, 2016, p. 10).

Os relatórios mudam os personagens, os lugares e as universidades, mas de maneira geral, a história se repete, tanto quanto a vigilância pela ASI e a tomada de medidas similares de repressão, quanto a forma de resistência protagonizada pelo movimento estudantil. Há ainda casos de apoio e colaboração por parte da própria administração universitária, levando-se em consideração que o governo controlava a nomeação para os principais cargos da instituição, inclusive o de reitor.

Mesmo que de maneira parcial, haja vista a seleção de universidades e estados realizados, podemos verificar – no Nordeste com a UFBA, no Sul com a UFSC, no Centro-oeste com a UnB e no Sudeste com a UFES, a Unicamp e a UFMG – a presença do mesmo aparato repressivo-burocrático envolvendo órgãos como o DSI/MEC, o SNI, o DOPS, a Polícia Federal, o DOI-CODI, o CENIMAR, o CIE e o CISA, todos alimentados por informações dos órgãos de vigilância interna instalados nas universidades: as ASI's. As expulsões, as demissões, as censuras, a apreensão

de materiais considerados subversivos, as proibições de certos livros e circulação de periódicos nos *campi*, as perseguições políticas, as prisões e as torturas eram comuns a todas as instituições de ensino superior. Há o registro em todos os relatórios de uma atmosfera de medo, silêncio e desconfiança pairando sob os *campi*. Portanto, havia um mesmo *modus operandi* presente nas universidades brasileiras, adequando-se, evidentemente, às particularidades de cada *campus* e região. O regime havia criado um aparato repressivo de cunho burocrático, estruturados em redes internas e externas às universidades.

No entanto, devemos destacar que os documentos levantados pelas Comissões da Verdade nas universidades referente a atuação dos órgãos de vigilância e repressão são fontes que muito contribui para entendermos a história acadêmica desse período ditatorial. Somando-se a isso, as várias entrevistas são preciosas fontes, pois os testemunhos das vítimas que sofreram ações repressivas do governo, são fundamentais para endossar a violação dos direitos humanos que o meio acadêmico sofreu no referido período.

Diante do exposto, são evidentes os problemas enfrentados pela educação superior durante o período de 1964 a meados da década de 80. Mesmo com a extinção das DSI's e ASI's, é indiscutível o prejuízo causado ao povo brasileiro e às instituições universitárias, principalmente no que tange à afirmação de uma formação cultural e consciência política.

Trazer à tona a memória desses anos nos faz pensar o quanto o passado é terreno movediço. É preciso mudar visões e buscar o mais ligeiro o que entendemos como Justiça de Transição, ainda incompleta em nosso país. Acreditamos que essa é uma das maneiras para evitar que a sociedade avenge a possibilidade de retorno daqueles anos.

Por fim, nos cabe reforçar o papel substancial exercido pelas universidades à sociedade. Ao inovar, ao propor discussões, ao produzir e reproduzir conhecimentos com liberdade pedagógica e de expressão, atuam enquanto ponto estratégico para disseminação da tolerância, da igualdade e da cidadania. É preciso que a sociedade brasileira se conscientize de que hoje vigora no país um Estado Democrático de Direito, e que aqueles anos antidemocráticos foram vencidos e que nenhuma de suas práticas podem voltar a vigorar. Para isso é preciso um trabalho de informação

coletiva, sobre os males que um Estado Ditatorial pode acarretar para a liberdade e o crescimento de um país.

### 3.3 A COMISSÃO DA VERDADE DA UFES: UM MODELO ESTRUTURAL

Utilizaremos a CVUfes como eixo norteador para entender o *modus operandi* dos órgãos de vigilância e repressão nas universidades, considerando que a presente tese foi desenvolvida para apresentação junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFES (PPGHIS) e por eu ter um contato direto com as fontes da ASI desta instituição<sup>39</sup>. Acreditamos que através da análise mais aprofundada da Comissão da Verdade de uma Universidade, teremos uma clara noção dos objetivos, do complexo trabalho de pesquisas e da organização documental que permearam o trabalho de todas as referidas Comissões espalhadas pelas universidades públicas (federais e estaduais) e particular do país, citadas nas Tabelas 5, 6 e 7.

De acordo Borgo (1995), a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), foi criada por meio da Lei estadual nº. 806, de 05 de maio de 1954, sob a denominação de Universidade do Espírito Santo (UFES), sendo organizada em faculdades isoladas, como de Medicina, Odontologia, Farmácia, Química Industrial, Belas Artes, Direito, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Somente no final do governo de Juscelino Kubitschek, pela Lei nº. 3.838, de 30 de janeiro de 1961, a instituição foi federalizada. No entanto, somente a partir de um decreto governamental de 1965 houve a obrigatoriedade da incorporação da palavra “federal” em todas as instituições de ensino que haviam sido federalizadas, surgindo o nome atual da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Na década de 1960, a UFES passa pela Reforma Universitária, e nos anos de 1970, foi marcado pela construção de prédios e transferências de cursos para o novo *campus de Goiabeiras*. Destacamos que com 65 anos de existência, 21 desses anos foram vivenciados dentro de uma ditadura. E como as demais Universidades, sofreu com a vigilância, censura e repressão. Segundo FAGUNDES (2016, p.14) “a

---

<sup>39</sup> Trabalhei como colaboradora da CVUfes nos anos de 2015 e 2016, no GT Acervo, pesquisando documentos recolhidos no Arquivo Nacional sobre a atuação da ASI/UFES no período de 1974-1985.

repressão serviu como um filtro político-ideológico no *campus*. Foi nesse contexto, marcado pela Modernização versus Repressão Política, que ocorreram momentos fundamentais na história da Universidade”.

Enfatizamos que através da Portaria do MEC nº 576, datada de 05 de agosto de 1986, foram extintas oficialmente as ASIs nas universidades brasileiras. O SNI só foi extinto em 1990, e por conseguinte, todas as estruturas a eles vinculadas. Destacamos que considerável parte do acervo desses das ASIs e DSI/MEC são classificados como “desaparecidos”, o que muito dificultou o trabalho das Comissões da Verdade Universitárias. Relembramos que a grande busca pela documentação perdida foi ativada, em consequência da criação da Lei de Acesso à informação (LAI) e Comissão Nacional da Verdade, Leis números 12.527 e 12.538, ambas de 18 de novembro de 2011. Também motivou a procura da documentação, o Ofício Circular nº 11/2012/SAA/SE/MEC), anteriormente citado, emitido pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Educação, enviado a todas as universidades públicas, solicitando a realização de um “Levantamento e identificação dos documentos do regime militar a serem recolhidos ao Arquivo Nacional”. Foi a partir de tal documento que foi motivada a criação de Comissões da Verdade em diversas universidades brasileiras, inclusive na UFES.

O reitor da Universidade, em 2012, requer ao Departamento de Arquivologia que colete todos os documentos da ASI/UFES, através de um levantamento em todos os centros de ensino da Universidade. Começava aí a busca pelo acervo perdido da ASI/UFES. A conclusão dos trabalhos motivou a criação da CVUfes.

A Comissão da Verdade da UFES (CVUfes) foi criada pela Portaria 478, de 27 de fevereiro de 2013, sendo composta por 10 membros, além de vários colaboradores<sup>40</sup>, tendo como coordenador o Historiador Prof. Dr. Pedro Ernesto

---

40 Membros: Pedro Ernesto Fagundes (Coordenador da CVUfes e Professor do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de Arquivologia); Paulo Velten (Subcoordenador da CVUfes e Professor do Departamento de Direito); Attilio Provedel, Luiz Cláudio Moisés Ribeiro, Temístocles de Souza Luz (Professores); Rita de Cássia Rebello Loss (Técnica-administrativa em educação da Ufes); Bernardete Gomes Mian (Professora e representante da Associação dos Docentes da Ufes (Adufes); Wellington Pereira (Técnico-administrativo em educação e representante do Sindicato dos Trabalhadores da Ufes (Sintufes); Marcello França Furtado (Discente e representante do Diretório Central dos Estudantes da Ufes); Nevitton de Souza (Discente). Colaboradores/Voluntários na montagem do acervo – discentes do curso de Arquivologia da Ufes: Alana Müller de Souza, Danúbia Florindo, Eden Moraes Pinto, Gabriella Camisasca Cardoso, Guilherme Alves da Costa, Laura Silva Pimentel, Maycon Soave dos Santos, Natalia Dias Santos Santana, Penha Karoline Pulcheiro de Araújo e Shanna de Oliveira Rangel. Colaboradores/Voluntários envolvidos na pesquisa documental e no

Fagundes. Seu período de atuação foi de 27 de fevereiro de 2013 a dezembro de 2016, tendo a entrega e o lançamento do Relatório em forma impressa e on line, em 31 de março de 2017. Foram cerca de 4 anos de trabalho, sendo 26 meses dedicados a pesquisa documental e coleta de entrevistas. Seguiu-se a organização e estudo das fontes, transcrição das entrevistas e elaboração do texto do relatório, que foi concluído em 01 volume com 192 páginas. Devemos destacar que a Comissão trabalhou em parceria com o Projeto “Memórias Reveladas” do Arquivo Nacional (AN) e a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

Segundo consta no Relatório da CVUfes, o objetivo da Comissão é a

Recuperação de documentos e memórias da ditadura militar que envolveram especialmente estudantes e servidores públicos (professores e técnico-administrativos em educação) da Ufes, por meio da coleta de depoimentos de pessoas da comunidade universitária que foram atingidas pela repressão política, além da pesquisa e do levantamento de todo um acervo documental e órgãos de repressão que funcionaram no Espírito Santo, especialmente um, chamado Assessoria Especial de Segurança e Informação (Aesi), que funcionou da Ufes entre o período 1971 e 1986. (FAGUNDES, CVUfes, 2016, p. 9).

Percebemos que de maneira geral, a recuperação de documentos e memórias, através de entrevistas e levantamento de acervos das ASIs era o objetivo comum de todas as Comissões da Verdade formadas nas Universidades brasileiras, buscando “iluminar” com informações baseadas em fontes seguras e de real credibilidade.

AASI na UFES, funcionou entre 1971 e 1983, criada pelo Ministério da Educação e Cultura sob coordenação do SNI. No ano de 1983, ela passou a denominar-se Assessoria Especial de Segurança da Delegacia do Ministério da Educação e Cultura (ASI/DEMEC/ES), atuando na Universidade até a extinção do órgão em 1986. Segundo a análise dos documentos em quase todos os centros da Universidade, que

---

relatório final – discentes do curso de Pos Graduação em História da UFES (PPGHIS): Alexandre Caetano, Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine, Diego Stanger, Dinoráh Lopes Rubim Almeida, Gabriela Rodrigues de Lima, Herbert Soares Caçador, Karolina Dias, Leonardo Baptista, Marcello França Furtado e Ramilles Grassi Athaydes. Outra contribuição importante foi prestada por Aline Amaral, jornalista e discente do curso de Arquivologia, e Monick Barbosa Ribeiro Faé, servidora do Gabinete da Reitoria, que atuaram na leitura e revisão do texto do Relatório. Elaboração do Relatório Final: colaboração direta de Pedro Ernesto Fagundes, Rita de Cássia Rebello Loss, Paulo Velten, Alexandre Caetano e Leonardo Baptista. Como a CVUfes é eixo norteador para entender o *modus operandi* dos órgãos de vigilância e repressão nas universidades, através dos relatórios da Comissão da Verdade, citamos seus membros e colaboradores a fim de exemplificar a pluralidade de áreas e pessoas nos trabalhos dessas comissões.

compõem o conjunto documental ASI/UFES, nos acervos DOPS/ES (APEES) e do SNI (AN), pode-se verificar que a ASI representou um instrumento repressivo de “intimidação e constante ameaça para discentes, professores e funcionários” (FAGUNDES, 2013, p.304).

Durante todo o período em vigor o órgão de informação esteve sob a chefia do advogado Alberto Monteiro, que se aposentou nos cargos de assistente administrativo (1982) e de professor (1991)<sup>41</sup>. Monteiro era também o responsável por informar ao reitor e aos órgãos de segurança nacional tudo o que acontecia no *campus*, de teor considerado subversivo e que se encontrasse contra a ordem estabelecida pelo governo, atuando de modo a impedir a contratação de servidores e vigiando ações de estudantes. O juiz do trabalho José Carlos Risk, revelou em 1988, em reportagem publicada pela extinta revista *Agora* que, enquanto professor da universidade entre 1974 e 1978 foi perseguido pelo chefe da ASI, de modo que sob acusação de subversão não teve seu contrato assinado (FAGUNDES, 2016, p. 176).

Ao se aposentar, Alberto Monteiro levou muitos arquivos da ASI consigo. Falecido em 2011, nunca prestou explicações sobre os atos cometidos durante o período que chefiou o órgão de informação da Universidade. Com ele, muitas informações se foram e documentos se perderam. Mesmo diante desse desfalque, a Comissão conseguiu produzir seu relatório.

---

41 O advogado Alberto Monteiro frequentou o curso da ESG em 1972, apresentando ao final um estudo sobre a ameaça vermelha na Universidade e o quanto isso representava de insegurança ao Estado brasileiro. O documento em que consta tais informações é da lavra do próprio Alberto Monteiro que o redigiu no Estado da Guanabara em 15 de junho de 1972. Esse documento está disponível no acervo da Comissão da Verdade UFES. Ofício s/n. Vitória. 1972.



FIGURA 6: Da esquerda para a Direita: Camilo Cola, Alberto Monteiro, Tenente Coronel Vinícius e dois não identificados.

FONTE: Delegacia no Estado do Espírito Santo, da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG/ES). Consta no Relatório CVUfes, 2016, p. 171

Nesse ponto, não podemos deixar de destacar a contribuição de civis no sistema de informação e repressão do Governo militar. Não era um regime composto apenas de militares, havia civis que estavam presentes em várias esferas do governo (Ministros, congressistas, governadores, prefeitos, vereadores, e diversos cargos do governamentais). No contexto em questão, devemos frisar que todos os diretores das ASI nas Universidades eram civis, que se reportavam ao DSI/MEC e ao SNI, que também tinham civis em suas fileiras. Portanto, sobrecarregar os militares afirmando-os como os únicos culpados pelas violações dos direitos humanos, durante a ditadura militar é um erro, mesmo porque não havia unanimidade entre os militares a respeito do Golpe de 1964, e do governo que se seguiu, bem como, os militares no governo tiveram muito respaldo de civis de vários níveis sociais.

Os documentos levados por Alberto Monteiro não foram recuperados, no entanto, o departamento de Arquivologia efetuou uma verdadeira varredura nos centros de ensino da Ufes, e em seis deles, foram encontrados diversos memorandos, relação de livros censurados, solicitações de informações sobre o Diretório

Acadêmico, vigilância de militantes estudantis, abertura de inquéritos contra servidores, confisco de materiais, entre outros. Na continuação da procura do acervo perdido, foram encontrados documentos em péssimas condições de conservação, em lugares inusitados, como: banheiros desativados, transformados em “arquivos” no prédio da Reitoria, almoxarifados, embaixo de escadas, arquibancadas e salas desativadas no ginásio de Esportes no Centro de Educação Física e Desporto (CEFD).

Seguiu-se um árduo trabalho de recuperação, organização e catalogação do acervo. Segundo o relatório da CVUfes (2016, p.19) tal trabalho permitiu que “até março de 2015, fossem recuperadas 1.400 páginas (...) A princípio todo esse conjunto documental passou por um processo de higienização.” Esse trabalho foi realizado, sob orientação da CVUfes, por discentes dos departamentos de Arquivologia e de História.



FIGURA 7: Estudantes de Arquivologia e História participam da coleta de materiais no Sistema de Arquivo da Ufes

FONTE: Relatório CVUfes, 2016, p. 19

Logo foi destinada uma sala para o trabalho para a Comissão da Verdade, e os documentos foram destinados para lá, onde foram organizados e digitalizados. Destacamos que foram encontrados documentos também no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro e em Brasília, que citavam a ASI/UFES em atuação com o DSI/MEC e o

SNI. Um fato que também pode ter contribuído para o problema de arquivos do ASI na UFES pode ser atribuído ao incêndio de 1999, quando o antigo arquivo da Universidade foi destruído. Segundo CVUfes (2016, p.18), “não havia um sistema de arquivos da instituição sobre o período da ditadura centralizado e minimamente organizado”. Portanto, não podemos saber se tal incêndio destruiu arquivos ligados a ASI.

De acordo com a metodologia adotada pela comissão criou-se dois Grupos de Trabalho (GT): um de acervo e um de entrevistas. O GT de entrevista ficou responsável por recolher e transcrever os depoimentos das seguintes pessoas:

- 1) Adriano Sisternas – depoimento reservado
- 2) Ângela Milanez Caetano – audiência pública
- 3) Carlos Sala Pissinatti – depoimento reservado
- 4) Cesar Ronald Pereira Gomes – audiência pública
- 5) Elizabeth Santos Madeira – audiência pública
- 6) Iran Caetano – depoimento reservado
- 7) Jayme Lana Marinho – depoimento reservado
- 8) João Amorim Coutinho – depoimento reservado
- 9) Jorge Luiz de Souza – depoimento reservado
- 10) Jussara Martins – depoimento reservado
- 11) Laura Coutinho – audiência pública
- 12) Marcelo Paes Barreto – depoimento reservado
- 13) Maria Magdalena Frechiani – audiência pública
- 14) Renato Viana Soares – depoimento reservado
- 15) Vitor Buaiz – depoimento reservado

Entre esses 15 depoimentos feitos pelo GT entrevistas, constam pessoas que faziam parte da comunidade acadêmica durante o período da ditadura e vivenciaram a política de repressão imposta pelo governo. São ex-estudantes, ex-professores e ex-funcionários. De acordo com a CVUfes:

O critério para o convite aos depoentes foi o de estarem ligados a casos que envolveram graves violações dos direitos humanos, ou seja, pessoas que foram presas, torturadas, processadas ou expulsas da Universidade. Inicialmente, os depoimentos foram realizados reservadamente no estúdio da Secretaria de Ensino a Distância. Em um segundo momento, ainda seguindo

orientações da Comissão Nacional da Verdade, foram realizadas três audiências públicas com ex-estudantes da Universidade atingidos pela repressão. Nas audiências, também privilegiamos relatos de pessoas que se enquadravam nos casos: todos que foram presos e sofreram torturas; pessoas que testemunharam possíveis invasões à Ufes; casos de exonerações, aposentadorias e expulsões ocorridas no interior da instituição (FAGUNDES, CVUfes, 2016, p.20).

Ao lermos a transcrição dos depoimentos, notamos a força da repressão política dentro da UFES, bem como a forte atuação da ASI, além de impactar os que tiveram acesso ao seu conteúdo, por relevar atrocidades e técnicas de torturas física e psicológica. Tratar com a história oral é algo complexo e requer do pesquisador habilidades pertinentes a tal ofício. Para tanto, a Comissão contou com o apoio de historiadores na sistematização das entrevistas.

Um ponto interessante que ressaltamos nessas entrevistas foi o seguinte: os depoimentos coletados de cinco mulheres, sendo 03 deles dados em audiência pública. Até aquele momento, tais mulheres nunca haviam se pronunciado publicamente sobre as barbáries que sofreram no governo ditatorial. E elas se mostraram aliviadas por terem coragem de falar e serem ouvidas. Isso acabou por gerar temáticas que podem ser exploradas em outros trabalhos acadêmicos, em diversas áreas do conhecimento, mostrando a quebra do silêncio das mulheres diante da violação dos direitos humanos que sofreram no período em questão. O relatório da CVUfes (FAGUNDES, 2016, p.180) chega a afirmar em sua conclusão que “entre os integrantes da comunidade universitária, foram as militantes estudantis os alvos preferenciais, ou seja, as mulheres sofreram os mais violentos e graves efeitos da repressão política”.

Salientamos que a coleta de depoimentos fez parte do Relatório da Comissão Nacional da Verdade e das Comissões da Verdade das Universidades citadas neste trabalho. Notadamente, trata-se de uma fonte que endossa os documentos coletados pelas Comissões, e servem de comprovação do ambiente de suspeição e repressão que impregnou a rotina acadêmica.

Em posse das fontes e suas análises, era necessário definir o modelo estrutural do Relatório, e os membros da Comissão decidiram por redigir o Relatório da CVUfes,

dividindo a pesquisa em quatro ondas repressivas pelas quais passou a UFES no período da ditadura militar (FAGUNDES, 2016).

1ª Onda repressiva: O Golpe e a Universidade (abril-maio de 1964).

A primeira onda repressiva, ocorrida logo após o Golpe Civil-militar de 1964, constou de uma série de investigações e abertura de diversos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) ou Inquéritos Administrativos, que atingiram principalmente pessoas identificadas com o governo deposto de João Goulart: sindicalistas, militantes estudantis e servidores públicos (civis e militares).

Nesse período podemos destacar as duas primeiras vítimas da repressão, na universidade, do governo que assumiu pós-golpe:

I. o reitor da UFES Manoel Xavier Paes Barreto Filho, exonerado do cargo em abril de 1964, por afirmar sua linha democrática e posicionar-se contra o Golpe de 1964;

II. Aldemar de Oliveira Neves, na época professor da Faculdade de Medicina da UES e médico do antigo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado (Ipase), que foi preso e passou a fazer parte “da lista dos primeiros brasileiros que tiveram seus direitos cassados pelo regime de exceção que se instalava no país, tendo seu nome incluído entre os punidos pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1)<sup>42</sup>, o que gerou sua exoneração da UES e demissão do Ipase. Seu enquadramento no AI-1, deu-se por ser considerado pelos órgãos de repressão como “notório agitador comunista”. Fagundes (CVUfes, 2016, p. 28, 30).

Estes foram os primeiros de vários outros que sofreriam a repressão do governo dentro da comunidade acadêmica da UFES.

2ª Onda repressiva: A Ditadura se fecha (entre 1968-1969).

A segunda onda repressiva foi marcada por manifestações estudantis, em especial as que ocorreram no ano de 1968. Destacou-se também a prisão de

---

<sup>42</sup> Texto completo do AI-1 ver em: FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e da Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 339-342.

estudantes capixabas durante o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), que ocorreram em outubro de 1968, em Ibiúna, São Paulo; o fechamento do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Ufes; outras prisões estudantis em 1969; além da abertura de novos IPMs.

3ª Onda repressiva: Graves violações dos direitos humanos no Espírito Santo (1971, 1972 e 1973)

A terceira onda repressiva foi marcada pela implantação da ASI/UFES em 1971, e uma série de prisões e perseguições de docentes e discentes na instituição, sobretudo daqueles que tinham ligações com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), tendo seu ápice de dezembro de 1972 a março de 1973.

Nesse cenário de violência, um fato vindo à tona com as pesquisas realizadas pela Comissão foi a identificação do Espírito Santo enquanto centro de tortura, sendo o 38º Batalhão de Infantaria (BI), antigo 3º BC, localizado em Vila Velha<sup>43</sup>, o principal local de tortura utilizado no Estado entre os anos de 1964 a 1973. Foram empregadas ali uma série de técnicas de torturas contra estudantes e servidores da UFES. O Relatório apresenta algumas dessas técnicas (216, p.180): “privação do sono, privação de alimentos e água, simulação de fuzilamento, choques elétricos, espancamento, violência sexual, confinamento em espaços sem luz e utilização de animais (cobras e cachorros)”. De maneira geral, todos esses métodos estão descritos também nos relatórios apresentados pelas demais universidades analisadas neste capítulo.

Fagundes (CVUfes, p.91 e 92) destaca que por via intermediação dos documentos pesquisados pela Comissão e por depoimentos de ex-estudantes, se verificou “a presença, entre os torturadores, de militares integrantes do DOI-CODI/RJ, com destaque para o coronel Paulo Manhães”<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> A cidade de Vila Velha localiza-se na região metropolitana de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo.

<sup>44</sup> O Coronel Paulo Manhães, que prestou serviços junto ao DOI-CODI/RJ, onde aplicava técnicas de torturas nos presos políticos. Foi morto sob circunstâncias suspeitas em 25 de abril de 2014, semanas depois de ter prestado um importante e revelador depoimento à Comissão Nacional da Verdade, impossibilitando o recolhimento de novos esclarecimentos.

Em dezembro de 1972 foram presas 18 pessoas, sendo 01 professor do curso de medicina, Vitor Buaiz (que prestou depoimento a CVUfes) e 17 estudantes de cursos variados da UFES: Marcelo Amorim Neto (Medicina); Gustavo Ferreira do Vale Neto (Medicina); Sebastião Lima Nascimento (Medicina); Elizabeth Santos Madeira (Medicina); Maria Magdalena Frechiani (Medicina); Luzimar Nogueira Dias (Medicina); Guilherme Lara Leite (Medicina); Marcus Lira Brandão (Medicina); Luiz Carlos Garcia Genelhu (Medicina); Iran Caetano (Medicina); Adriano Sisternas (Engenharia); Miriam Azevedo de Almeida Leitão (Filosofia); Ângela Milanez Caetano (CEG); Maria Gilma Erlacher (Direito); Maria Auxiliadora Ferreira Gama; Jorge Luiz de Souza (Economia); e José Willian Sarandy (Direito). Entre eles, 06 concederam depoimento a CVUfes, relatando as atrocidades da prisão e da tortura por que passaram.

Desse grupo, destacamos ainda Marcelo Amorim Neto (estudante de Medicina) e sua companheira Miriam Azevedo de Almeida Leitão (estudante de filosofia). Após a abertura dos documentos, Miriam Leitão decidiu falar sobre os três meses em que ficou presa no 38º BI, onde sofreu torturas, muitas vezes nua, como espancamentos, privação de alimentação, simulação de fuzilamento, ameaça de estupro, tortura com animais (cobra e cachorros ferozes). Na ocasião da prisão, Miriam estava com um mês de gravidez. Marcelo, que havia liderado uma greve de estudantes naquele ano, interrompendo as aulas na UFES por dois dias e paralisando o Hospital das Clínicas, ficou preso por 04 meses no 38º BI e depois foi transferido para o Regimento Sampaio na Vila Militar no Rio de Janeiro, onde ficou confinado em uma solitária por nove meses. No Sumário de Culpa, feito na 2ª Auditoria da Aeronáutica, Miriam foi absolvida, mas Marcelo foi condenado a um ano de prisão, juntamente com outros estudantes da UFES. Tanto Miriam quanto Marcelo, nunca pediram indenização, e nunca tiveram um pedido de desculpas pelas Forças Armadas<sup>45</sup>.

Em 17 de março de 1973, a IPM com 31 indiciados por subversão no Espírito Santo, chega à auditoria carioca. Segundo o Major José Maria Alves Pereira, encarregado do inquérito “afirma que os indiciados desenvolveram atividades

---

45 Dados extraídos do depoimento de Miriam Leitão dado a Luiz Claudio Cunha. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/geral/miriam-leitao-ativismo-no-movimento-estudantil-prisao-e-torturas-no-38o-batalhao-de-infantaria-de-vila-velha-es/>>. Acesso em: 31 mai. 2019.

contrárias à Segurança Nacional nas Faculdades de Medicina, Economia, Engenharia, Direito e Filosofia" (*Jornal do Brasil*, RJ, 17 março, 1973, p.4).

-5111-  
000291

FICHA DE QUALIFICAÇÃO




NOME: MIRIAM AZEVEDO DE ALMEIDA LEITÃO  
 CODINOME: "AMÉLIA"  
 FILIAÇÃO: Uriel de Almeida Leitão  
                   Mariana Azevedo de Almeida Leitão  
 DATA DE NASCIMENTO: 07 de abril de 1953  
 NATURALIDADE: Caratinga- MG  
 ESTADO CIVIL: Solteira  
 PROFISSÃO: Estudante de 1º Ano de Filosofia  
 RESIDÊNCIA: Morro da Fonte Grande, snº - Vitória-ES  
 OUTROS DADOS: Vive maritalmente com MARCELO AMORIM NETO "MATEUS"  
                   Integrante do IC do B - Fac. de Filosofia

ORIGEM	DATA	CLASSIFICAÇÃO	PENSOAMENTO	R. GERAL
NOME: MIRIAM AZEVEDO DE ALMEIDA LEITÃO				
SIGNATURA: <i>Miriam Azevedo de Almeida Leitão</i>				
MÃO ESQUERDA		POLEGARES		MÃO DIREITA
[Fingerprint impressions]		[Fingerprint impressions]		[Fingerprint impressions]

DVF-54-111

FIGURA 8: Ficha de Miriam Azevedo de Almeida Leitão. FONTE: Relatório CVUfes, 2016, p.92.

4ª Onda repressiva: A Universidade sob o olhar da Repressão Política (1975 - 1985).

Logo após o golpe, a representação estudantil no país foi desmantelada. No Estado do Espírito Santo a realidade não foi diferente. Desde o 1964 suas atividades passavam por monitoramento. O aparato repressor já havia demitido e mandado prender funcionários e professores, além de que foram abertos vários inquéritos policiais militares com a proibição de alguns discentes se maticularem devido a atividades políticas. Após a criação da DSI/MEC em 1968, a edição do AI-5 em 1968, a entrada em vigor do Decreto-Lei nº. 477/1969 e a implantação da ASI em 1971, a repressão recrudesciu sobremaneira, inserindo toda e qualquer atividade dos estudantes sob as lentes microscópicas militares.

No entanto, a partir de 1976, houve a retomada das atividades do Movimento Estudantil em nível nacional, e a quarta onda repressiva na Ufes aconteceu justamente nesse contexto. As mobilizações que pretendiam reorganizar a UNE e reivindicavam o retorno das liberdades democráticas para o país, também repercutiram na UFES, que recomeçaram a partir de atividades convocadas pelos diretórios acadêmicos, especialmente os do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) e do Centro Biomédico (CBM). E, no final de 1978, ocorreu a reabertura do DCE/Ufes. Nesse período de manifestações estudantis e lutas contra as atitudes ditatoriais do governo, ocorre um violento movimento de repressão.

Segundo consta do Relatório da CVUfes:

O funcionamento de um amplo aparato repressivo na Universidade, capitaneado pela ASI/Ufes, efetivamente representou o estabelecimento de práticas rotineiras de atentado aos direitos dos integrantes da comunidade universitária. A CVUfes constatou, por exemplo, que agentes de vários órgãos ligados à chamada “Comunidade de Informações” da ditadura, tanto federais como estaduais, agiram livremente dentro dos campi. Dessa forma, a violência, a suspensão, a desconfiança, o sigilo e o silêncio passaram a compor o cotidiano da Universidade Federal do Espírito Santo. Em resumo, a análise do conjunto documental indica que, a partir da criação da ASI/Ufes, o aparato repressivo adquiriu um importante instrumento para a coleta de informações dentro da Universidade. As prioridades do órgão eram a coleta de informações sobre atividades das lideranças estudantis e dos professores, o controle da nomeação para cargos, as viagens de docentes e discentes para eventos científicos, a censura de livros, a proibição de manifestações, o confisco de material considerado “subversivo”, entre outras (FAGUNDES, CVUfes, 2016, p.17).

Essa citação do Relatório da CVUfes vai em concordância com todos os relatórios descritos nas Tabelas 5, 6 e 7. O *modus operandi* da ASI é o mesmo constatado por todos os Relatórios das Comissões da Verdade nas Universidades apresentados até o momento. Tais fatos são comprovados através de vários documentos e, endossados por depoimentos, que registram graves violações dos direitos humanos e posicionamentos contrários à liberdade democrática. Enfatizamos que a estrutura dos relatórios das Comissões da Verdade das Universidade são distintos, cada um adotando sua metodologia, no entanto, na conclusão da pesquisa todos indicam o mesmo o *modus operandi* dos órgãos de vigilância e repressão que atuaram no meio acadêmico. Inclusive há documentos de comunicação entre as ASIs das Universidades, pedindo informações sobre algumas pessoas que já tivesse passado pela Instituição.

Todos os relatórios, sem exceção, acabam chegando, em linhas gerais, com distinções em números e nomes, a essa mesma conclusão apresentada pela CVUfes, ou seja, a comunidade acadêmica foi um dos setores que mais sofreu repressões durante a ditadura militar (1964-1985). Ocorreram episódios de violação dos direitos humanos, como torturas físicas e psicológicas; prisões ilegais de estudantes, professores e técnicos-administrativos, perseguição política; suspensões; expulsões; demissões; exonerações; recusa de contratações; aposentadorias forçadas; transferências de discentes; proibição de participação em viagens para eventos de pesquisa; restrição à liberdade de reuniões e manifestações; o fechamento de entidades estudantis; a vigilância; a nomeação de cargos; a proibição de manifestações estudantis; o confisco de materiais; a censura de livros e materiais tido pelo governo como “subversivos”; intervenção direta e indireta na autonomia universitária, com a nomeação de reitores.

No final do Relatório da CVUfes, como os demais Relatórios das Comissões da Verdade das Universidades, há uma série de recomendações, que em suma visam a defesa da democracia, a garantia dos direitos humanos, o direito à política de memória e à informação, através da guarda do acervo e a disponibilidade para pesquisas. Entre as recomendações desses Relatórios é comum a sugestão de revisão da Lei de Anistia (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979), a fim de assegurar que os agentes de Estado sejam responsabilizados pelas graves violações dos direitos humanos no período de 1964 a 1985. No entanto, esse é um grande desafio para a sociedade

brasileira, pois os governos pós ditadura não mostraram nenhum empenho em alterar a referida Lei, que acabou por anistiar torturadores e torturados. Como mencionado anteriormente neste trabalho, essa Lei resguardou que ninguém fosse punido pelos crimes contra a liberdade, a democracia e os direitos humanos durante o período ditatorial.

Os relatórios das Comissões da Verdade das Universidades tiveram um grande papel ao pesquisar e catalogar diversas fontes sobre o trabalho das ASIs e produzir documentação, o que gera não só a divulgação e elucidação desse período histórico, mas leva as pessoas a refletirem sobre o mesmo. No caso da UFES, podemos mencionar para além desse trabalho, que o relatório movimentou a seguinte ação social: conforme a recomendação da CVUFES, foi retirado em 1º de abril de 2014 (ainda no período de elaboração do relatório), uma placa em homenagem ao presidente Humberto Castelo Branco (1964-1967), que estava localizada na sala dos Conselhos Superiores da Universidade. Tal fato aponta uma importante iniciativa no campo das políticas de memória.

Portanto, essa documentação perdida que veio à tona, não só na UFES, mas nos Relatórios das Comissões da Verdade das Universidades até o momento apresentados, são importantes fontes de pesquisa e conhecimento de uma história até então silenciada. Esperamos que tais trabalhos contribuam, através da informação, aferidas em fontes, para romper com a política conciliatória e autoritária que sempre perpassam a história do Brasil.

### 3.4 FUNÇÃO SOCIAL DAS COMISSÕES DA VERDADE

O enfrentamento de legados violentos marcados por ditaduras ou guerras civis remonta à Atenas Clássica, mas é somente a partir da Segunda Guerra Mundial que se constrói a noção de Justiça de Transição em âmbito internacional e extraordinário. Este novo modo de lidar com o passado perpassa três fases. A primeira compreende os julgamentos de Nuremberg, nomeada por fase pós-guerra. A segunda, intitulada pós-Guerra Fria, está ligada às transições democráticas do final da década de 1980. Enquanto a terceira fase, de curso estável, se associa com “[...] as condições

contemporâneas de conflitos persistentes que assenta a fundação para uma lei normalizada” (BEVERNAGE, 2018, p.36).

É nesse cenário de Justiça de Transição que são instituídas as Comissões da Verdade a fim de averiguar atos autoritários e violações aos Direitos Humanos. Foram formadas no final do século XX em países como Argentina, Uruguai, Zimbábue, Uganda, Nepal, Chile, Peru, Chade, Alemanha, El Salvador, Sri Lanka, Haiti, Burundi, Equador, Guatemala, Nigéria, Serra Leoa, Paraguai, Timor Leste, República Democrática do Congo, Libéria e Quênia.

A Comissão da Verdade e Reconciliação (TRC)<sup>46</sup> da África do Sul, criada em 1995, passou a ser um modelo-padrão de comissão, enquanto parte integrante do processo de Justiça de Transição de um país. Esta comissão foi a primeira a realizar audiências públicas e argumentar que a revelação de verdades até então ocultas ao grande público, poderia ser uma forma alternativa de justiça, pelo menos a mais adequada, dentro das limitações das Comissões da Verdade, ausentes de poder de julgamento ou punição. Esse outro modo de fazer justiça está estritamente relacionado à função social e histórica das comissões da verdade:

Acredita-se que revelar a verdade sobre o passado é altamente instrumental no objetivo de alcançar a paz social e restaurar a confiança cívica em nações feridas, pois, de acordo com um de seus principais defensores, “uma sociedade não pode reconciliar-se sobre a base de uma memória dividida”. A verdade, além disso, tem sido considerada cada vez mais um valor absoluto e irrenunciável”, e, como observado por Luc Huyse, comissões da verdade recentes estão baseadas na ideia de que a lembrança da verdade traz consigo uma forma suprema ou definitiva de justiça. Ao invés de ser uma troca que sacrifica a busca da justiça em prol da estabilidade política, como alguns estudiosos argumentam, defensores das comissões da verdade afirmam que conceitos legais inovadores como “verdade como reconhecimento (*acknowledgment*)” e “justiça como reconhecimento (*recognition*)”, diminuem as tensões entre verdade e justiça e proporcionam legitimação moral para essas comissões (BEVERNAGE, 2019, p. 45).

---

46 Para saber sobre a TRC ver DU TOIT A., The Moral Foundations of the South African TRC. Truth as Acknowledgement and Justice as Recognition. In: Rotberg & Thompson, *Truth vs. Justice*. p. 112-140.

Essa reflexão de Bevernage nos direciona a importantes ponderações. Ao compreender que a memória dividida traz um impasse ao desenvolvimento social e intelectual de uma nação observamos que a sociedade precisa conhecer e reconhecer o seu passado enquanto parte de sua formação histórica e cívica. É preciso, portanto, fomentar uma memória coletiva que através da conscientização dos acontecimentos percorridos, possa trazer à tona a justiça do reconhecimento, em detrimento do esquecimento. A aquisição desse tipo de consciência é essencial ao povo brasileiro, que infelizmente, ainda é educado, substancialmente, de modo a viver o presente sem perceber a importância do passado.

A função das Comissões da Verdade, seja nacional, estadual ou institucional, é trazer à tona verdades que até o momento estavam ocultas, levando esses fatos da história recente ao conhecimento do grande público. Relatar de forma fatídica, respaldados por uma memória documental, os acontecimentos do período militar brasileiro, é buscar tirar do esquecimento as barbáries de um governo antidemocrático. Essa função social das Comissões da Verdade, se absorvidas devidamente pela sociedade, terão impacto positivo na amplitude de visão política do povo, não deixando que o silêncio se transforme em esquecimento e ignorância, uma verdadeira ameaça à democracia no país.

É, todavia, necessário reconhecer que a verdade possui graus de construção, fatos ou documentos novos podem alterar e ampliar certos conhecimentos pretéritos, isso por que na ciência histórica, a verdade não se encontra de maneira estática ou finalizada. A verdade elaborada pelas Comissões encontra em sua defesa uma minuciosa análise, tanto de documentos escritos e imagéticos, quanto de fontes orais, amparados a técnicas que lhe possibilitem alcançar “memórias subterrâneas”. Por partirem de iniciativas dos Estados e/ou integrarem as legislações corre-se o risco de assentar uma memória ou história oficial, atentando-se, portanto, à constante vigilância e observância entre o passado e o presente. Algo novo pode sempre ressurgir, por documentos outrora perdidos ou esquecidos, ou por depoentes que enfim desejam expor suas versões. Nenhum fato ou acontecimento histórico encontra sua verdade esgotada, há sempre fênix dispostas a ressurgirem das cinzas.

A história é um patrimônio nacional de um povo que deve ser preservado. Recolher, organizar e disponibilizar a história da violação dos Direitos

Humanos durante regimes de governos autoritários, é, sem dúvida, a grande e valorosa contribuição das Comissões da Verdade.

## CONCLUSÃO

Um trabalho de pesquisa, como é o caso dessa tese, que se propõe a trabalhar de forma crítica os eventos do regime militar brasileiro, se mostra de fundamental importância quando nos damos conta que nosso país é o único onde questões morais da ditadura são discutidas e ainda se ressaltam as supostas virtudes do governo do período. Na era das mídias sociais ficou fácil para qualquer indivíduo expor opiniões que carecem de maior aprofundamento. A Ditadura Militar foi um período violento, autoritário e de constante violação dos Direitos Humanos, sociais, políticos e civis. Não podemos permitir que a narrativa histórica esteja suscetível e desprotegida de revisionismos e negacionismos acerca do conhecimento dessa época.

Com a utilização dos fatos expostos nos capítulos desta tese, defendemos a hipótese de que, apesar da propalada abertura política anunciada pelo presidente general Ernesto Geisel durante os anos de 1974 a 1979, houve um adensamento da atuação da Comunidade de Informação no interior das universidades brasileiras, ou seja, apesar do discurso moderado, de defesa de abertura lenta e gradual do regime, na prática se percebeu a manutenção das práticas autoritárias que marcaram os anos anteriores ao seu governo, como nitidamente percebemos nos trabalhos efetuados pelas Comissões da Verdade nas Universidades brasileiras.

Devemos nos atentar à repercussão da repressão tanto na história política quanto na história da educação do país. O Estado implementou uma Reforma Universitária que acabou por se voltar contra o próprio governo. Na medida em que a universidade se caracterizava como um espaço de circulação de ideias, o acesso ao ensino superior foi promissor à formação de estudantes críticos ao regime.

Retornamos a problemática e a hipótese que abriram esse trabalho: se Geisel foi o presidente da abertura, porque o seu governo conciliou paradoxalmente a abertura política e o acirramento da repressão nas universidades? Defendemos a hipótese de que o governo do presidente General Ernesto Geisel não idealizou a abertura política imediata e durante os anos de 1974 a 1979 aplicou uma política de institucionalização do regime (seguindo os governos anteriores no consonante à busca de legitimidade e apoio popular) acompanhada de uma distensão autoritária, não sendo moderado no consoante à política de Estado de repressão e extermínio, e,

ao contrário do que dizia, ele nutria total conhecimento da atuação dos órgãos de vigilância e repressão, conforme consta em documentos referenciados ao longo deste trabalho.

Geisel deu continuidade à política de modernização autoritária do regime, acirrando a repressão e a vigilância nas universidades, de modo que é possível enxergar o mar de paradoxos com que se enveredou o regime militar. Às vezes era preciso contornar as demandas conservadoras, embora mantendo o autoritarismo, para poder implantar a política de modernização (MOTTA, 2014). É perceptível que o resultado das políticas modernizadoras para desenvolver os setores econômicos e tecnológicos do país, como a utilização de mão de obra profissional especializada, seria obstaculizada pelo conservadorismo do regime. Embora houvesse alguns contornos no conservadorismo para que os resultados da modernização fossem alcançados, o aparato autoritário agiu de maneira enfática procurando reprimir os inimigos ideológicos, sendo, portanto, um instrumento essencial para a implantação da pauta modernizadora. Denominamos esse processo de “modernização-repressora”.

Estava explícito na política do governo que era preciso desenvolver o país com a expansão industrial e a mecanização agrícola, sem perder o controle do Estado, apesar dos problemas de instabilidades sociais que o aumento da urbanização e do operariado poderia gerar, além do crescente contato com o exterior. Esse desenvolvimento era parte do plano de legitimidade do regime, na busca do apoio popular a um governo que supostamente atacaria e defenderia o país das ameaças inimigas que confrontavam a ordem moral, política e social, com o intuito de proteger, manter a ordem e desenvolver a nação. Com isso, os militares utilizavam tal argumento para justificar suas ações autoritárias contra as liberdades e os Direitos Humanos.

Nesse processo modernizador-repressor, surgiram para o regime alguns “problemas” nas comunidades acadêmicas, nos quais desenvolver e expandir a pesquisa dos cursos superiores, resultam em um aumento do fluxo de alunos e professores, e conseqüentemente de questionamentos e insatisfações políticas. Para controlar tais comportamentos, a ASI tinha que trabalhar, monitorando e relatando toda ação considerada subversiva, evitando que a situação dentro do meio acadêmico

saísse do controle do governo. Daí a intensidade dos trabalhos das ASI's nas universidades espalhadas pelo território nacional, durante o governo Geisel.

As ASI's criadas em 1971 e instaladas em dezenas de universidades pelo país, coletavam informações sobre as atividades das lideranças estudantis e dos servidores (professores e técnicos-administrativos), interferiam na nomeação de cargos, controlavam viagens de docentes e discentes para eventos científicos, censuravam livros e materiais estudantis, proibiam manifestações, proibiam ou suspendiam entidades estudantis, contribuíam para a efetivação de prisões, entre outras coisas. Nesse contexto de suspeição vários professores e técnicos administrativos foram perseguidos ou demitidos. Muitos alunos foram suspensos das aulas, perderam bolsas e outros benefícios ou foram desligados da universidade.

No estudo dos relatórios das Comissões da Verdade das universidades, visando entender a *modus operandi* das ASI's, bem como de todo mecanismo repressor dentro dos *campi*, adotamos como eixo condutor o estudo da CVUfes, estabelecendo conexões com os relatórios finais das Comissões da Verdade de outras instituições de ensino superior espalhadas pelas distintas regiões geográficas do país. Criada pelo Ministério da Educação e Cultura sob coordenação do Serviço Nacional de Informações, a ASI UFES funcionou entre 1971 e 1983. No ano de 1983, ela passou a denominar-se Assessoria Especial de Segurança da Delegacia do Ministério da Educação e da Cultura (ASI/DEMEC/ES), atuando na Universidade até a extinção do órgão em 1986. Segundo a análise dos documentos recuperados “em quase todos os centros da universidade”, que compõe o conjunto documental ASI/UFES, nos acervos DOPS/ES (APEES) e do SNI (AN), pode-se verificar que a ASI representou um instrumento repressivo de “intimidação e constante ameaça para discentes, professores e funcionários” (FAGUNDES, 2013, p. 304). Essa informação foi um ponto comum em todos os relatórios analisados.

Os relatórios das Comissões da Verdade das universidades analisadas neste trabalho vem reforçar a teoria da modernização-repressora. A atuação da ASI dentro dos *campi* mostra o governo repressor de Geisel, que buscava uma legitimidade e um controle da abertura política do regime, sem renunciar aos aparatos repressores da ditadura. Isso mostrou-se nítido no aumento de vigilância sofrida pelo meio acadêmico, demonstrada através da confecção de inúmeros documentos de vigilância

produzidos no período, e do funcionamento frenético das redes de informação e repressão-burocrática.

A montagem do aparato repressivo dentro das universidades brasileiras apresentou o seguinte tripé: 1. a criação do DSI/MEC, em 1968; 2. o Decreto 477, de 1969, que amordaçava a comunidade acadêmica e 3. a instalação a partir de 1971, dos órgãos de vigilância interna ASI's. Tais órgãos remetiam seus relatórios diretamente ao SNI, adotando as medidas que julgavam necessárias a fim de manter a ordem nas instituições, afastando as ameaças chamadas de “subversivas” e “comunistas”.

Analisar os relatórios das Comissões da Verdade produzidos pelas universidades brasileiras referentes ao período militar com ênfase no governo Geisel, nos faz concluir que o *modus operandi* era o mesmo. Só há mudança nos nomes dos personagens, no número de presos, mortos, perseguidos ou desaparecidos, mas os perfis para a tortura e execução da repressão eram basicamente os mesmos. Também notamos uma variação considerável no montante quantitativo das fontes com que as Comissões trabalharam.

Algumas universidades como a USP, Unb e UFMG, conseguiram recolher e organizar um acervo considerável se comparado à documentação que a CVUfes conseguiu angariar. É notório que muitos documentos se perderam e isso prejudicou algumas comissões para a produção de um relatório mais minucioso. No entanto, todas buscaram metodologias semelhantes e souberam trabalhar de maneira satisfatória com os materiais que recolheram, seja nos arquivos encontrados dentro das universidades ou no Arquivo Nacional, em especial em documentos do DSI/MEC e do SNI. Todas trabalharam freneticamente, recolhendo e analisando documentos e dezenas de depoimentos (em audiências públicas ou privadas), que muito contribuíram para a formação do relatório final das Comissões.

Diante dos fatos expostos nessa pesquisa, podemos lançar os seguintes questionamentos: Geisel foi realmente o bom sacerdote que idealizou e guiou o Brasil para a sua democratização? É assim que deve ser lembrado? A resposta é não. A ideia de abertura já existia entre parte da cúpula militar antes de Geisel assumir a presidência do Brasil. E inicialmente ele procurou a institucionalização, buscando a contínua legitimidade do governo, controlando todas as áreas de forma autoritária,

para somente a partir de 1978 iniciar a distensão que teria como fim a abertura no governo Figueiredo. Portanto, ele não foi o idealizador da abertura e promoveu um governo por meio de uma modernização autoritária, diferente dos anseios democráticos. Todavia, buscou legitimar o regime ao promover um desenvolvimento econômico que acalmasse os ânimos das massas populares. Geisel garantiu que a antiga ordem conciliatória, autoritária e elitista da cultura política brasileira, continuasse em cena, afastando qualquer ameaça de uma possível Justiça de Transição que realmente aplicasse punibilidades às ações dos militares.

Dankwart Rustow (1970) define a mudança da cultura política como parte da democratização. Diante desta afirmação nos perguntamos: ocorreram mudanças na cultura política brasileira pós-1985? Vivemos uma democracia plena? A verdade é que não superamos a Ditadura Militar, não foi possível estabelecer uma adequada ruptura. A transição para a democracia esteve substancialmente sob controle dos chefes do regime e não foram realizados julgamentos contra os perpetradores de atos que desrespeitaram os Direitos Humanos, apesar das atividades no âmbito da Justiça de transição. A falta dessa ruptura possibilita a existência, nos dias de hoje, de discursos que enaltecem a ditadura como um período do passado no qual o país portava lugar melhor. Nesse sentido, ainda vivemos uma frágil democracia, a cultura política brasileira não sofreu nenhuma mudança redundante e considerável.

Como disse Santayana (1905), “um povo que não conhece sua história está condenado a repetí-la”. Portanto, o objetivo das Comissões da Verdade é tonificar a participação da comunidade acadêmica no período da ditadura militar brasileira, seja nas inúmeras repressões, ou seja, na resistência ao arbítrio e à violência do regime. Isto significa, de um lado, buscar registrar as memórias, até então silenciadas, dos que resistiram à opressão. E, de outro lado, preservar um passado que busque ativar memórias que nos instruem na condução do presente e nos rumos do futuro da história do país, que cabe a todos os cidadãos assumir. Daí a importância do registro, que leve ao conhecimento, ao debate e ao discernimento histórico, político e social de um povo, para que ele realmente venha conhecer a sua história e contribuir para a construção consciente e crítica da mesma.

O esvaecimento da memória permite manifestações e pedidos de intervenções militares no governo, abusos de poder, práticas autoritárias, censura à liberdade de

expressão e à circulação de ideias, além da aceitação de discursos de cunho fascistas e intolerantes. A intolerância política e a leniência com ideias golpistas e autoritárias são fruto da ignorância e da desinformação.

Destacamos que a instalação das Comissões da Verdade nas Universidades trouxe à tona a descoberta, a recuperação e a organização de um acervo documental de algumas antigas ASIs, que estavam ‘perdidos’, com destaque para as Comissões da UFBA e da UFES. Sem dúvida, é uma contribuição para a recuperação de uma memória das universidades imprescindível para fontes de investigação da história universitária brasileira durante a ditadura militar. Fontes essas que são passíveis de análises em diferentes áreas de conhecimento. Destacamos que as entrevistas, feitas por essas Comissões, de pessoas que sofreram os ditames repressores, endossam, no presente, os crimes de responsabilidade do Estado ditatorial diante da violação dos direitos humanos compõem como fonte documental do país, resguardando o direito à informação, à verdade e à memória, superando o silêncio e o sigilo que ainda há sobre o período militar. Precisamos utilizar e divulgar amplamente tais fontes, a fim de trazer a público essa efetivação de uma política de memória, a fim de consolidarmos a democracia brasileira.

É notório que os militares não gostam do trabalho da Comissão Nacional da Verdade e suas ramificações, pois eles leem a CNV como um revanchismo histórico, que pretende colocar o peso do Golpe de 1964 e o regime que se seguiu, apenas sobre os ombros dos militares. Porém, comprovadamente, essa leitura é errônea, uma vez que Lei de criação da CNV, demonstra que o intuito é reconhecer de público que o Estado errou e deve indenizar as vítimas ainda vivas e os familiares de mortos e desaparecidos e deixar claro e público as verdades sobre as violações dos direitos humanos durante os governos militares. Portanto, não é uma política de “caça às bruxas” e sim uma política de memória.

Ressaltamos ainda, que a ditadura brasileira não é clássica, se comparada a outras ditaduras do mundo, uma vez que é híbrida e *sui generis*, pois pretendeu conciliar elementos conservadores, liberais e um certo e limitado aspecto democrático (mantendo o bipartidarismo; calendários eleitorais para senadores, deputados federais, deputados estaduais, prefeitos – exceto de capitais – e vereadores; e tendo civis compondo a maioria de seu ministério e membros do Congresso). Mas o mais

interessante é salientar que nessa ditadura militar brasileira, a elite civil se alocou e desfrutou de certo poder e muita movimentação capitalista. Desse modo, os civis que apoiaram o Golpe de 1964, e principalmente os que continuaram apoiando ou atuando no regime militar que se instalou posteriormente, também possuem sua parcela de culpa diante das atrocidades que ajudaram a acobertar.

O momento de defesa dessa tese não poderia ser mais propício, quando os militares que desde 1985 estavam na caserna em seu papel institucional, acabam voltando ao cenário político em janeiro de 2019, enfatizando que o atual presidente Jair Messias Bolsonaro já foi militar e o vice-presidente Antônio Hamilton Martins Mourão é um general do Exército Brasileiro. Os militares voltam em outro momento histórico, mas é algo que merece uma apreciação que não cabe no atual trabalho, porém devemos estar atentos ao processo histórico que ora se constrói, e para isso, ter o conhecimento do passado recente, faz-se essencial.

Pesquisar a História do Tempo Presente traz a necessidade pujante de divulgar os erros cometidos nesse passado recente. E enfatizar o conteúdo dos relatórios das Comissões da Verdade é essencial para trazer à tona as atrocidades que não devem se repetir em nossa sociedade. O povo precisa conhecer a fundo sua história e manter-se informado sobre as verdades contidas em um Estado de Exceção. O silêncio leva ao esquecimento, uma ameaça ao Estado Democrático de Direito, e é justamente a luta contra esse esquecimento o principal objetivo das Comissões da Verdade.

## REFERÊNCIAS

ABRÃO, Paulo. A Lei de Anistia no Brasil: as alternativas para a verdade e a justiça. **Acervo**, Rio de Janeiro, vol. 24, n. 1, p. 119-138, jan. /jun. 2011.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. **A Guerrilha Esquecida: Memórias do Caparaó (1966-67), o Primeiro Foco Guerrilheiro Contra a Ditadura Militar no Brasil**. 2014. 303 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

\_\_\_\_\_. A atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informação na Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES): análise de documentos relativos à vigilância aos militantes da comunidade universitária, contrários à ditadura militar. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1457635923\\_ARQUIVO\\_Dinorah\\_Rubim.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1457635923_ARQUIVO_Dinorah_Rubim.pdf)>. Acesso em: 23 abr 2019.

\_\_\_\_\_. A repressão política praticada no interior das universidades durante o governo Geisel (1974-1979) e a resistência estudantil. In: XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2017, Brasília. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <[https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502734469\\_ARQUIVO\\_A\\_NPUH2017-Artigo\(DinorahRubim\).pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502734469_ARQUIVO_A_NPUH2017-Artigo(DinorahRubim).pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. A história do tempo presente: um balanço da justiça de transição no Brasil. In: ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim; BRITO, Rossana Gomes; DAMARTINI, Márcio Gomes; FAGUNDES, Pedro Ernesto; MARTINS, Maro Lara; PELEGRINE, Ayala Rodrigues Oliveira; PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco (Org.). **Das utopias ao autoritarismo: historiografia, memória e cultura**. Serra: Editora Milfontes, 2019. 179-198 p.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

ANGELO, Vitor Amorim de. **Luta armada no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2009.

\_\_\_\_\_. **Ditadura militar, esquerda armada e memória social do Brasil**. 2011. 225 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004, p. 161-175.

\_\_\_\_\_. **Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumare: Fundação Roberto Marinho, 2007a.

\_\_\_\_\_. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2007b, p. 321-353.

\_\_\_\_\_. Comissões da Verdade: um debate ético-político na contemporaneidade. In: \_\_\_\_\_; FICO, Carlos; GRIN, Mônica (Orgs.). **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012, p. 145-162.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais**. 38. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BARBOSA, Isa Cristina Barbosa; SILVA, Antunes Rafael Oliveira da; BANDEIRA, Tainá da Silva. A reforma universitária de 1968 e as transformações nas instituições de ensino superior. IN: XIX Semana de Humanidades da UFRN, 2013, Natal. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT29/A%20REFORMA%20UNIVERSIT%C1RIA%20DE%201968%20E%20AS%20TRANSFORMA%C7%D5ES%20NAS%20INSTITUI%C7%D5ES%20DE%20ENSINO%20SUPERIOR.pdf>>, acesso em 12 fev. 2019.

BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural: considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n. 16, jan./jun. 2011.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente: arquivos de regimes repressivos. In: PINSK, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (Org). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora contexto, 2011, p. 173-193.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

\_\_\_\_\_. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 29-46.

BEVERNAGE, Berber. **História, Memória e Violência de Estado: tempo e justiça**. Serra: Editora Milfontes, 2018.

BOMENY, Helena. A reforma universitária de 1968: 25 anos depois. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.26, n.9, p.51-65, 1994.

\_\_\_\_\_. Educação e Cultura no Arquivo Geisel. In: CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p.89-104.

BORGIO, Ivantir Antonio. **UFES: 40 anos de história**. Vitória: Edufes/Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, Ney Amyntas de Barros. **Ney Braga**: Tradição e mudança na vida política. Entrevista a Adherbal Fortes de Sá Jr. Curitiba: Ed. do autor, 1996.

CANCIAN, Renato. **Movimento estudantil e repressão política**: o ato público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

CARVALHO, Alessandra. As atividades político-partidárias e a produção do consentimento durante o regime militar. In: ROLLENBERG, Denise; QUADRAD, Samantha Viz (Org.). **A construção social dos regimes autoritários**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 219-250.

\_\_\_\_\_. **Elites políticas durante o regime militar**: um estudo sobre os parlamentares da Arena e do MDB. 2008. 239p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Celso. A conspiração fardada. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Ano 1, n. 5, p. 44-46, mar. 2004.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformanda**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. São Paulo: Unesp, 2007.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: estado e mercado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.25, n. 88, p. 795-817, out. 2004.

\_\_\_\_\_. O legado da ditadura para a educação brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr./jun. 2014

\_\_\_\_\_; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 1997.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org.). **Ernesto Geisel**. 2. ed Rio de Janeiro: FGV, 1997.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Ministério da Justiça, o lado duro da transição. In: \_\_\_\_\_; CASTRO, Celso (Org.). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 21-40.

\_\_\_\_\_. Limites políticos para a transição democrática no Brasil. In: ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Mônica (Org.). **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012, p. 39-53.

DU TOIT, André. The Moral Foundations of the South African TRC. Truth as Acknowledgement and Justice as Recognition. In: Rotberg & Thompson (Org.). **Truth vs. Justice: The Morality of Truth Comissions**. Princeton: Princeton University Press, 2000. p. 112-140.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Anistia: das mobilizações das mulheres na ditadura militar às recentes disputas sobre o passado**. Vitória/ES: Editora Milfontes, 2019.

\_\_\_\_\_. **Ernesto Geisel: o general da “abertura”?** Revista Ágora, Vitória, n. 28, 2018. p. 104-115

\_\_\_\_\_. Foi Sempre Assim: *Modus Operandi* da Polícia Política do Estado do Espírito Santo (1930 a 1985). In: FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). **Arquivos da Repressão Política no Estado do Espírito Santo (1930-1985)**. Vitória, Espírito Santo: PPGHIS-UFES, GM Editora, 2011, p. 11-34.

\_\_\_\_\_. **Memórias Silenciadas: catálogo seletivo dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo – DOPS/ES (1930-1985)**. Vitória: GM Editora/APEES, 2012.

\_\_\_\_\_. **Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES)**. In: *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013, p. 295-316.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Educ. Soc.**, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e História do Tempo Presente. In: VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; MATA, Sérgio da. (Org.). **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

\_\_\_\_\_. O arquivo Geisel e os bastidores da fusão. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Odilon; CASTRO, Celso. (Org.). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 159-168.

FERREIRA, Jorge. Não à guerra civil. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, Ano 7, n. 83, p. 22-27, ago. 2012.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Além do Golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. A negociação parlamentar da anistia e o chamado “perdão aos torturadores”. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, Ministério da Justiça, n. 4, p. 318-333, jul./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Brasil: a transição inconclusa. In: ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Mônica (Org.). **Violência na história**: memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012a, p. 25-37.

\_\_\_\_\_. História que temos vivido. In: Flávia Varella, Helena Miranda Mollo, Mateus Henrique de Faria Pereira, Sérgio da Mata. (Org.). **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2012b, p. 31-49.

\_\_\_\_\_. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. **Topoi**, v. 14, n.27, p. 239-261, 2013.

\_\_\_\_\_. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74. jan./abr. 2017.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

\_\_\_\_\_. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

\_\_\_\_\_. **A ditadura derrotada**. 2 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014a.

\_\_\_\_\_. **A ditadura encurralada**. 2 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014b.

\_\_\_\_\_. **A ditadura acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GOÉS, Walder de. **O Brasil do General Geisel**: estudo do processo de tomada de decisão no regime militar-burocrático. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOITHER, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 43-63.

GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha; SOITHER, Rachel; GONTIJO, Rebeca. (Org.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 23-41.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos e mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

ISHAQ, Vivian; FRANCO, Pablo Endrico; SOUSA, Teresa Eleutério de. **A escrita da repressão e da subversão**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.43-62.

KINZO, Maria D'alva Gil. **Oposição e autoritarismo**: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

KUNHAVALIK, José Pedro. **Ney Braga**: trajetórias políticas e bases do poder. 1999. 227p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 6 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

LEITÃO, Matheus. **Em nome dos pais**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. As salvaguardas do Estado no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito**. São Paulo, v. 79, p. 140-160, jan. 1984.

LINZ, Juan. Regimes autoritários. In: Paulo Sérgio Pinheiro (Org.). **Estado autoritário e movimentos populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. As bases da Reforma Universitária da Ditadura Militar no Brasil. In: XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RJ, 2012, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <[http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338430408\\_ARQUIVO\\_AsbasesdaReformaUniversitariadaditaduramilitarnoBrasil.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338430408_ARQUIVO_AsbasesdaReformaUniversitariadaditaduramilitarnoBrasil.pdf)> Acesso em: 17 mar. 2019.

MACHADO, Flávia Burlamaqui. **As Forças Armadas e o processo de anistia no Brasil (1979-2002)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O movimento estudantil e a ditadura militar**: 1964-1968. Campinas: Papyrus, 1987.

\_\_\_\_\_. **O palácio e a Caserna**: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Unicamp, Campinas, 1993. apresentado ao departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. 1993.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das Comunicações e da Educação, 1963-1990**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Distensão no Brasil**. O projeto militar (1973-1979). Campinas: Papirus, 1995.

\_\_\_\_\_. O projeto militar de distensão: notas sobre a ação política do presidente Geisel. In: **Revista de Sociologia e Política**, São Paulo, 4/5, p. 149-159, 1995.

MOISÉS, José Álvaro; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de (Orgs.). **Dilemas da consolidação democrática no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 48-65.

\_\_\_\_\_. As políticas universitárias das ditaduras militares no Brasil, da Argentina e do Chile. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: UFMG, 2015. p. 37-59.

\_\_\_\_\_. **As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p.13-37.

\_\_\_\_\_. Incômoda memória: os arquivos das ASI universitárias. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 32-50, 2008a.

\_\_\_\_\_. Os olhos do regime militar nos *campi*: as assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, 2008b, p. 30-67.

MÜLLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. **O movimento estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969-1979)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

\_\_\_\_\_. & FAGUNDES, Pedro. **O trabalho das comissões da verdade universitárias: rastreando vestígios da repressão nos campi durante a ditadura militar**. *Ciência e Cultura*. Vol.66, nº 4. São Paulo: Oct./Dec. 2014.

NAPOLITANO, Marcos. “A democracia relativa”: os anos Geisel. In: NAPOLITANO, Marcos. **1964 História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 229-254.

\_\_\_\_\_. A “resistência cultural” durante o regime militar brasileiro: um novo olhar historiográfico. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: UFMG, 2015, p. 193-211.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

O'DONNELL, Guillermo. **Contrapontos: Autoritarismo e democratização**. São Paulo: Vértice, 1986.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Phillippe. **Transitions from authoritarian rules: tentative conclusions about uncertain democracies**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1986.

PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempos Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. Florianópolis, **Revista Tempo e Argumento**, v. 1, n. 1, jan./jun.2009, p. 30-45.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1989. **Revista Estudos Históricos**, vol. 2, n. 3, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val Di Chianna: mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.) **Usos e abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 103-130.

RAMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia. A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador. **História imediata**, n.5. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O Golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004. p.29-52.

\_\_\_\_\_. Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. A ditadura no Brasil entre Memória e História. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: UFMG, 2015. p. 237-251.

RÉMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta Moraes (coord.). **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.203-209.

\_\_\_\_\_. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 13-36.

RESENDE, Pâmela de Almeida. **Os vigilantes da ordem: a cooperação DOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia.** 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: Repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984.** Londrina: UEL, 2001.

RICOUER, Paul. **A memória, a história e o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2003.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, A., TÉTART, P. (Orgs.). **Questões para a história do presente.** Bauru, SP: EDUSC, 1999. p.39-50.

RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. **Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre radares e raízes.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

\_\_\_\_\_. Memórias no exílio, memórias do exílio. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e Democracia (1964...).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 199- 220.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & abusos da história oral.** 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.93-101.

\_\_\_\_\_. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

RUSTOW, Dankwart. Transitions to democracy: towards a dynamic model, **Comparative Politics**, v. 2, n. 3, p. 337-363, abr. 1970.

SAFATLE, Vladimir. Como perpetuar uma ditadura. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, Ano 9, n. 103, p. 36-49, abr. 2014.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de Memórias em Terras de História: Problemáticas Atuais. In: BRESCIANI, Stella; NXARA, Márcia (Org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p.37-58.

SILVA, Carla Luciana. Imprensa e construção social da “Ditabranda”. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.) **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 189-207.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura Militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.4, 2003, p. 243-282.

SIRINELLI, Jean-François. Prefacé. In: **Histoire des droites**. Paris: Gallimard, v.2,1992.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org.). **A Volta aos Quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado – História Oral**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TORELLY, Marcelo. Somos todos constituintes. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, Ano 10, n. 114, p. 37-41, mar. 2015.

TRAVERSO, Enzo. **El pasado. Instrucciones de uso: Historia, memoria, política**. Madrid: Marcial Pons, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **UFES, 60 anos**. Vitória: Edufes, 2014.

\_\_\_\_\_. Biblioteca Central. **Normalização de referências: NBR 6023: 2002**. 2 ed. Vitória: Edufes, 2015.

\_\_\_\_\_. Biblioteca Central. **Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos**. 2 ed. Vitória: Edufes, 2015.

VARGAS, Cláudia Regina; SANTOS, Marcelo Gonzaga dos. Autoritarismo e Educação no Brasil: as reformas educacionais na ditadura civil-militar (1964-74). **Revista Itinerarius Reflectionis**. Revista eletrônica: UFG. v.1, n.12, p. 1-11, 2012.

## **ACERVOS PESQUISADOS**

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro e Brasília: Acervo do Serviço Nacional de Informação (1974 a 1979).

Documentos da AESI/ASI catalogados pela Comissão da Verdade da UFES.

Document 99. Memorandum From Director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger. Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume E–11, Part 2, Documents on South America, 1973–1976.

*Gazeta do Povo*, 18 de mai.1977, p.9

*Jornal do Brasil*, 13 de set.1996.

*Folha de São Paulo*, em 16 de mar.1974.

*Folha de São Paulo*, em 13 de set. 1996.

*O Globo*, em 13 de set. 1996.

## **RELATÓRIOS DAS COMISSÕES DA VERDADE PESQUISADOS**

Relatório Anísio Teixeira de Memória e Verdade - UnB, Brasília-DF, 2015. 331 p.

Relatório da Comissão da Verdade da PUC-SP Reitora Nadir Gouvêa Kfourri, São Paulo-SP, 2014.

Relatório da Comissão da Verdade da UFES, Vitória-ES 2016. 192p.

Relatório da Comissão da Verdade da UFRN, Natal-RN, 2015. 489p.

Relatório da Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo - USP, 10 vol, 2018.

Relatório da Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” - Unicamp, São Paulo, 2016. 60p.

Relatório da Comissão da Verdade Marcos Lindenberg - UNIFESP, São Paulo, 2016.

Relatório da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara: Recife-PE, 2016. Vol. 02, Cap. 13. 221-250p.

Relatório da Comissão Estadual da Verdade de Minas Gerais, 2017. Belo Horizonte-MG, Vol. 05, Cap. 12. 1-168p.

Relatório da Comissão Memória e Verdade da UFSC, Florianópolis-SC, 2 vol, 2016.

Relatório da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade - UFBA. Salvador-BA, 2014, 180p.

Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Volume II, texto 6: Violação dos direitos humanos na universidade. 2014.

### **ARQUIVOS ON LINE:**

<<http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/linha-dura-regime-visao-presidente-geisel>>. Acesso em: 4 ago 2016.

< <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103382/lei-falcao-lei-6339-76>>. Acesso em: 3 ago. 2016.

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2016

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: 15 jun. 2016.

< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm)>. Acesso em: 29 jun. 2016

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140.htm)>. Acesso em: 29 jun. 2016.

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 29 jun. 2016.

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm)>. Acesso em: 29 jun. 2016.

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm)>. Acesso em: 29 jun. 2016.

<<http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm)>. Acesso em: 20 jan. 2017.

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: 20 jan. 2017.

< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1975/27.pdf/view>>. Acesso em: 1º set. 2017.

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo?busca=Ernesto+Geisel&TipoUD=0&MacroTipoUD=0&nltens=30>>. Acesso em: 4 set. 2017.

<<http://bd.camara.leg.br>> Acesso em: 5 set. 2017.

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4464.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4464.htm)> Acesso em: 11 set. 2017

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 29 set. 2017.

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm)>. Acesso em: 29 set. 2017.

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm)>. Acesso em: 29 set. 2017.

<<http://portal.mec.gov.br/institucional/historia>> Acesso em: 4 out. 2017

<<http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>> Acesso em: 5 out. 2017.

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc\\_antecedente1988/emc11-78.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_antecedente1988/emc11-78.htm)>. Acesso em: 30 out. 2017.

<<http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/divisao-de-censura-de-diversoes-publicas-dcdp>> Acesso em: 30 out. 2017.

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5536-21-novembro-1968-357799-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 30 out. 2017.

<<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99?platform=hootsuite>> Acesso em: 15 mai. 2018.

<<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=324159>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

<[http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338430408\\_ARQUIVO\\_AsbasesdaReformaUniversitariadaditaduramilitarnoBrasil.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338430408_ARQUIVO_AsbasesdaReformaUniversitariadaditaduramilitarnoBrasil.pdf)> Acesso em: 17 mar 2019.

<<https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/sobre-a-cvpuc-apresentacao.html>. Acesso em: 28 mai. 2019.

<<https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/geral/miriam-leitao-ativismo-no-movimento-estudantil-prisao-e-torturas-no-38o-batalhao-de-infantaria-de-vila-velhas/>>. Acesso em: 31 mai. 2019.

**ANEXOS**

**Anexo 1**

Fonte: Brasília/BR\_AN\_BSB\_AA1\_ASR\_008.

BRAN, BSB AA1. ASR. 08, p.1/2

## SRS. MAGNÍFICOS REITORES

Tenho a satisfação de trazer à consideração de Vossas Magnificências alguns pontos para os quais recomendo a consideração das Universidades, por ocasião da realização deste Encontro:

- 1 - Aperfeiçoamento efetivo do ensino de Problemas Brasileiros;
- 2 - resolver, em definitivo, nos próximos meses, o problema de reconhecimento de cursos superiores que têm turmas formadas ou nos últimos semestres.
- 3 - Lembrar aos Srs. Reitores:
  - Não se cogita de modificar a legislação que rege a organização estudantil;
  - não houve e não haverá hipótese de falta de apoio do MEC para atos dos Srs. Reitores no sentido do aprimoramento educacional, administrativo e da necessária manutenção de tranqüilo clima de trabalho no "Campus", o que constitui responsabilidade do Reitor, cuja autonomia, nos termos da Lei, sempre foi e será reconhecida;
  - nos planos de investimentos é prioridade, acima de novas construções, que possam ser adiadas, o aparelhamento das atuais e as medidas que visem ao aperfeiçoamento do ensino;
  - todos queremos, nas obras, o maior sentido de funcionalidade, com o menor custo, evitando-se o supérfluo;
  - aprimoramento das atividades culturais e esportivas ao longo dos cursos;

ASR-08, p.2/2

- apoio e aprimoramento do programa do "Banco de Teses", em fase de implantação;
- melhoria, quando necessária, dos currículos e duração de cursos;
- substituição, absolutamente necessária, de todo o material de importação onde se possa empregar material nacional.

Porto Alegre, 24 de novembro de 1975

NEY BRAGA

*Min. Educ.*

## Anexo 2

Fonte: Brasília/BR\_AN\_BSB\_AA1\_ASR\_009

ASR.09, p.5/28

0811

CONFIDENCIAL

Aviso/Circular nº 878

Em 21 de dez. de 1976.

Magnífico Reitor,

Este Ministério tem tido conhecimento da proliferação, nos últimos meses, de publicações estudantis no âmbito universitário, com caráter marcadamente político-ideológico.

Em fevereiro de 1973 foi expedida uma "Informação Circular Confidencial", dirigida aos Reitores, na qual se esclarece que as publicações estudantis estão sob a disciplina jurídica da Lei nº 5 250, de 9 de fevereiro de 1967 (v.art.8º). Nesta oportunidade recomendou-se observância da necessidade de registro destas publicações, sob pena de serem consideradas clandestinas nos termos do art. 11 da mencionada lei.

Diante do recrudescimento dessas publicações, e para evitar situações irremediáveis, recomendo a Vossa Magnificência:

1. Seja observada a "Informação Circular Confidencial" antes referida;

Ao Professor JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA AZEVEDO  
Magnífico Reitor da Universidade de Brasília.

ASR.09, p. 7/28

2.

2. Seja verificada a existência de publicações es t u d a n t i s nessa universidade em desacordo com a legislação vigente, fato que impede a respectiva circulação;
3. Sejam os responsáveis alertados das consequências do descumprimento da legislação em vigor para a edição de publicações.

Esclareço a Vossa Magnificência que os ó r g ã o s descentralizados da Polícia Federal foram instruídos pelo Ministro de Estado da Justiça no sentido de manter entendimento com as autoridades universitárias sobre o assunto objeto deste Aviso.

Ao ensejo apresento a Vossa Magnificência protestos de alta estima e distinta consideração.



Ney Braga

ASR. 09, p. 17/28

SECRETO

Aviso-Circular nº 268

Em 26 de julho de 1.977

Magnífico Reitor,

Reiterando e consolidando a orientação já transmitida por meio de diversos Avisos e contatos pessoais, estou encaminhando, em anexo, o documento "Diretrizes para a ação dos Reitores", o qual peço seja objeto de sua especial atenção.

Está claro que toda e qualquer ação deve levar em conta as peculiaridades locais. Como já vem ocorrendo, o Ministério da Educação e Cultura está à disposição do Magnífico Reitor para dirimir qualquer dúvida porventura existente.

Agradecendo o apoio e colaboração de Vossa Magnificência, aproveito a oportunidade para renovar-lhe protestos de elevada estima e consideração.



Ney Braga

ASR.09, p.18/28 <sup>SNM</sup>SECRETODIRETRIZES PARA A AÇÃO DOS REITORESGERAIS

- 1 - Manutenção da ordem e da disciplina no campus, observando, de maneira geral:
  - a - Aplicação, se necessário, de normas disciplinares, recorrendo, sempre que possível, à determinação de abertura de inquérito antes de punir, o que dará condições de avaliação segura da oportunidade e gradação das penas.
  - b - Usar de cautela e discernimento, a fim de não envolver, involuntária e injustamente, estudantes que não participem da agitação.
  - c - Manter as atividades acadêmicas programadas, assegurando aos alunos o pleno acesso às mesmas e atribuindo faltas aos ausentes, nos termos regimentais.
  - d - Instruir os professores sobre as medidas adotadas, buscando sua inteira colaboração na manutenção da ordem e da disciplina.
- 2 - Considerando a eventual necessidade de solicitação de apoio a órgãos de segurança federais e estaduais, para a manutenção da ordem no campus, manter estreito contato com as autoridades, e sempre que necessário e possível, com o próprio Governador de Estado. Além disso, dar prévio conhecimento ao Ministério da Educação e Cultura, sempre que a ação policial seja necessária, salvo em caso de especial urgência.
- 3 - Ativar o órgão universitário encarregado dos assuntos estudantis, no sentido de que os alunos que combatem a ação radical e desagregadora recebam apoio, inclusive por meios

ASR.09, p.19/28

- 2 -

SECRETODIRETRIZES PARA A AÇÃO DOS REITORES (continuação)

próprios de orientação pessoal:

- a - Manter a opinião pública sempre informada das ações tomadas e das razões determinantes, bem como dos trabalhos realizados pela instituição nas áreas educacional e cultural.
- b - Notificar os órgãos estudantis, regularmente constituídos, da proibição de quaisquer assembleias universitárias de caráter político, e de encontros não permitidos pelas normas legais.
- c - Dar especial atenção à disciplina Estudos de Problemas Brasileiros, para que a mesma centralize, com objetividade, a análise e o debate dos problemas nacionais.

ESPECÍFICAS

- 1 - Proibir a circulação de jornais e panfletos não autorizados nos termos da legislação em vigor.
- 2 - Proibir a ação de piquetes, recorrendo, se necessário, ao apoio das autoridades de segurança.
- 3 - Em caso de recrudescimento do movimento de agitação estudantil, com grave perturbação da ordem dentro do campus, suspender as atividades acadêmicas, com prévia audiência do Ministério da Educação e Cultura.

Serviço de base à presente Diretriz

Hinciso ao Ministério da Educação e Cultura, contida no nº 3 - RESPONSABILIDADE DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO, do Documento aprovado pelo Exmo Sr. Presidente da República, intitulado o "PROBLEMA ESTUDANTIL", elaborado pelo Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional" (Prot. DS/MEC nº 10048, de 19 JUL 77)

S E C R E T O

ASR.09, P. 20/28

O PROBLEMA ESTUDANTIL1. CONJUNTURA ATUAL

- O exame dos últimos acontecimentos na área estudantil, leva à conclusão de que não se trata de problema isolado mas de procedimento inserido num contexto mais amplo de ação subversiva, visando, em particular, aos seguintes setores, não necessariamente em ordem de prioridade:
  - estudantil;
  - político;
  - imprensa;
  - científico;
  - artístico; e
  - Igreja Católica.
- Até o momento, tem sido possível preservar da infiltração subversiva, embora já com alguma dificuldade, o setor operário.
- O movimento de agitação estudantil, que vinha sendo preparado há já algum tempo, teve sua eclosão com certa violência - embora localizada - no último mês de maio, com manifestações de protesto em SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO (PUC), BRASÍLIA (UnB) e BELO HORIZONTE, onde foi feita uma tentativa de reunião de caráter nacional.
- Na Capital Federal, tendo como pretexto a punição imposta a alguns estudantes, foi deflagrada uma greve nessa Universidade, que durou mais de três semanas e só foi suspensa com a entrada em recesso daquele estabelecimento de ensino superior.
- Ainda dentro do contexto da agitação estudantil, seria conveniente considerar as comemorações do chamado "II Dia Nacional da Luta", só realizadas, realmente, em SÃO PAULO (Capital) e, com menor expressão, no RIO DE JANEIRO.
- 4) - É interessante observar que a agitação estudantil, na verdade, foi localizada e de pouca monta, porém teve sua ação alimentada e muito realçada pelo noticiário da imprensa, que não só orientou o movimento, como procurou dar-lhe dimensão nacional.

S E C R E T O

S E C R E T O

Continuação de "O PROBLEMA ESTUDANTIL"

2/7

ASR. 09, P. 21/28

- No momento, tendo em vista o recesso decretado pelo Reitor da UnB e a entrada em férias das demais universidades, a agitação estudantil sofreu uma interrupção.
- A partir do próximo dia 25, quando serão reiniciadas as aulas em BRASÍLIA, é de se esperar que o movimento retome sua intensidade, particularmente considerando-se que vários alunos serão punidos e alguns enquadrados na Lei de Segurança Nacional.
- (2) - Assim, é possível que - apesar de todo o esforço feito para normalizar a situação na UnB - o retorno às atividades acadêmicas não seja tranquilo e que se torne necessário o emprego da força para assegurar o direito da maioria dos alunos frequentarem às aulas.
- (3) - Nestas condições, é possível supor-se que os acontecimentos em BRASÍLIA venham a ter repercussão em outras universidades, principalmente naquelas onde já houve manifestações durante os meses de maio e junho últimos.
- Ao serem encarados, portanto, os problemas que poderão advir quando do reinício das aulas, torna-se imperativo considerar as seguintes possibilidades:
  - (4) - na UnB, a partir do próximo dia 25, data prevista para o reinício das aulas, poderá haver tentativa de retomada da greve, com a ativação de piquetes, invasões de salas de aula, assembléias, etc; e
  - (5) - em outras universidades, notadamente as de SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, SALVADOR e BELO HORIZONTE, quando do término das férias, no início de agosto, é possível o desencadeamento de movimentos de solidariedade, incluindo assembléias, passeatas, greves, etc.

2. MEDIDAS A ADOTAR

- (6) Afigura-se conveniente considerar, separadamente, as medidas para fazer face ao problema da UnB e as destinadas a se contraporem aos fatos que possam surgir nas demais universidades. Em qualquer caso deverá ser assegurado o direito dos estudantes de frequentarem as aulas.

S E C R E T O

S E C R E T O

Continuação de "O PROBLEMA ESTUDANTIL"

3/7

ASR. 09, p. 22/28

a - Problema da UnB

- Nesta data será distribuída aos jornais de BRASÍLIA a solução do Inquérito Administrativo instaurado na UnB.
- Esta solução deverá contemplar a expulsão de, aproximada-mente, 30 alunos e a aplicação da penalidade de suspensão, de 90 e 30 dias, a vários outros.
- Na mesma oportunidade, os autos do Inquérito Policial, instaurado no DPF, foram remetidos à Justiça, sendo os estudantes presos postos em liberdade e entregues aos pais ou responsáveis.
- Como é natural, os alunos mais implicados nesse Inquéri-to Policial deverão estar entre os expulsos da UnB e, pos-sivelmente, enquadrados na Lei de Segurança Nacional.
- Tais medidas, evidentemente, poderão criar um certo trauma no meio universitário, mas, por outro lado, livrarão a Universidade dos agitadores mais atuantes e que estavam tumultuando a vida do estabelecimento.
- Assim sendo, a situação atual sugere a tomada das seguin-tes medidas:
  - atuação junto à imprensa, particularmente a de BRASÍLIA, para que os jornais não publiquem notícias sobre assembléias, greves ou outras agitações programadas;
  - arregimentação de estudantes que, voluntariamente, de-sejem opor-se aos agitadores, trabalho que já vem sendo desenvolvido;
  - ação judicial, impetrada por alunos, visando obter mandado de segurança para garantir o direito de assistirem aulas;
  - no dia do reinício das aulas, tomada de medidas para impedir o comparecimento à Universidade dos expulsos e suspensos, evitando-se assim que os mesmos partici-pem de qualquer tentativa de agitação;
  - nos dois dias que antecederem o retorno às aulas, publi-cação nos jornais de BRASÍLIA de nota do Reitor conci-

S E C R E T O

S E C R E T O

Continuação de "O PROBLEMA ESTUDANTIL"

4/7

ASR. 09, p. 23/28

- (8) concitando os alunos a retomarem suas atividades em ordem, proibindo a realização de assembléias e afirmando que o Governo garantirá o direito dos que desejem as sistir aula;
- (9) - planejamento detalhado da ação policial a ser desenca deada, para assegurar o comparecimento às aulas dos es tudantes que o desejarem.
- No caso de se tornar necessário o emprego da força, deve rão ser tomadas medidas que minimizem a repercussão nega tiva da presença da polícia no Campus da Universidade.
- b - Problemas das demais Universidades
- (10) - Os problemas de agitação no meio universitário, em todo o País podem recomeçar a partir do reinício das aulas, em agosto próximo.
- (11) - Em caso de se tornar necessário o emprego da força para controlar a agitação na UnB, é possível que tal fatove nha a repercutir imediatamente nas demais universidades.
- (12) - Caso a situação em BRASÍLIA não provoque maior repercus são, há ainda a possibilidade do desencademaneto da agi tação em outras cidades mas, provavelmente, a partir da segunda quinzena de agosto.
- (13) - Em qualquer caso, deverão ser tomadas medidas preventi vas, bem como planejadas as de caráter repressivo.
- Entre as medidas preventivas, a situação sugere as se guintes:
- (14) - atuação junto aos Reitores de todas as universidades, transmitindo-lhes as instruções do Ministério da Educação e Cultura e mantendo-os informados do desenrolar dos acontecimentos, particularmente no que se referir à UnB;

S E C R E T O

S E C R E T O

Continuação de "O PROBLEMA ESTUDANTIL"

5/7

ASR.09, p. 24/28

- (15) - incentivo à formação de movimentos estudantis, contra rios aos agitadores, em todos os centros universitários do País, em particular nas cidades de SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, BRASÍLIA, SALVADOR e BELO HORIZONTE;
- atuação junto aos principais jornais de BRASÍLIA, SÃO PAULO e RIO DE JANEIRO;
- alerta e orientação de todo o dispositivo de Segurança Interna.
- Entre as medidas de caráter repressivo, podem ser cita das as seguintes:
- (14) - impedir a realização de reuniões ou passeatas, fora do recinto dos campi;
- (11) - atuar dentro das universidades a pedido dos Reitores, para impedir a consumação de atos de violência, inclu sive a presença de piquetes de greve;
- manter contato com a imprensa por forma a não permitir o anúncio das atividades previstas pelos agitadores, bem como evitar o exagero e o sensacionalismo na veicu lação das notícias;
- (10) - prestar apoio mais cerrado aos Reitores das universida des onde venham a se registrar movimentos estudantis mais importantes.

3. RESPONSABILIDADE DE PLANEJAMENTO E DE EXECUÇÃO- Ministério da Justiça

- (19) - Manter ligação com os Governos estaduais e transmitir-lhes as instruções emanadas do Senhor Presidente da República, normalmente, vindas através da SG/CSN.
- Permanecer desempenhando as missões que lhe foram atribuí das na Diretriz de Segurança Interna.

S E C R E T O

S E C R E T O

Continuação de "O PROBLEMA ESTUDANTIL".....

ASR.09, p. 25/28

6/7

- Ministério da Marinha
  - Colaborar com o planejamento e execução das ações previstas no presente documento.
  - Permanecer desempenhando as missões que lhe foram atribuídas na Diretriz de Segurança Interna.
- Ministério do Exército
  - (20) - Coordenar o dispositivo de Segurança Interna, atuando de acordo com as determinações do Senhor Presidente da República e em estreita ligação com a SG/CSN.
  - Permanecer desempenhando as missões que lhe foram atribuídas na Diretriz de Segurança Interna.
- Ministério da Educação e Cultura
  - (21) - Orientar os Reitores e buscar unidade de procedimento face aos problemas surgidos.
  - (22) - Permanecer desempenhando as missões que lhe foram atribuídas na Diretriz de Segurança Interna.
  - (23) - Manter constante ligação com a SG/CSN, inclusive para acionar os movimentos estudantis de caráter democrático.
- Ministério da Aeronáutica
  - Colaborar com o planejamento e a execução das ações previstas no presente documento.
  - Permanecer desempenhando as missões que lhe foram atribuídas na Diretriz de Segurança Interna.
- Serviço Nacional de Informações
  - Manter o Senhor Presidente da República e a SG/CSN informados dos acontecimentos que se registrarem em todo o País
  - Permanecer desempenhando as missões que lhe foram atribuídas na Diretriz de Segurança Interna.
- Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional
  - Manter-se a par dos acontecimentos e propor ao Senhor Presidente da República as decisões a serem tomadas.

S E C R E T O

**S E C R E T O**

MEC

ASR-09, p. 26/28

Continuação de "O PROBLEMA ESTUDANTIL"

7/7

- Redigir e expedir as ordens e instruções emanadas do Senhor Presidente da República.
- Cooperar com todos os Órgãos com responsabilidades no problema, em tudo que lhe for solicitado.
- Encarregar-se, em coordenação com o Ministério da Justiça, das ligações com os órgãos da imprensa.

**4. PRESCRIÇÕES DIVERSAS**

- O emprego de tropa federal só poderá ser realizado mediante ordem do Senhor Presidente da República.

BRASÍLIA, DF, em 18 de julho de 1977

*[Handwritten Signature]*  
 General-de-Divisão HUGO DE ANDRADE ABREU  
 Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional

*Serviço de base para a elaboração  
 do Documento Ministerial denominado "Diretrizes para  
 a Ação dos Reitores"*

*[Handwritten Signature]*  
 da DSI

**S E C R E T O**

ASR. 09, p. 27/28

Aviso-Circular-Reservado nº 335 Em 12 de maio de 1977

Magnífico Reitor,

Em declaração amplamente divulgada pela imprensa, indiquei a posição deste Ministério com relação às recentes manifestações estudantis. Destaquei que é nosso dever agir com serena firmeza e permanente bom senso, para evitar que grupos inexpressivos perturbem a comunidade universitária.

Em diversas oportunidades anteriores, tendo levado ao seu conhecimento, a posição do Ministério no que concerne ao trato de assuntos estudantis. Foi sobre esse tema que, em fevereiro de 1976, se realizou um seminário. Em quatro documentos de trabalho foram examinados aspectos referentes ao relacionamento básico, à organização estudantil, à formação integral do estudante e ao regime disciplinar. Ficou evidente o objetivo maior de promover-se um clima favorável e responsável, com pleno respeito à convivência universitária e com o contínuo aprimoramento das condições de aprendizado.

Nessa linha de raciocínio foram realizados, sob a coordenação deste Ministério, diversas reuniões

  
À Sua Magnificência, o Senhor  
Professor JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA AZEVEDO  
DD Reitor da Universidade de Brasília

com os dirigentes de assuntos estudantis e promoveu-se a adaptação dos regimentos das universidades, na parte relativa ao regime disciplinar.

É firme disposição deste Ministério prosseguir nessa orientação, sem prejuízo da necessária e indispensável manutenção da disciplina nos campi universitários, como reiteradamente tenho tido a oportunidade de afirmar.

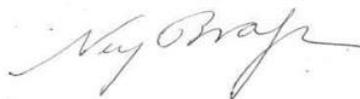
Confiando plenamente na sua atuação, desejo reiterar a diretriz básica contida no meu Aviso-Circular nº 500, de 22 de julho de 1975, no sentido de que "a universidade precisa ser preservada da ação político-partidária ou ideológica." Não pode transformar-se em instrumento de atividade política."

Nesse sentido, vale lembrar que a legislação sobre a representação estudantil e a organização dos Diretórios não sofrerá qualquer alteração. Portanto, este Ministério não reconhece a existência de qualquer Diretório ou órgão estudantil constituído sem a observância da disciplina legal em vigor.

Por outro lado, como já afirmei anteriormente, e é também de seu conhecimento, os agitadores são uns poucos que pretendem conturbar a tranquilidade interna. Por isso mesmo, devemos continuar unidos para não nos prestarmos a confrontações, mas identificar esses poucos, assegurando o direito dos estudantes que querem estudar e integrar-se no esforço comum que fazemos para o desenvolvimento do país.

Dentro desse quadro, as normas acadêmicas e disciplinares devem ser utilizadas sem qualquer exceção. É relevante manter, com serenidade e firmeza, repito, as regras básicas da vida acadêmica, que não se conciliam com a agitação inspirada em ideologias incompatíveis com o sentimento do povo brasileiro.

Agradecendo e reconhecendo a cooperação recebida, e renovando-lhe a minha confiança e apoio, envio-lhe a minha saudação pessoal.



### **Anexo 3**

Quem foi Maria Ritta de Siqueira Cassa?

Fonte: Depoimento da irmã Hélia Cassa Macedo

Essa tese foi dedicada a jovem Maria Ritta de Siqueira Cassa. Tributo extensivo à memória de todas (os) aquelas (es) integrantes da comunidade acadêmica que lutaram contra a ditadura militar e sofreram a repressão política desse período. Para entendermos um pouco da história conturbada dessa jovem, passaremos a uma breve biografia de sua vida relatada por sua irmã Hélia Cassa Macedo.

“Maria Ritta nasceu em 31 de julho de 1948, na antiga Rua Quintino Bocaiúva, hoje Rua Romualdo da Gama, bem em frente ao educandário IESC, no Centro da cidade de Alegre, sul do Espírito Santo, localizada a 203,7 Km da capital. Filha de Eloy Cassa e Ritta de Siqueira, família da classe média alegreense, era a nona dos 11 filhos. Aos quatro anos já demonstrava pendores para a música. Tocava Flauta como ninguém e aos sete anos já dedilhava bem o violão. Tocava de ouvido, porém, mais tarde, com um professor de música, aperfeiçoou-se no violão e com um amigo se desenvolveu na percussão (bateria).

Aos sete anos entrou para a Escola primária. Em 1958, seus pais se mudaram para uma propriedade que possuíam na Vila de Rive, distrito de Alegre, onde concluiu o primário no Grupo Escolar Professor Luiz Malizek, hoje Escola Célia Teixeira do Carmo. No Colégio Aristeu Aguiar, na sede de Alegre, cursou o Ginásio e o Científico. Sempre se destacou por seu alto desenvolvimento estudantil, que a colocava em destaque nas turmas por que passou. Muito inteligente e alegre, sonhava em cursar medicina. A família a apoiou nesse sonho e a enviou para Vitória em 1968, ano que retirou sua Carteira de Trabalho, anexada ao final do texto. Na capital, passou a morar com sua irmã Luzia. Com o apoio financeiro e emocional da família, matriculou-se em 1969 no cursinho do Colégio Salesiano. Prestou provas para Medicina e foi aprovada naquele ano, ingressando no Curso de Medicina da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em 1970.

Ao ir para Vitória, era uma moça alegre, comunicativa, de bem com a vida e cheia de sonhos. Vivia para seu curso e para a música, que na Universidade dividia com um grupo de alunos. No entanto, ao longo dos anos, na convivência com a Comunidade Universitária, alguns comportamentos não habituais começaram a

aparecer. Nas visitas a casa dos pais e irmãos em Alegre, às vezes desabafava sobre o incômodo sua aparência física a causava. Maria Ritta era uma mulher franzina, corcunda e com uma pele muito branca, uma aparência distinta dos padrões de beleza impostos pela sociedade, que não passava despercebida entre as pessoas. Em conversas com familiares, chegou a desabafar de sua preocupação em atender os pacientes nos estágios e futura residência, pois alguns a olhavam de “maneira diferente”, o que a preocupava o quanto isso poderia atrapalhar sua relação entre médico e paciente no exercício da medicina. Tinha medo disso prejudicar o tratamento dos pacientes, pois tinha a impressão que muitos a olhavam com desconfiança e assustados. Embora andasse sempre bem vestida e asseada, tendo um rosto bonito, dentes e cabelos bem cuidados, sua aparência física no geral, causava, segundo ela, estranheza nas pessoas, por fugir aos padrões habituais.

Muito politizada, ela se simpatizava com um grupo de ativistas que lutava pela redemocratização do país, isso a partir do ano de 1972. Porém, Maria Ritta não compartilhava com a família sobre qualquer atuação ou aproximação com a resistência de estudantes contra os atos do governo daquela época. Embora comesçassem a notar certa tristeza, que não era comum a jovem, tudo parecia seguir seu curso normal nos estudos e plantões que fazia, pelo menos aos olhos da família. Uma das coisas que a entristecia era a doença do pai, que sofria as sequelas de uma paralisia parcial advinda de um AVC. Seu apego e carinho com o pai, deixava-a preocupada com a situação. Porém, Maria Ritta continuava sua rotina em Vitória, passava muito tempo fora de casa, dedicada aos estudos e aos plantões.

No entanto, a família foi surpreendida por uma notícia impactante em abril de 1975: Maria Ritta tinha sido encontrada inconsciente e com queimaduras de sol pelo corpo, que estava sobre uma pedra, em uma praia de Vitória. Ao seu lado foram encontradas duas caixas do medicamento Gardenal vazias. A família espantada foi acompanhar o estado de Maria Ritta, que entrou em coma e permaneceu cerca de 15 dias hospitalizada. Alguns amigos do curso de medicina que a visitavam, diziam que o comportamento dela começou a mudar, quando ela passou a andar com “pessoas fora do esquema”. Porém, ninguém se prontificava a explicar nada mais sobre isso, nitidamente se esquivavam. Para a família esse termo “fora do esquema” poderia ser drogas ou grupos de subversivos, nome dado a pessoas que condenavam os atos ditatoriais do governo da época. Mas nunca chegaram a uma conclusão sobre isso.

Conseguindo sobreviver ao atentado contra a própria vida, a jovem trancou a matrícula do curso durante o ano de 1975 para fazer o tratamento e seguir com o repouso e restabelecimento de sua saúde em Alegre. Maria Ritta assumiu ter tomado os comprimidos das duas caixas de medicamentos, porém não justificou o motivo que a fez tentar o suicídio. O ano foi difícil, ela entrou em depressão, o complexo de inferioridade e o desconforto com sua aparência física aumentaram, sentia que sua aparência física não fazia bem às pessoas. Naquele ano ela adquiriu uma “mania de perseguição”, falava frases desconexas e sempre achava que “eles a estavam perseguindo”. Vivia assustada, com medo e começou a colar algumas reportagens de jornais nas paredes de seu quarto. Muitas vezes procurava aflita se tinha algo sobre ela nesses jornais. A família ligou esses comportamentos a depressão que ela estava enfrentando, sem entender nenhuma motivação para tais atos.

Durante o ano de 1975, a vida de Maria Ritta foi viver em Alegre na casa dos pais, voltando a conviver com a família e amigos da cidade, que se empenhavam em ajudá-la na recuperação. Ela ia periodicamente à Vitória, onde fazia tratamento psiquiátrico para estabilizar a depressão. Começando a apresentar um quadro de melhoras, em janeiro de 1976, Maria Ritta, incentivada por amigos e a família, voltou a Universidade para regularizar sua situação. Embora com uma síndrome de inferioridade, e dizendo-se incapaz de voltar a estudar medicina, ela iria tentar o retorno ao curso. Ainda em janeiro, teve uma consulta com o seu psiquiatra que a incentivou retornar às atividades acadêmicas. Porém, confidenciava a preocupação de sua aparência assustar e prejudicar os pacientes.

Retornou à Alegre para passar um período com a família até o provável retorno à capital e ao curso que tanto amava. No entanto, em 16 de fevereiro de 1976 tudo foi interrompido. Naquele dia a jovem de 28 anos foi à casa de sua irmã Hélia Cassa Macedo, comeu fatias de bolos, que adorava, e salgados que haviam sobrado da festa de aniversário de sua sobrinha. Estava com um comportamento aparentemente normal, conversou e brincou. Em momento nenhum apresentou comportamento anormal ou algum traço que pretendia viajar. Quando estava para ir embora para a casa dos pais, sua irmã a entregou uma bolsa com duas toalhas de rosto de seu pai (que frequentemente usava para limpar a boca, devido a paralisia parcial, sequelas do AVC), e colocou no fundo da bolsa de papel um pouco de dinheiro que sempre mandava para sua mãe. Maria Ritta desconhecia o dinheiro escondido no fundo da

bolsa, despediu-se como de costume e foi embora, sem transparecer a ideia de viajar. Mais tarde a mãe liga para Hélia procurando por Maria Ritta, pois ela não havia chegado em casa. Começaram as buscas pela cidade, ninguém a havia visto em lugar algum. Naquele sábado, na tarde de Carnaval, Maria Ritta havia desaparecido sem seus documentos e nenhuma peça de roupa. Familiares não perceberam nada de estranho em seu comportamento ou que havia nela a intenção de desaparecer. Isso intrigava a todos.

A família começou uma busca que duraria anos. Chegaram notícias de que ela teria sido vista na rodoviária de Cachoeiro de Itapemirim comprando uma passagem para o Rio de Janeiro. Averiguaram e não existia nada que comprovasse tal informação. Mesmo assim, a família estendeu a busca para o Rio de Janeiro. Procuraram em hospitais, Institutos Médicos Legais (IML), manicômios, cidades do entorno. Um policial do Rio de Janeiro, amigo da família, procurou em presídios, mas, segundo ele, não havia nenhum registro, pelo menos com o nome de Maria Ritta de Siqueira Cassa. Amigos ajudavam na busca incessante nos Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. A maçonaria lançou uma nota com foto sobre o desaparecimento de Maria Ritta em sua revista e espalhou a nota de procura-se no Brasil inteiro. Na ânsia de ajudar, algumas pessoas às vezes apareciam dizendo terem visto alguém que poderia ser Maria Ritta, sem dar certeza. Mesmo assim, os cunhados Valter Macedo e Irany de Oliveira, que lideravam a busca, iam averiguar a leve suspeita de ela poder ter sido vista em algum lugar. Mas sempre a busca era vã, ninguém a tinha visto. Nunca a encontram.

As procuras diminuíram sua intensidade quando o pai da família, Eloy, falecido em 1983, pediu que a família não procurasse ou falasse mais do assunto, pois tal situação já havia causado muita dor a todos. No entanto, mesmo após 1983, a família e amigos ainda indagaram e procuraram por mais algum tempo, atrás de alguma pista de Maria Ritta. Aos poucos a família desistiu de procurar. Muitos anos haviam se passado, Maria Ritta era uma pessoa extremamente inteligente, sabia todos os dados da família que até hoje residem no mesmo lugar, e se não reapareceu ou deu qualquer notícia, começaram a acreditar que ela estaria insana ou morta.

A família começou a acreditar que a depressão a fez tomar essa decisão e que ela poderia até ter cometido suicídio, porém o corpo ou a bolsa com os pertences do pai nunca foram encontrados. Com o tempo, alguns membros da família começaram

a indagar se o desaparecimento poderia ter ligação política, devido a amizade de Maria Ritta com grupos considerados inimigos do governo, e que ela jamais contara para família com o intuito de preservar a integridade dos entes. No entanto, nunca encontraram nada que comprovasse tal teoria.

Depois de muitas buscas, a família nunca teve notícias. Não podemos responsabilizar ninguém sobre o desaparecimento de Maria Ritta, pois não há nada que comprove o envolvimento de terceiros no caso. Seria insensato fazer qualquer acusação. As hipóteses de o que poderia ter acontecido com Maria Ritta são várias, mas não passam de hipóteses sem comprovações. Deixo bem claro que a família não tem provas para culpar o governo e por isso jamais fez nenhuma acusação. Não temos a certidão de óbito, pois não tínhamos o corpo. No inventário da família, ela é registrada como desaparecida. A única certeza que temos é que o sumiço de Maria Ritta é uma incógnita.”

Depoimento de Hélia Cassa Macedo.



## Anexo 4

### Análise sobre o desaparecimento de Maria Ritta de Siqueira Cassa

Ao analisarmos o depoimento de Hélia Cassa Macedo, irmã de Maria Ritta, no contexto que ela foi estudar em Vitória, a partir de 1968, ingressando na vida acadêmica em 1970, é notório que as amigas e o clima da comunidade acadêmica a fizeram ter noção nítida dos acontecimentos políticos daquela época. Maria Ritta viu amigos universitários sendo perseguidos e levados para interrogatórios, o que pode, junto com outras causas, ter contribuído para o agravamento de seu estado de saúde mental, levando-a à depressão. Apesar da sugestão de alguns amigos da universidade de que ela poderia estar envolvida com pessoas tidas como “subversivas”, e de alguns membros da família acreditarem que isso seria possível, nunca foi comprovado seu envolvimento direto com grupos de resistência ao governo militar. Porém, seu posicionamento pela redemocratização do país era notório para a família, que a considerava politizada. No entanto, ela tentou o suicídio e entrou num quadro depressivo, trancando o curso em 1975 para tratamento de saúde.

Mesmo longe da capital, através de jornais, ela procurava acompanhar as notícias, e a mania de estar sofrendo uma perseguição política que ela não esclarecia para a família, mostra que Maria Ritta teria vivido ou convivido com pessoas que atravessaram tal situação ou tinha plena ciência de que tais fatos ocorriam no meio universitário.

Seu desaparecimento, quando apresentava um quadro de recuperação, estando medicada e tendo sua enfermidade estabilizada, acrescentando ter ido recentemente a Vitória e acertado a documentação para o seu retorno ao curso na UFES em 1976, logo após o carnaval, deixa uma grande incógnita sobre o que teria motivado seu sumiço. Somado a isso, o fato dela ter saído apenas com a roupa do corpo, sem nenhum documento e pouquíssimo dinheiro, retrata que não houve planejamento e que ela não poderia ir muito longe, o que levanta várias indagações, até hoje sem respostas.

Não há nenhuma pista sobre o seu desaparecimento, que completa 45 anos. Ocorreu em Alegre, numa pequena cidade do interior capixaba, ninguém a viu na rodoviária ou andando pela cidade no final daquela tarde. Interessante destacar, que segundo a família, Maria Ritta jamais passava despercebida, devido sua aparência

franzina, alva e corcunda, pouco habitual, que sempre chamava a atenção das pessoas.

A família sofreu e ainda sofre ao comentar sobre o assunto, por isso evita falar. A irmã Hélia Macedo Cassa foi muito receptiva e aberta ao lembrar e narrar os fatos. Percebia-se em sua fala e expressões o sofrimento pela falta de resposta, mas sobretudo, de medo. Apesar de tanto tempo, temia que seu depoimento causasse problemas, por isso deixou claro que a família não acusa o governo, pois nunca encontraram nada que comprovasse ligação do desaparecimento de Maria Ritta com aspectos de cunho político. Durante a tomada de depoimento, essa preocupação era sempre demonstrada. Entretanto, a falta de resposta é o pior dos tormentos que a família vive.

Independente se o desaparecimento de Maria Ritta de Siqueira Cassa tenha sido espontâneo ou causado por terceiros, o que podemos concluir é que direta ou indiretamente, ela foi vítima da repressão política que assolava a UFES no período, pois os climas de vigilância e perseguição contribuíram para o desenvolvimento de sua enfermidade. Se foi a depressão que a fez tentar suicídio e depois desaparecer, não sabemos. A única certeza é que no final da tarde de sábado de carnaval de 16 de fevereiro de 1976, Maria Ritta saiu pela porta da casa de sua irmã Hélia e nunca mais voltou. Não deu nenhuma notícia e seu corpo jamais foi encontrado.

Esclarecemos que quando participante como colaboradora da pesquisa da Comissão da Verdade da UFES, foi enviado um ofício ao setor de Pró-Reitoria de Graduação da Ufes (Prograd), procurando pela ficha da aluna e solicitando informações sobre a documentação da Maria Ritta durante o período que estudou medicina na UFES (1970 ao início de 1975), suas matrículas, históricos, registros de plantões e outros. No entanto, a resposta foi de que havia apenas uma ficha básica, o que comprova que Maria Ritta de Siqueira Cassa foi aluna da UFES, porém, nada mais foi encontrado sobre ela nos registros da Instituição. Diante disso, temos duas hipóteses: Todo o arquivo do período pode ter sido queimado no incêndio ocorrido na UFES no ano de 1999 ou foram levados pelo Chefe da ASI na UFES, Alberto Monteiro, logo após o fechamento do órgão em 1986. Sabemos que ele levou consigo caixas contendo muitos arquivos/documentos referente às pessoas vigiadas pela Assessoria dentro da comunidade universitária, e esses documentos nunca foram recuperados.